

Matérias-primas
Veículos eletrificados responderão por 45% da demanda por minerais críticos até 2050, diz Leão **A2**



Geopolítica
Sob Trump, EUA inauguram nova era de imperialismo com foco em recursos naturais **A10**



Indústria
Parceria entre Ipiranga e Chevron, Iconic espera demanda firme por lubrificantes, diz Bassaneze **B2**

Terça-feira, 13 de janeiro de 2026
Ano 26 | Número 6421 | R\$ 7,00
www.valor.com.br

ECONÔMICO

Valor

Sete empresas que desviaram recursos do Master em empréstimos têm elo com a Reag

Investigação Cruzamento de dados mostra que diretor da gestora, alvo na Operação Carbono Oculto, figura como administrador ou responsável pelas companhias

Alex Ribeiro, Gabriel Shinohara, Guilherme Pimenta, Talita Moreira, Felipe Laurence, Álvaro Campos e Estevão Taiar
De São Paulo e Brasília

Sete das 36 empresas que tomaram R\$ 11,5 bilhões em empréstimos supostamente fraudulentos para desviar recursos do Banco Master têm, em sua estrutura de controle, fundos que eram administrados pela Reag, acusada de lavagem de dinheiro para o PCC. O **Valor** obteve a relação das empresas que fizeram operações suspeitas no Master, segundo comunicação do BC ao Ministério Público, e cruzou as in-

formações com base de dados públicos. Em comum aparece o nome do diretor da Reag Ramon Pessoa Dantas como responsável legal ou administrador nos registros da Receita Federal de sete empresas. Dantas é citado na Operação Carbono Oculto, que desvendou práticas supostamente criminosas no setor de combustível, com trânsito de dinheiro por fundos de investimento administrados pela Reag. O **Valor** apurou a ligação entre as duas pontas do suposto esquema de desvio de recursos do Master, com atuação de um mesmo grupo tanto na contratação dos empréstimos quanto na posterior lavagem

do dinheiro por meio de fundos. A relação entregue pelo BC ao MP inclui empresas que tomaram centenas de milhões de reais com capital diminuto, como a Bloko Urbanismo, cujo capital informado à Receita é de R\$ 5 mil. A empresa fez aportes de R\$ 266,29 milhões no fundo D Mais e de R\$ 259,76 milhões no Bravo, administrados pela Reag, após tomar empréstimos dessa magnitude no Master. Essa empresa tem como investidor um fundo administrado pela Reag, o Bloko Urbanismo FIP. Dantas aparece como representante legal. Os supostos desvios seguem padrão de outra operação, da Brain Realty. O dinheiro

emprestado transita por fundos e, numa das etapas, compra ativos podres, como cêntulas do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc). Nessa fase, o desvio se concretiza. Após subtração, o dinheiro transitaria por outra cadeia de fundos na Reag, até laranjas do esquema. As informações desafiam versão de que o Master teria concedido empréstimos legais, já que o destino dos recursos seriam supostos laranjas, segundo rastreamento do BC. Procurados, Reag e Dantas não se manifestaram. A defesa de Daniel Vorcaro, controlador do Master, disse que a alegação é “falsa e não encontra respaldo na realidade.” **Páginas C1 e B5**

BC pode tirar recurso se TCU limitar escopo

Guilherme Pimenta e Ruan Amorim
De Brasília

Na reunião de ontem entre o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, e o chefe do Banco Central, Gabriel Galípolo, ficou acertado que a autoridade monetária poderá retirar o recurso apresentado no âmbito do processo do Master, desde que o escopo da diligência nos documentos de liquidação da instituição seja restrito e bem delimitado, apurou o **Valor**. Também haverá respeito ao sigilo fiscal e bancário dos investigados. Foi combinado, ainda, que apenas os integrantes da área técnica do TCU entrarão no ambiente controlado para fazer a inspeção nos documentos relacionados à liquidação. **Página C3**

Carro premium



O segmento de carros de luxo é pequeno no Brasil, pouco mais de 2% do total, mas mesmo assim as fabricantes chinesas estão entrando nesse nicho. Vice-líder do mercado premium no país, a Volvo Car, controlada pela Geely, aposta na fidelidade desse consumidor às marcas tradicionais, diz o CEO no Brasil, Marcelo Godoy. Pág. B7

Preocupação com pressão de Trump no Fed afeta mercado, em meio à investigação contra Powell

Luana Reis e Artur Scaff
De São Paulo

A renovada preocupação com a independência do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) pressionou o ouro e as taxas dos títulos do Tesouro dos EUA, enquanto o dólar perdeu força diante das principais moedas, após o Departamento de Justiça abrir investigação criminal contra o presidente da autoridade monetária, Jerome Powell. O ouro fechou acima de US\$ 4,6 mil pela primeira vez na história, com alta de 2,5% em Nova York. A prata subiu 7,8%. As bolsas abriram em baixa, mas terminaram com leve ganho. Powell disse que o Fed tem sido pressionado pelo governo a cortar os juros e que a investigação contra ele, relacionada a seu depoimento

no Congresso sobre uma reforma na sede do BC, tem motivação política. A próxima reunião do comitê de política monetária do Fed acontece no fim deste mês. Os três últimos presidentes do Fed condenaram a investigação, comparando-a a interferências na independência de BCs que ocorrem em mercados emergentes com “instituições frágeis”. “A investigação criminal contra Powell é uma tentativa sem precedentes de usar ataques da promotória para minar a independência do banco central”, diz um comunicado assinado por Janet Yellen, Ben Bernanke e Alan Greenspan. Senadores republicanos também demonstraram preocupação com o episódio, destacando que isso pode afetar a confiança no trabalho do Fed. **(Com agências internacionais). Página C2**

Destaques

Tecon 10: outorga de R\$ 500 milhões
O Ministério de Portos e Aeroportos estabeleceu outorga mínima de R\$ 500 milhões para o leilão do megaterminal de contêineres no Porto de Santos, o Tecon Santos 10, apurou o **Valor**. A Secretaria Nacional de Portos liberou ontem a modelagem final e vai encaminhar os documentos à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para publicação do edital. **A4**

Lima e Silva, da Petrobras, na Justiça
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá nomear o atual advogado-geral da Petrobras, Wellington César Lima e Silva, para o Ministério da Justiça e da Segurança Pública. O convite ainda não foi formalizado, mas deve ocorrer ainda nesta semana. Apesar da pressão de parte do PT, Lula não deverá cindir o ministério, para criação da pasta da Segurança Pública. **A6**

Indicadores

Ibovespa	12/jan/26	-0,13 %	R\$ 18,0 bi
Selic (meta)	12/jan/26	15,00% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	12/jan/26	14,90% ao ano	
Dólar comercial (BC)	12/jan/26	5,3754/5,3760	
Dólar comercial (mercado)	12/jan/26	5,3713/5,3719	
Dólar turismo (mercado)	12/jan/26	5,3977/5,5777	
Euro comercial (BC)	12/jan/26	6,2790/6,2802	
Euro comercial (mercado)	12/jan/26	6,2691/6,2697	
Euro turismo (mercado)	12/jan/26	6,3421/6,5221	



Varejo encara ‘fadiga digital’ do consumidor

Adriana Mattos
De Nova York

Quando a consultoria americana WGSN decide falar, o mercado para e ouve. Trata-se de uma das principais empresas de análise de comportamentos e tendências. Foi ela que previu, por exemplo,

a onda de compartilhamento nos anos 2000 (de brechós ao Airbnb) e até a explosão dos jeans skinny e das megabolsas (“maxi bags”) vinte anos atrás. No domingo, na NRF 2026 Retail’s Big Show, em Nova York, Cassandra Napoli, chefe da área de marketing e insights da WGSN, trouxe dados sobre o que esperar

de um consumidor com “fadiga digital” nos próximos dois anos e o que as empresas podem fazer para responder a seus anseios. Segundo ela, o excesso de conexões digitais tem obrigado o consumidor a um “reset sensorial”, e as empresas precisam abrir espaço para ele se sentir “desconectado e revigorado”. **Página B4**

Concorrência se acirra em canetas emagrecedoras

Michael Esquer e Beth Koike
De São Paulo

Faltando dois meses para o fim da patente da semaglutida — princípio ativo das canetas emagrecedoras Ozempic e Wegovy, da Novo Nordisk — a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) já recebeu 13 pedidos de registro de medicamentos com base no insumo. Hoje, esse mercado movimentará cerca de R\$ 11 bilhões, e a expectativa é que dobre de tamanho ainda neste ano. “Estamos trabalhando para deixar tudo pronto, assim que tivermos todas as aprovações necessárias, para lançar o nosso produto”, diz Guilherme Maradei, presidente da Biom, que investiu R\$ 800 milhões na fábrica de Nova Lima (MG). **Páginas B1 e B3**



Guilherme Maradei, presidente da Biom: “Certamente vamos trazer um preço competitivo”

EUA querem taxar quem fizer negócios com Irã

Agências internacionais

O presidente Donald Trump disse que países que fizerem negócios com o Irã estarão sujeitos a uma tarifa adicional de 25% sobre o que comercializarem com os EUA. “Com efeito imediato, qualquer país que fizer negócios com a República Islâmica do Irã pagará uma tarifa de 25% sobre todo e qualquer negócio realizado com os Estados Unidos”, escreveu em sua rede social. A medida representa mais um instrumento de pressão sobre o regime iraniano, que desde o fim de 2025 vive uma onda de protestos, após o agravamento da crise econômica no país. Ontem, milhares de manifestantes saíram às ruas de Teerã em defesa do regime teocrático, numa tentativa de abafar os protestos que já resultaram em quase 600 mortos. A violência contra os manifestantes foi criticada por Trump, que ameaçou usar força militar contra o governo iraniano. **Página A7**

Falta de engenheiros é risco para investimentos em infraestrutura

Arthur Sousa **A8**

Brasil

Fé, esforço e disciplina não bastam para empreender



Pedro Cafardo

É difícil tirar os olhos do cenário global após a invasão da Venezuela pelos EUA. Mas vem aí a campanha eleitoral e não há como deixar de olhar para questões internas. Quando acabou o segundo turno das eleições municipais, em outubro de 2024, fervilharam análises para explicar as derrotas da esquerda. Entre as causas, teve destaque a opinião de que a esquerda perdeu contato com as periferias. E a receita muito recomendada para retomar o diálogo era o apoio ao empreendedorismo. O assunto voltou à discussão um ano atrás com o caso do atrapalhado anúncio da fiscalização das transferências bancárias acima de R\$ 5 mil. Ganhou credibilidade naquele momento a mensagem falsa de que, com a medida, o governo iria taxar o Pix. O governo desmentiu a taxação e abandonou a ideia da fiscalização, mas o estrago já estava feito. Entendeu-se que aquela seria mais uma demonstração de que a esquerda tenderia a desprezar os empreendedores, grandes usuários do Pix. Repetiu-se então o desgaste ocorrido durante a eleição municipal. No segundo turno, o candidato da esquerda

derrotado em São Paulo, Guilherme Boulos, em atitude aparentemente desesperada, adotou na campanha uma das propostas da deputada Tabata Amaral, de criação de um sistema de crédito para jovens que querem empreender. Boulos até procurou dialogar com seu mais agressivo adversário do primeiro turno, o ex-coach Pablo Marçal, incentivador da busca da prosperidade individual. Nesse contexto, não faria muito sentido a proposta de acabar com a escala 6x1 e reduzir a jornada de trabalho de 44 horas para 36 horas semanais, feita no Congresso pela esquerda após as eleições e apoiada pelo presidente Lula. Os trabalhadores não estariam muito interessados nisso, visto que não há controle de jornada no trabalho informal. Passados 15 meses desde a eleição municipal e já entrando no ano do pleito presidencial, cabe perguntar: será que o discurso do empreendedorismo é assim tão importante para conquistar votos? É fato que os trabalhadores não fazem mais questão de ter empregos formais, regidos pela CLT? Uma coisa é indiscutível: a aceitação do trabalho informal, que envolve quase 40 milhões de pessoas, cresceu nos últimos anos, até porque houve flexibilização da legislação na

reforma trabalhista de 2017. Mas os formuladores das campanhas eleitorais precisam ter cuidado ao analisar pesquisas. Segundo o Datafolha, embora o número de brasileiros que julgam ser mais importante ter carteira assinada do que trabalho informal tenha caído 10 pontos percentuais desde a reforma, essa opinião ainda é altamente majoritária, apoiada por 67% dos entrevistados. Por outro lado, a pesquisa indica que 73% dos moradores de favelas concordam com a afirmação de que o empreendedorismo é um caminho mais simples para melhorar de vida do que trabalhar com carteira assinada. É óbvia a existência do desejo de viver sem patrão, uma busca de autonomia natural do ser humano. Mas a opinião favorável à carteira assinada é uma realidade que se impõe em razão da segurança e dos benefícios do contrato regido pela CLT. Além disso, 67,7% dos trabalhadores autônomos, segundo pesquisa FGV Ibre, estão descontentes com seu tipo de emprego sem carteira assinada e gostariam de ser celetistas. É duvidosa a ideia de que as esquerdas perderam contato com a baixa renda principalmente por causa da falta de apoio ao

empreendedorismo (a questão da segurança parece ser mais importante, mas isso é outra história). Observe-se que as leis da Microempresa, de 2006, e do Microempreendedor Individual (MEI), de 2008, foram criadas no governo esquerdista de Lula. Há, porém, duas classes de empreendedores. Nas favelas, por exemplo, apenas 26% dos trabalhadores informais possuem registro via CNPJ ou são MEIs. Os demais são os superinformais. Fazem trabalhos específicos como os de camelôs, ambulantes, sacoleiros, carregadores, entregadores, costureiros, cabeleireiros e manicures. Não têm carteira assinada, CNPJ, salário fixo, férias, 13º, plano de saúde, aviso prévio, vale refeição, vale condução etc. “Podemos chamar essas atividades, às vezes exercidas em condições degradantes, de empreendimentos?”, pergunta o professor Lincoln Secco, do Departamento de História da USP, em artigo publicado no site A Terra é Redonda. Ideia mais sensata é que as esquerdas, assim como as direitas e o centro, têm de olhar com atenção para a qualidade do emprego, seja ele formal, seja informal. Em artigo publicado pelo Valor, o economista Dani Rodrik, professor na Harvard Kennedy School, observa que “o

novo consenso pós-neoliberal precisa restaurar a dignidade das pessoas que o neoliberalismo deixou para trás”. Os empregos, escreve ele, não são apenas um meio de proporcionar renda, mas também fonte de identidade e reconhecimento social. “Empregos de qualidade sustentam uma classe média robusta, que é a base da coesão social de uma democracia sustentável.” Milhões de pessoas de baixa e média rendas, não apenas no Brasil, já sobrevivem com trabalhos intermitentes em condições indignas. Influenciadores da prosperidade, como Marçal, vendem a ideia de que poderão realizar seus sonhos guiados apenas por fé, esforço pessoal, disciplina e agressiva aversão ao sistema, inclusive o educacional e o profissional. Como esse discurso pode voltar na eleição, vale lembrar uma sugestão do professor Lincoln Secco: “É necessário explicar à manicure que, se não houver crescimento econômico, trabalho formal e massa salarial suficiente, ela não poderá empreender coisa nenhuma, pois não terá clientes”.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve quinzenalmente às terças-feiras E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Infraestrutura Desafio brasileiro é se favorecer do aumento da procura por esses produtos em um momento de debate travado sobre o tema

Demanda em alta por minerais críticos reforça gargalos, indica estudo

Giordanna Neves De Brasília

Os veículos eletrificados responderão por até 45% do consumo global de minerais críticos e terras raras até 2050 e por mais de 80% da expansão da demanda por substâncias como lítio, cobalto e níquel. O avanço ocorre em um contexto em que a oferta mineral primária tende a se tornar insuficiente já a partir da próxima década, ao mesmo tempo em que a China concentra atualmente a capacidade industrial de produção desses veículos e o processamento dos minerais. A combinação desses fatores amplia o risco de gargalos de oferta, pressões inflacionárias e disputas geopolíticas capazes de comprometer o ritmo da transição energética. Os dados e as conclusões constam em um trabalho feito pelo Rafael Leão, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). De acordo com as projeções da Agência Internacional de Energia (IEA), para o conjunto das tecnologias da transição energética, o carro eletrificado representará, isoladamente, o maior vetor de crescimento da demanda mineral nas próximas décadas. Em 2024, 15,6% das mais de 12 milhões de toneladas de minérios alocadas na transição energética foram direcionadas para carros eletrificados; já em 2030 essa proporção dobrará, alcançando quase 31%; dali até 2050, ficará entre 40% e 45%.

Os números reforçam o aumento da demanda por esses minerais, mas também expõem o desafio de como o Brasil poderá se beneficiar desse movimento. Apesar de ser rico em reservas, o país corre o risco de repetir o modelo de apenas extrair e exportar matérias-primas, sem agregar valor internamente — inclusive na produção de veículos eletrificados, que vem crescendo. Segundo estudo da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) em parceria com o Boston Consulting Group (BCG), veículos eletrificados (híbridos e elétricos) poderão somar mais de 90% das vendas de carros novos no Brasil em 2040. No governo, o debate em torno de uma política nacional para minerais críticos segue travado e dificilmente deve avançar neste ano, apurou o Valor. O impasse envolve, sobretudo, o grau de concessões a outros países, como os Estados Unidos, e a implementação de uma política nacional de minerais críticos e terras raras. O consultor Rogelio Golfarb,

ex-vice-presidente da Ford América do Sul e ex-presidente da Anfavea, destaca o risco de o Brasil continuar, como ocorre atualmente, importando praticamente toda a parcela de maior intensidade tecnológica da produção de veículos. Esse padrão compromete uma janela de oportunidade estratégica tanto no setor automotivo — que classifica como a “ponta de lança” e um dos principais catalisadores do processo industrial — quanto na cadeia de minerais.

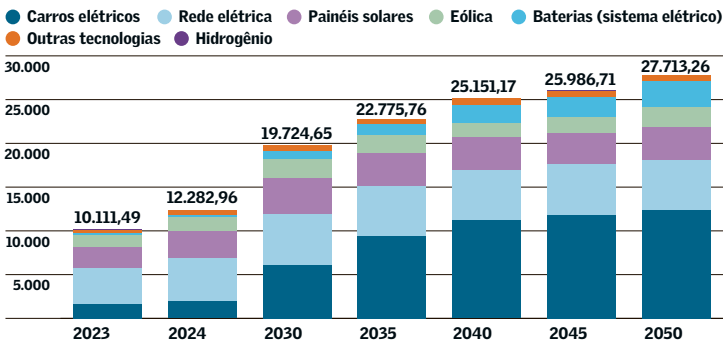
Senso de urgência O consultor destaca o senso de urgência e afirma que, sem aproveitar a alavanca dos minerais críticos e das terras raras para criar cadeias de valor, industrializar e inovar, o país tende a concentrar a produção local em veículos de baixa densidade tecnológica. “A intensidade tecnológica do que se vai produzir no Brasil vai cair e já está caindo. Quanto mais o tempo passa, mais atrasados ficamos nesse processo. Já temos o mais difícil, que é ter os minerais”, disse. O estudo do Ipea aponta que a China lidera e liderará a expansão do mercado de carros eletrificados, respondendo por 52% das vendas em 2030, cenário que hoje já gera um alerta nas empresas instaladas no país. Rogelio Golfarb ressalta, no entanto, que o problema não está na atuação de empresas chinesas, mas no fato de o Brasil



Rafael Leão: "O eixo dos transportes será a principal responsável pela pressão de demanda sobre o sistema minerador"

Demanda global de minerais críticos

Demandas efetiva e demanda projetada (mil toneladas)



Fonte: Rafael Leão, pesquisador do IPEA

não se posicionar como fornecedor da tecnologia e permanecer restrito à produção do básico — a commodity —, enquanto o maior valor econômico segue concentrado na inovação. “O problema não é a empresa chinesa. Eu não sou contra empresa chinesa, sou a favor da empresa chinesa. Não pode ser contra investidor que vem para o país e traz novas tecnologias. O problema é a intensidade tecnológica dos veículos que vamos realmente fabricar no Brasil. Porque se não vamos só fabricar a casca que não tem valor e importar a parte tecnológica”, afirmou o consultor, ao defender a necessidade de uma política nacional abrangente para minerais críticos e terras raras.

O estudo do Ipea aponta que, em 2050, o consumo de minerais pela transição energética estaria, pelas projeções, próximo de 28 milhões de toneladas. A variação de 2024 a 2050 seria de aproximadamente 15,5 milhões de toneladas, e o carro eletrificado seria responsável por 67,8% dessa expansão, seguido pelas baterias estacionárias (17,4%). A expansão da rede elétrica, a energia eólica e a energia solar representariam cerca de 4% a 5% cada uma. “Essas projeções indicam, portanto, que a expansão da frota mundial de carros eletrificados, ou seja, o eixo dos transportes será a principal responsável pela pressão de demanda sobre o sistema minerador no futuro pró-

ximo, ainda que a reconfiguração do sistema de geração de eletricidade mantenha um patamar elevado de demanda por substâncias minerais”, conclui o pesquisador. Gilberto Martins, diretor de Assuntos Regulatórios da Anfavea, explica que a China concentra a capacidade global de fabricação de células de bateria, domina o refino de minerais críticos e lidera a produção de materiais de cátodo, ânodo e ímãs permanentes, insumos centrais para os veículos eletrificados. Ele reconhece que esse domínio impõe um desafio para países como o Brasil, mas ressalta que o país dispõe de vantagens competitivas relevantes, incluindo uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo. “Isso abre espaço para o Brasil desenvolver uma mineração e transformação sustentáveis”. No detalhamento por substância, o carro eletrificado representará a totalidade do crescimento da demanda por cobalto e silício (104% e 114,6%) e quase a totalidade do crescimento da demanda por lítio, manganês, níquel e terras raras (92,1%, 82%, 81,9% e 82,4%). A manufatura de carros eletrificados responderá por 67,2% do crescimento da demanda por grafite e por 56,7% da de cobre.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Aché B3 Airbnb B4 AlmapBBDO B6 Ambev B3 Apple B4 Audi B7 Azul B4 Banco de Brasília C3 Banco do Brasil B6 Banco Master C1, C3	BCG A2 Biommm B1, B3 BMW B7 Bradesco B6, C4 BRB A6 Bright Consulting B7 BTG C1 BYD B7 Caixa B6 Camil B3	CAOA B7 Changan B7 Chevron B2 Cimed B3 Comcast B6 ConocoPhillips A10 Datafolha A2 Deloitte Touche Tohatsu B4 elo B6	Embraer C4 EMS B1 EMS. B3 Enel A4 Eurofarma B1 Exxon Mobil A7 ExxonMobil A10 Ford A2 FS Bio C4 Geely B7	Gilead Sciences A4 GoldDerby B6 Goldman Sachs C2 Grupo Multi B4 GSK A4 Helbor B4 Hypera B1, B3 Iconic B2 Ikea B4 IMC B4 Integral Investimentos C6	Ipiranga B2 Itaú BBA B3 J.P. Morgan C2 JBS B3, C4 Kovr C1 M. Dias B3 Marfrig B3 Master A6 Mercedes-Benz B7 Mercuria A10 Morgan Stanley C2	MoveEdu. B4 Mundo Verde B4 Netflix B6 Novo Nordisk B1, B3 Oracle B6 Óticas Carol B4 Pague Menos B3 Panvel B3 Paramount B6 Pearson B4 Petrobras A6	Porsche B7 Printemps B4 Raia Drogasil B3 Raizen C4 Reag C3 Renault B7 Renner B4 Santander B1 Santander. B3 Skims B4 Starbucks B4	Toyota B7 UBS BB B3 Vale C4 Versant B6 Volvo Car B7 Warner Bros Discovery B6 WGSN B4 Wiser B4 Yázigi B4 Zeekr B7
---	--	---	--	--	--	--	---	---



**A
GENTE
QUER
TE CONTAR
MAIS
SOBRE A**

TERRA



ACESSE E
FAÇA PARTE
DESSA CAUSA

O **Um Só Planeta** é o maior movimento editorial brasileiro de combate à crise climática.

Aqui você encontra reportagens exclusivas, podcasts, vídeos, newsletters e lives para ficar bem informado sobre o que acontece com a Terra e fazer a sua parte na construção de um futuro sustentável.

Contamos com você. Vem com a gente!
Somos Um. Só. Planeta.

PATROCÍNIO

APOIO

PARCERIA

REALIZAÇÃO



EDIÇÕES | GLOBO CONDÉ NAST



Infraestrutura Ministério cobra da agência informações detalhadas sobre todas as medidas adotadas contra a distribuidora entre 2023 e 2025

MME dá 5 dias para Aneel informar sobre situação da Enel SP

Giordanna Neves e Marlla Sabino
De Brasília

O Ministério de Minas e Energia (MME) notificou nesta segunda-feira (12) a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para que apresente, no prazo de cinco dias, informações sobre a atuação regulatória, fiscalizatória e sancionatória em relação à concessionária Enel São Paulo.

A notificação foi formalizada por meio de um ofício expedido em cumprimento a despacho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e encaminhado ao diretor-geral da Aneel. No documento, o MME diz que, desde o início da crise envolvendo a Enel, “tem provocado formalmente esta agência por meio de diversos expedientes, solicitando providências céleres e rigorosas quanto ao desempenho da concessionária Enel SP”.

Diante do novo comando presidencial e da necessidade de subsidiar um relatório circunstanciado a ser elaborado pela Advocacia-

Geral da União (AGU), o ministério cobra da Aneel informações detalhadas sobre todas as medidas efetivamente adotadas entre 2023 e 2025. O pedido inclui a relação completa das ações regulatórias, fiscalizatórias e sancionatórias implementadas em resposta aos ofícios e recomendações expedidos pelo MME ao longo do período.

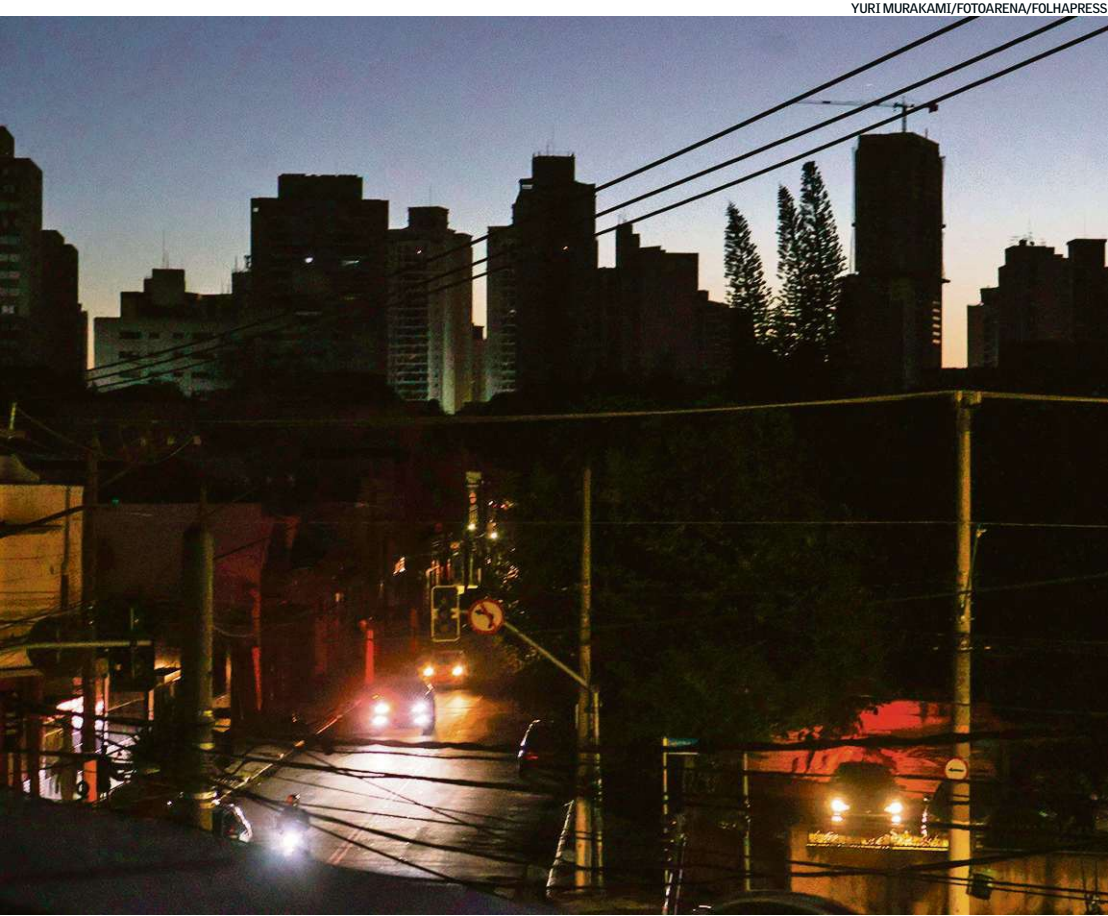
O MME quer indicação “de eventuais processos, estudos ou medidas em curso voltados à avaliação de consequências contratuais e demais medidas regulatórias aplicáveis em face do inadimplemento das obrigações da concessionária, incluindo a recomendação de caducidade da concessão”.

O MME também exige que seja esclarecido o estágio atual do processo de análise de falhas e transgressões da concessionária, “especialmente após” ter reiterado anteriormente “a necessidade de abertura imediata de processo para identificar eventual descumprimento ensejador da extinção da concessão”.

Já está em andamento na agência reguladora um processo que analisa a atuação da empresa em outra episódios de problemas no fornecimento de energia elétrica em São Paulo e que pode resultar em uma recomendação de caducidade, um fim antecipado do contrato, da concessão. As análises sobre o episódio registrados na área de concessão da Enel SP no fim do ano passado estão sendo conduzidas nesse processo de falhas e transgressões já em andamento, o que pode dar celeridade ao tema.

Atualmente, o processo está sob pedido de vistas do diretor Gentil

Empresa diz que cumpre obrigações contratuais e regulatórias e vem implantando o plano acordado com Aneel



Região da Mooca, na zona leste de São Paulo sem energia na crise de fornecimento da Enel em novembro de 2025

Nogueira. A previsão, segundo apurou o **Valor**, é que a área técnica da agência reguladora conclua as análises sobre a atuação da empresa até fevereiro. Somente após essa etapa o diretor deverá levar o processo novamente ao colegiado. Caso a Aneel decida recomendar a caducidade da concessão, é necessário garantir a ampla defesa da empresa no processo e a decisão final caberá ao poder concedente.

Em nota, a Enel disse que vem cumprindo suas obrigações contratuais e regulatórias, assim como vem implantando o plano de recuperação apresentado em 2024 à Aneel, que registrou avanços con-

sistentes em todos os indicadores de qualidade do serviço. “Esses resultados foram comprovados pelas fiscalizações recentemente realizadas pela agência reguladora. Ao longo de 2025, a companhia manteve uma trajetória contínua de melhoria, demonstrando que as ações implementadas e acompanhadas mensalmente pelo regulador são estruturais e permanentes”, afirma a nota.

Já a Aneel disse que, desde a primeira interrupção, ocorrida em 2023, constatou que a empresa não cumpriu integralmente os compromissos assumidos, motivo pelo qual foi aplicada a maior

multa a uma empresa do setor no valor de R\$ 165 milhões.

“Desde então, a agência acompanha de perto o desempenho da concessionária, cobrando melhorias. A empresa atendeu às determinações de curto prazo previstas para 2024, mas, ainda assim, a Aneel decidiu aguardar o desempenho durante o novo período chuvoso, em 2025 e 2026. Neste momento, a agência realiza diligências finais de fiscalização, com foco na ocorrência de 2025, para que o processo seja deliberado pela diretoria quanto ao prosseguimento ou não do processo de caducidade”, diz.

Megaterminal de Santos terá valor mínimo de R\$ 500 milhões

Marlla Sabino
De Brasília

O Ministério de Portos e Aeroportos estabeleceu outorga mínima de R\$ 500 milhões para o leilão do megaterminal de contêineres no Porto de Santos, o Tecon Santos 10, segundo apurou o **Valor**. A Secretaria Nacional de Portos da pasta assinou nesta segunda-feira (12) a modelagem final e vai encaminhar os documentos para pu-

blicação do edital do leilão à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

A etapa é vista como decisiva para cumprimento do cronograma que a pasta trabalha atualmente. A expectativa do governo federal é que o leilão seja realizado na segunda quinzena de março. A previsão é que sejam investidos R\$ 6,4 bilhões no projeto, posto como o maior já realizado no setor portuário.

Como já havia informado, o ministério acolheu integralmente as recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), a exemplo do estabelecimento da outorga. O tribunal ainda determinou que a participação na primeira fase do certame terá restrições a empresas que possuem ou operam navios, os “armadores”.

O novo formato é ainda mais restrito do que a proposta aprova-

da originalmente pela Antaq, que gerou divergências e judicialização no setor. A princípio, a agência definiu veto somente para as empresas que já atuam no Porto de Santos, enquanto os ministros do TCU decidiram por ampliar a restrição aos armadores.

Com a aprovação do processo, a próxima etapa será a apresentação do projeto a investidores nacionais e estrangeiros. A pasta solicitou à Antaq a realização imediata

de um roadshow, que deverá ter suas datas divulgadas ainda nesta semana, garantindo transparência e atraindo os maiores players globais para a disputa.

Com o Tecon 10, o governo projeta que a capacidade anual de movimentação do Porto de Santos vai chegar a 9 milhões de contêineres, o que, segundo informações da pasta, irá elevar o Brasil da 45ª para a 15ª posição no ranking mundial de movi-

mentação de contêineres.

O novo terminal terá área de 621 mil metros quadrados e será destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e carga geral. Serão construídos quatro berços de atracação de navios para embarque e desembarque. Pelos critérios definidos, vencerá o leilão quem apresentar o maior valor de outorga, partindo do piso de R\$ 500 milhões, e a concessão será pelo prazo de 25 anos.

UE prevê acordo antes de aprovação do Parlamento

Reuters, de Bruxelas e Paris

O acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, bloco latino-americano, aprovado pelos governos da UE na sexta-feira, pode ser implementado antes mesmo de ser aprovado pelo Parlamento Europeu, afirmou nesta segunda-feira o porta-voz da Comissão Europeia, Olof Gill.

“O tratado prevê essa possibilidade”, disse Gill, acrescentando que a Comissão Europeia está trabalhando arduamente para que o acordo seja aprovado pela maioria dos integrantes no Parlamento.

Depois da aprovação pela maioria dos países da UE, mas com a discordância da França, na sexta-feira, agricultores franceses voltaram a protestar contra o acordo. Nesta segunda-feira eles realizaram um ato simbólico no porto de Le Havre, o maior terminal de contêineres do país, localizado no norte francês.

Os manifestantes pararam caminhões no porto e na principal rodovia de acesso ao norte de Paris, realizando verificações simbólicas em alimentos importados, como forma de protesto contra o acordo comercial entre os dois blocos.

A alegação do governo francês, pressionado pelos produtores rurais do país, para rejeitar o acordo, é que os países do Mercosul representariam concorrência com alimentos “baratos”, prejudicando os agricultores locais.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, há duas semanas ofereceu acesso antecipado a recursos de fundos para o setor rural, a fim de contar com a aprovação do acordo. Além da França, países como a Itália e



Olof Gill: Comissão Europeia está trabalhando arduamente para que o acordo seja aprovado pela maioria do Parlamento

Polônia também eram contra. Na Itália, o governo e o setor rural entraram em acordo a semana passada e o país foi um dos que votaram a favor da aprovação.

Agricultores na França, o maior produtor agrícola da União Europeia, vêm protestando há semanas contra o acordo. Mesmo tendo voto contrário do país, a aprovação do acordo intensificou a pressão sobre o governo francês por parte dos agricultores e partidos de oposição, alguns dos quais apresentaram moções de censura.

No porto de no norte do país, dezenas de membros do sindicato Jovens Agricultores, que se

reuniram com tratores durante o fim de semana, inspecionavam caminhões de alimentos que saíam do porto.

“É, acima de tudo, para soar o alarme novamente e manter a pressão sobre o acordo do Mercosul”, disse Justin Lemaitre, secretário-geral de um dos sindicatos organizadores do protesto. “É difícil aceitar uma concorrência tão desleal, com produtos que produzimos na Europa sendo importados do outro lado do mundo”, disse ele, acrescentando que manifestantes em Le Havre haviam “observado cogumelos e vísceras de ovelha” vindos da China.

Em um pedágio rodoviário per-

to da cidade de Lille, agricultores do sindicato Coordination Rurale “estavam realizando verificações semelhantes em caminhões que seguiam para Paris”, disse Patrick Legras, porta-voz do sindicato. Agricultores também estavam bloqueando depósitos de combustível no porto atlântico de La Rochelle e na região de Savoie, nos Alpes franceses, bem como um porto de cereais em Bayonne, no sudoeste, informaram sindicatos e a imprensa francesa. Agricultores planejaram levar tratores a Paris para um protesto nesta terça-feira, reivindicando o que fizeram na quinta da semana passada, quando bloquearam ruas da capital.

Anvisa aprova novo fármaco contra o HIV

Bernardo Yoneshigue
O Globo, do Rio

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, nesta segunda-feira, 12, o lenacapavir, primeiro medicamento injetável a cada seis meses que previne a infecção pelo HIV em quase 100%. O fármaco, que será vendido sob o nome comercial de Sunlenca, foi desenvolvido pelo laboratório Gilead Sciences e já havia recebido o aval nos Estados Unidos e na Europa.

O sinal verde da agência reguladora brasileira foi para duas indicações. Uma delas é como profilaxia pré-exposição (PrEP) para prevenir a infecção entre pessoas que não vivem com HIV, tenham idade acima de 12 anos, peso maior que 35 kg e teste negativo para o vírus. A outra é como tratamento de pacientes que vivem com HIV, já tenham utilizado outras terapias e apresentem um quadro de resistência a outras classes de antivirais.

Segundo a Gilead, os pedidos para aprovação como PrEP e como tratamento foram protocolados, respectivamente, em março de 2025 e novembro de 2024, e ambos receberam análise prioritária pela Anvisa devido à relevância epidemiológica e ao potencial impacto em saúde pública.

“Trata-se de uma inovação de longo prazo que amplia opções de prevenção e oferece esperança para pessoas com resistência extensa e opções terapêuticas restritas. A Gilead está comprometida com a colaboração contínua com autoridades, especialistas e a comunidade para ampliar o

impacto positivo dessas duas novas indicações”, afirma André Abrahão, diretor médico da Gilead Sciences Brasil, em nota.

O lenacapavir é considerado inovador por demandar apenas duas aplicações ao ano para garantir uma eficácia de quase 100% contra o HIV. Hoje, já existe uma estratégia de PrEP, disponível inclusive no Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2017, mas que envolve comprimidos diários. Eles também reduzem o risco de uma infecção a quase zero, mas o fato de precisarem ser tomados todos os dias é um entrave para a adesão.

Em julho do ano passado, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a recomendar o lenacapavir como parte da estratégia de prevenção combinada, que mistura diferentes ferramentas, como uso de preservativo, testagem e PrEP. Na época, a organização chamou a medida de “uma ação política histórica que poderia ajudar a remodelar a resposta global ao HIV”.

“Enquanto uma vacina contra o HIV continua fora de alcance, o lenacapavir é a melhor alternativa: um antiretroviral de longa duração que, em testes, demonstrou prevenir quase todas as infecções por HIV entre pessoas em risco”, disse Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, no lançamento das diretrizes.

Até então, a PrEP mais avançada a oferecer uma prevenção de longa duração era o cabotegravir, da GSK, também injetável, mas aplicado a cada dois meses. Foi aprovado pela Anvisa em junho de 2024, mas tem custo elevado.

Poderes Ex-governador do DF, deputado do PSB cobra do presidente da Câmara a instalação imediata do colegiado e afirma que há pressão nos bastidores

Rollemberg diz ter assinaturas suficientes para CPI do Master

Beatriz Roscoe e Gabriela Guido
De Brasília

O deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou na segunda-feira (12) que conseguiu reunir as assinaturas necessárias para instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master e cobrou do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a instalação imediata do colegiado.

Para um requerimento de CPI são necessárias as assinaturas de pelo menos um terço da Casa, ou seja, 171 parlamentares. “O próximo passo é claro: cabe ao presidente da Câmara instalar a CPI. A CPI é direito da minoria, os requisitos foram cumpridos e a instalação deve ser imediata”, disse Rollemberg ao **Valor**.

De acordo com o deputado, não há margem para adiamento da instalação do colegiado, já que fatos novos tornaram a investigação ainda mais urgente. “Cada vez mais surgem informações graves, mudanças de regras, pagamento de influenciadores e a informação de que o rombo do BRB hoje seria de R\$ 4 bilhões que não foram recuperados.”

Rollemberg afirmou ainda que o caso se tornou difícil de ser abafado diante dos potenciais impactos fiscais e institucionais. “Ou você vai ter que aportar recursos do Distrito Federal, ou privatizar um banco com um rombo bilionário, ou até federalizar. São coisas muito graves, que vão ter desdobramentos”, declarou. Segundo o deputado, o objetivo da CPI será investigar responsabilidades amplas, inclusive do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), de quem é adversário político. Ele defende que a apuração identifique “todos os laços” que o dono do Master, Daniel Vorcara, construiu “para chegar aonde chegou”. Procurado por meio da assessoria, Ibaneis não retornou.

Apesar de ter reunido o número necessário de assinaturas, a



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 19/12/2025

Rollemberg diz que houve apoio suprapartidário: “A distribuição das assinaturas foi totalmente diversa, com parlamentares da base do governo e da oposição”

instalação da CPI ainda é considerada incerta. Vorcara mantém relação próxima com parte da cúpula da Câmara, o que deve gerar resistências internas.

Rollemberg reconhece pressão nos bastidores. “Tenho convicção suficiente para saber que tem muita gente preocupada. Terá muitas pressões, em função do envolvimento de muita gente grávida”, disse.

Ele afirmou ainda que o requerimento teve apoio suprapartidário. “A distribuição das assinaturas foi totalmente diversa, com parlamentares da base do governo e da oposição”, afirmou.

Para o deputado, o calendário eleitoral pode dificultar o andamento dos trabalhos, mas não inviabiliza a apuração. “Pode atrapalhar pelos prazos e pela agenda curta, mas esse é um tema prioritário para o país. É um debate importante inclusive em

ano eleitoral, para que as pessoas possam escolher melhor seus representantes”, disse.

A iniciativa de Rollemberg se soma a outros movimentos no Congresso. Na semana passada, o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) afirmou que conseguiu reunir as assinaturas necessárias para a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o caso.

Rollemberg, no entanto, disse ver diferenças relevantes entre os dois pedidos. “Fui o primeiro a propor. No meu caso, quero simplesmente investigar, identificar os responsáveis e que eles sejam punidos, sem nenhum objetivo eleitoral pode dificultar o andamento”, afirmou. Segundo ele, o outro pedido, por ser comandado por um deputado da oposição, pode acabar se tornando uma ferramenta de pressão contra o Supremo Tribunal Fede-

ral (STF). Para Rollemberg, a CPI que propôs deverá ter uma investigação “mais independente”.

Autor da CPMI, Jordy discorda. Segundo ele, a comissão proposta por Rollemberg não tem garantia de instalação, mesmo com o número mínimo de assinaturas. “Na Câmara, a CPI não é automática. Existe uma fila, e a instalação é discricionária do presidente. Ter assinatura não significa que o colegiado será instalado”, afirmou.

Já a CPMI, segundo ele, tem caráter regimental obrigatório. “Tendo um terço das assinaturas de deputados e senadores, o requerimento é lido na primeira sessão subsequente do Congresso Nacional”, disse. O parlamentar afirmou ter reunido 248 assinaturas.

O deputado também rejeitou a avaliação de que a CPMI poderia ser usada como instrumento de pressão contra o Supremo, mas

afirmou que o colegiado deve, sim, investigar pessoas ligadas aos ministros — e cita como exemplo a esposa de Alexandre de Moraes.

Para o político, o foco da investigação deve ser a fraude bilionária envolvendo a venda de títulos inexistentes. Ele citou ainda a contratação de influenciadores, a atuação de lobistas e a oferta de títulos com rentabilidade fora dos padrões.

Jordy disse considerar inevitáveis tentativas de barrar a investigação. “Estamos diante de um escândalo sem precedentes, que envolve a política nacional, os três Poderes e gente muito poderosa.”

Segundo ele, no entanto, pode haver atrasos na instalação da CPMI, que cabe ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), como uma estratégia para esvaziar o assunto em ano eleitoral.

Ver também página C1

Advogado-geral da Petrobras pode ir para a Justiça

Andrea Jubé, Sofia Aguiar, Renan Truffi e Tiago Ângelo
De Brasília

Depois de ouvir ministros e aliados, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve nomear o atual advogado-geral da Petrobras, Wellington César Lima e Silva, para o Ministério da Justiça e da Segurança Pública ainda nesta semana. Com bom trânsito entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), uma das exigências de Lula, ele poderá assumir a vaga de Ricardo Lewandowski, que pediu demissão e deixou o cargo na sexta-feira (9).

Apesar da pressão de alas do PT, Lula não vai dividir o ministério. Eventual criação da pasta da Segurança Pública entrará como proposta da campanha à reeleição. Com a saída de Lewandowski, o secretário-executivo Manoel Carlos de Almeida Neto está respondendo como interino.

O convite a Wellington ainda

não foi formalizado, mas tudo converge para o nome dele neste momento. Jurista de formação, egresso da carreira do Ministério Público da Bahia, ele foi ministro da Justiça na gestão de Dilma Rousseff pelo curtíssimo período de 11 dias. Uma das preocupações de Lula era que o novo titular da pasta tivesse bom trânsito no STF, já que essa ponte era um dos principais atributos de Lewandowski, que foi integrante da Corte. O **Valor** ouviu de ministros do Supremo que Wellington construiu boa relação com a instituição. Um ministro do Supremo o definiu como “culto, cordato e conciliador”.

Wellington aproximou-se do STF no exercício do cargo de subsecretário de Assuntos Jurídicos (SAJ) da Casa Civil, que exerceu de janeiro de 2023 a maio de 2024, quando trocou o governo pela Petrobras. A função de SAJ é uma das mais prestigiadas, pela convivência próxima do presidente da Re-

pública e interlocução com autoridades do meio jurídico, do advogado-geral da União até titulares do STF. No convívio frequente com Lula, ele também conquistou a confiança do mandatário.

Wellington tem como padrinhos o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner. Quando Wagner era governador da Bahia, em 2010, o nomeou para o cargo de procurador-geral da Justiça, onde o indicado permaneceu até 2014. Naqueles anos, também conviveu com Rui Costa, que era secretário estadual da gestão de Wagner.

Apadrinhado de Rui Costa, Wellington Lima e Silva tem bom trânsito entre ministros do STF

Outra qualidade de Wellington, lembrada por fontes do Palácio do Planalto, foi a demonstração de lealdade ao PT quando aceitou ser nomeado por Dilma Rousseff para a pasta em março de 2016, durante o processo de impeachment. Poucos aliados permaneceram do lado dela e do PT naquele período.

Ele foi titular do ministério de 3 a 14 de março de 2016. Teve de pedir demissão, entretanto, depois que o STF decidiu que para continuar ministro, ele teria de renunciar à carreira do Ministério Público estadual, perdendo bônus e aposentadoria, porque ingressou na instituição em 1991 — após a Constituição de 1988. Ele foi sucedido na pasta naquele ano pelo procurador Eugênio Aragão. Procurado pelo **Valor**, Wellington não retornou.

Com a saída de Lewandowski, outros nomes foram cotados para a vaga. Dentre eles, estava o do ministro da Educação, Camilo Santana. Ele foi defendido por

uma ala importante do PT, especialmente pela experiência na área de segurança pública, acumulada durante o período em que governou o Ceará, entre 2015 e 2022. Porém, na visão de interlocutores, Camilo está fazendo um bom trabalho no MEC, e se o indicasse para a Justiça, Lula teria que buscar outro nome para a educação.

Também foi ventilado o nome do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Integrantes da gestão federal, no entanto, ponderam que a possível escolha de Andrei estaria atrelada a um desmembramento da pasta entre Justiça e Segurança Pública, o que não está no radar para este ano.

A eventual chegada de Wellington ao primeiro escalão do governo reforçará o time de ministros baianos, que já contempla, além de Rui Costa, Sidônio Palmeira (Secretaria de Comunicação da Presidência) e Margareth Menezes (Cultura).

Defesa de Bolsonaro entra com novo recurso no STF

Tiago Ângelo
De Brasília

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro entrou na segunda-feira (12) com um novo recurso contra a condenação a 27 anos de prisão por golpe de Estado. O objetivo dos advogados é levar o caso, que foi analisado pela Primeira Turma, para o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que é composto por todos os ministros.

O caso já transitou em julgado (quando não cabem mais recursos) e Bolsonaro cumpre pena na

Superintendência da Polícia Federal em Brasília desde 25 de novembro. Ainda assim, a defesa optou por entrar com novo recurso pedindo uma “retratação” quanto à condenação. A tendência, segundo ministros, é que a nova solicitação não seja aceita.

O argumento dos advogados é que Moraes decretou o trânsito em julgado antes de aguardar o prazo dos chamados “embargos infringentes”, que servem para questionar decisões não unâni- mes. Ocorre que a jurisprudência do STF só considera esse tipo de re-

curso cabível quando há duas divergências, o que não ocorreu no caso de Bolsonaro, uma vez que só Luiz Fux votou a favor do ex-presidente. Como o recurso não seria cabível, Moraes decretou o fim do processo antes de aguardar o prazo dos infringentes.

Se não houver reconsideração quanto a esse ponto, os advogados pedem que Moraes submeta o recurso ao plenário, para que o colegiado declare a “nulidade da ação penal” e absolva Bolsonaro. A defesa pede para que prevaleça o entendimento do ministro Fux.

Ainda segundo o pedido, o STF deve evoluir o entendimento segundo o qual embargos infringentes só são cabíveis quando há mais de uma divergência em julgamentos das turmas. “Esta Suprema Corte também entendia possível a prisão após o julgamento em segunda instância e antes do trânsito em julgado. O agravante entende ser o caso de evolução também quanto ao precedente firmado [sobre embargos infringentes].”

Bolsonaro integra o chamado “núcleo crucial” da trama golpis-

ta. Além dele, já tiveram o processo encerrado e cumprem pena os ex-ministros Walter Braga Netto, Paulo Sérgio Nogueira, Augusto Heleno e Anderson Torres; o ex-comandante da Marinha Almir Garnier. O ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem está nos Estados Unidos e é considerado foragido.

Entre outros crimes, eles foram condenados por tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado.

Motta aguarda ‘gestos’ de Lula para avaliar apoio eleitoral

Murillo Camarotto
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse na segunda-feira (12) que irá aguardar alguns gestos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva antes de definir se irá apoiar a recondução do petista nas eleições de outubro deste ano. As declarações foram feitas durante uma entrevista à imprensa da Paraíba, seu reduto eleitoral.

Candidato ao Senado, o pai de Motta, Nabor Wanderley (Republicanos), posou ao lado de Lula em uma fotografia no ano passado, em um indicativo de apoio ao presidente. Ocorre que há na Paraíba três pré-candidatos ao Senado interessados no apoio do petista, mas somente duas vagas estão disponíveis na chapa.

Além do próprio pai, Motta defende a candidatura do governador João Azevêdo (PSB) ao Senado. Para o governo estadual, o apoio é para o atual vice-governador, Lucas Ribeiro (PP). O problema é que outro aliado importante de Lula, o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB), pretende concorrer à reeleição.

“Isso nós vamos discutir ao longo do período. A política se faz com reciprocidade. Então, nós temos que, nessa construção política, entender o que nós temos de apoio, de gestos, para então definir quem a gente vai apoiar”, disse o presidente da Câmara, em um indicativo de que Lula teria que rifar algum de seus aliados para garantir o apoio de Motta.

Questionado sobre o veto de Lula ao projeto que altera regras de dosimetria das penas para condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro, Motta disse que trata o tema “com tranquilidade” e afirmou que o Congresso analisará a decisão do Executivo.

Ainda não há previsão de data para a reunião conjunta de Câmara e Senado que vai apreciar o assunto. A tendência é de que os vetos sejam derrubados pelos parlamentares, mas o governo promete negociar a manutenção da decisão de Lula.

O Republicanos, partido do presidente da Câmara, já manifestou algumas vezes que não irá apoiar formalmente a reeleição de Lula. Há, no entanto, uma expectativa de que o partido libere suas lideranças regionais caso não lance candidato à Presidência. Membro do partido, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, tem dito que vai disputar a reeleição.

A relação entre Motta e o Palácio do Planalto foi marcada por altos e baixos no primeiro ano da gestão do presidente da Câmara. Apesar de garantir a votação de pautas caras ao governo, como a reforma do Imposto de Renda, o deputado também participou da derrubada de decisões de Lula e patrocinou, por exemplo, a redução de penas para os condenados por tentativa de golpe.

Motta chegou a romper publicamente com o líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ), e ouviu como resposta que ele não reunia mais as condições mínimas para seguir à frente da Casa.

A crise foi parcialmente contornada nos últimos dias do ano passado, quando Lula chamou Motta para conversas privadas. Em entrevista ao **Valor**, publicada na segunda-feira (12), o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), disse que o pior já ficou para trás.

Segundo ele, a aprovação do PL da dosimetria “deixou feridas que, aos poucos, estão cicatrizando”. O líder governista também disse que as conversas de Lula e Motta no fim do ano surtiram efeito.

Pressão Teerã tenta provar que onda de protestos está sob controle, mas vídeos indicam sinais de insatisfação popular contra o governo

Trump ameaça com tarifa de 25% quem fizer negócios com Irã

Agências internacionais

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem numa rede social que qualquer país que faça negócios com o Irã estará sujeito a uma tarifa de 25% sobre todo o comércio realizado com os EUA. “Com efeito imediato, qualquer país que fizer negócios com a República Islâmica do Irã pagará uma tarifa de 25% sobre todo e qualquer negócio realizado com os EUA”, disse Trump em uma publicação na rede Truth Social. “Esta ordem é final e conclusiva”, acrescentou, sem dar mais detalhes sobre a medida.

A medida afetaria, por exemplo, o Brasil — que exportou cerca de US\$ 3 bilhões para o Irã em 2024, em produtos como grãos e oleaginosas, segundo fontes do mercado.

Se concretizada, a tarifa anunciada por Trump representa mais um instrumento de pressão econômica sobre o regime iraniano, que desde o fim de 2025 uma onda de protestos. As manifestações decorrem originalmente do agravamento da crise econômica no país, com forte desvalorização da moeda local (rial) e uma taxa anual de inflação que superou 40% em dezembro.

Após dias de consecutivos de protestos violentos contra o governo teocrático do Irã, milhares de manifestantes foram às ruas de Teerã ontem em um ato em defesa do governo, uma tentativa do regime iraniano de mostrar que conse-

guiu controlar uma onda de protestos que já deixou quase 600 mortos desde o final do ano passado. A violência contra os manifestantes foi criticada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que não descartou uma ação militar no país se a repressão aos opositores prosseguir.

Imagens exibidas pela TV estatal iraniana mostraram milhares de pessoas percorrendo as ruas da capital antes de se reunirem na Praça Engelab para o ato, classificado como um “levante contra o terrorismo americano-sionista”. A manifestação homenageou agentes de segurança que teriam sido mortos durante os protestos contra o governo, que eclodiram por causa da grave situação econômica do país e posteriormente passaram a ter como foco autoridades iranianas, entre elas o líder supremo, aiatolá Ali Khamenei.

Sob os gritos de “morte a Israel e aos EUA”, o presidente do Parlamento do Irã, Mohammed Ghali-baf, atacou a suposta intervenção ocidental no país em discurso e afirmou que Teerã está travando uma guerra em quatro frentes —

“O Irã quer, sim, negociar. Talvez nos encontremos com eles”
Donald Trump

econômica, militar, psicológica e contra o terrorismo. Ele ainda acrescentou que o Irã ensinará uma “lição inesqueável” a Trump caso o país seja atacado.

O ato em Teerã ocorreu após o ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, ter afirmado que as forças de segurança tinham “controle total” do país. Segundo ele, os protestos contra o governo se tornaram violentos para motivar uma intervenção dos EUA. Diferentes autoridades iranianas vêm acusando nos últimos dias americanos e israelenses de incentivarem os protestos, apesar da aparente ampla insatisfação da população com o regime.

“Temos muitas evidências que mostram a interferência dos EUA e de Israel nesta guerra terrorista”, afirmou o chanceler em entrevista à TV estatal. “Israel é diretamente responsável, assim como os americanos, por meio de suas declarações, ao promover a violência.”

Apesar dos relatos oficiais de que os protestos foram controlados, vídeos divulgados na internet mostravam manifestantes nas ruas de várias cidades durante a noite de ontem pedindo a morte de Khamenei.

A reação do regime ocorreu após a Human Rights Activist News Agency, organização de direitos humanos com sede nos EUA, ter informado que 599 pessoas morreram desde o início dos protestos no último dia 28 de dezembro. Do total, 510 seriam manifes-

tantes e outros 89 agentes de segurança. Além disso, outras 10,6 mil foram presas. Até o momento, o Teerã não divulgou um balanço oficial de vítimas e de detenções.

Trump, que já havia afirmado que iria “resgatar” os manifestantes se Teerã reprimisse com violência os protestos, voltou a ameaçar o país na noite de domingo. Embora tenha dito que Teerã buscou os EUA para dialogar após suas advertências, o republicano não descartou a hipótese de uma ação militar contra o país — uma fala que ganha novo peso após a operação para a captura de Nicolás Maduro na Venezuela e depois dos ataques americanos a instalações nucleares do Irã em junho de 2025.

“O Irã quer, sim, negociar. Talvez nos encontremos com eles. Uma reunião está sendo organizada, mas talvez tenhamos de agir antes por causa do que está acontecendo”, afirmou Trump, no domingo.

Trump deve se reunir hoje com sua equipe hoje para discutir opções para o Irã, segundo uma autoridade americana. O The Wall Street Journal noticiou que, entre as alternativas, estão o uso de armas cibernéticas, a ampliação das sanções contra o país e a promoção de apoio a fontes antigoverno. “Os militares estão analisando isso, e estamos avaliando algumas opções muito fortes”, disse Trump.

Araghchi, por sua vez, afirmou que o Irã estava disposto a dialogar com os EUA, mas também preparado para a guerra.

Presidente do México diz que 'boa conversa' com Trump afasta intervenção



A presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, afirmou ter rechaçado a ideia de uma intervenção militar dos EUA para combater os cartéis de drogas, após uma “boa conversa” com o presidente americano Donald Trump, ontem, sobre segurança e tráfico de drogas. “Continuamos a colaborar dentro da estrutura de nossa soberania”, afirmou Sheinbaum ao ser questionada por jornalistas em entrevista coletiva. Na semana passada Trump chegou a dizer que o México está sendo “controlado” pelos cartéis de drogas e sugeriu que poderia realizar ataques terrestres contra os grupos criminosos. Em postagem no X, a presidente americana afirmou: “Tivemos uma boa conversa com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Conversamos sobre diferentes temas, incluindo segurança com respeito à nossa soberania, a diminuição do tráfico de drogas, o comércio e os investimentos”. Na foto, Sheinbaum, acompanhada de assessores, conversa com Trump por telefone.

Venezuela e EUA avançam em retomada diplomática

Agências internacionais

O ministro do Interior da Venezuela, Diosdado Cabello, afirmou ontem que avança o processo para restabelecer as relações diplomáticas com os Estados Unidos. Considerado o homem mais poderoso do país depois do deposto presidente Nicolás Maduro, Cabello destacou que a prioridade é garantir uma representação que zele pelos direitos do ex-mandatário, capturado e preso pelos EUA.

Em entrevista semanal do Partido Socialista Unido da Venezuela, o ministro afirmou que está avançando com o “reinício” e a reabertura das embaixadas da Venezuela nos EUA e dos EUA na Venezuela. “Isso vai nos permitir ter representação consular para que possam zelar pela segurança e pela tranquilidade do nosso presidente Nicolás Maduro”, disse.

As declarações ocorreram três dias depois de Caracas e Washington anunciarem que avaliariam a possibilidade de reabrir suas embaixadas e restabelecer as relações diplomáticas rompidas desde 2019. O anúncio marca uma reaproximação após a operação americana no país sul-americano que resultou na captura de Maduro e



Cabello (à esq.) e Delcy (à dir.) na posse: vestido de 147 anos de salário mínimo

da primeira-dama Cilia Flores.

“Esse é o objetivo fundamental, que nos permita ter representantes lá, porque neste momento não temos ninguém. (Maduro) está sequestrado lá e não temos ninguém, além dos advogados, que não são venezuelanos”, disse Cabello.

Como primeiro passo no processo de avaliação entre os dois países para reabrir suas sedes diplomáticas, uma delegação do governo Trump, com diplomatas e agentes de segurança, chegou na

sexta-feira à Venezuela, informou o Departamento de Estado. Não foram divulgados detalhes sobre a permanência no país.

O governo da presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, afirmou que o processo tem como objetivo “abordar as consequências derivadas da agressão e do sequestro do presidente da república e da primeira-dama, assim como tratar uma agenda de trabalho de interesse mútuo”.

Delcy tomou posse como presi-

dente interina no dia 5, substituindo Maduro, perante a Assembleia Nacional, de ampla maioria governista. Nos dias seguintes à cerimônia, ela passou a ser alvo de críticas nas redes sociais pelo vestido usado na posse, um modelo verde da marca italiana Chiara Boni La Petite Robe, avaliado em cerca de R\$ 4.680.

No último fim de semana, cresceu nas redes sociais a indignação dos usuários com o preço do vestido. A maior parte criticou a presidente por usar uma roupa considerada cara em meio aos elevados índices de pobreza no país. “São 147 anos de salário mínimo se alguém quiser comprar esse vestido”, dizia um dos posts.

Trump também tem intensificado os planos para a exploração de petróleo na Venezuela após uma reunião, na semana passada, com os principais executivos do setor na Casa Branca. Ontem, ele afirmou que pode impedir a Exxon Mobil de investir no país depois que o CEO da petroleira disse que não considerava viável investir na Venezuela.

“Não gostei da resposta da Exxon”, disse Trump, no domingo à noite. “Me inclino a manter a Exxon de fora. Não gostei da resposta deles. Estão sendo espertinhos demais.”

Europa precisa cair na realidade e pensar o impensável sobre a Otan

Análise

Gideon Rachman

Financial Times

Gerardus Mercator poderia ter muito a explicar hoje em dia. Ele foi o cartógrafo que, no século XVI, desenhou um mapa-múndi para auxiliar os navegadores. No mapa de Mercator, que amplifica desproporcionalmente as regiões polares e ainda é amplamente usado até hoje, a Groenlândia parece maior do que toda a América do Sul e ser quase do tamanho da África. Na realidade, ambas são muito maiores do que a Groenlândia.

O enganoso tamanho enorme da Groenlândia pode ter ajudado a despertar a cobiça de Donald Trump e sua intenção de tomar a ilha: “Eu adoro mapas. E sempre disse, ‘Veja o tamanho disso, é enorme, e isso deveria ser parte dos Estados Unidos’”. A Dinamarca, que tem a soberania da ilha, permitiria aos EUA, alegremente, terem todas as instalações militares que precisassem, assim como acesso aos minerais críticos da Groenlândia. Então, não há argumento estratégico para uma anexação pelos EUA. É o ego de Trump que está guiando esta política.

Trump tem falado de forma ameaçadora em adquirir a Groenlândia “da maneira fácil” ou “da maneira mais difícil” — uma referência inequívoca ao uso da força. Em resposta às ameaças, a primeira-ministra da Dinamarca, Mette Frederiksen, disse que a anexação da Groenlândia representaria o fim da aliança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental). Nicholas Burns, ex-embaixador dos EUA na Otan, concorda que uma invasão americana “destruiria a Otan”.

Alguns membros europeus da Otan provavelmente tentariam manter a aliança em vigor, mesmo se os EUA, de fato, invadissem a Groenlândia, por raciocinarem que ainda precisam da proteção dos EUA contra a Rússia. No entanto, uma aliança baseada na defesa mútua não teria como sobreviver a um membro atacando outro. Depois de algo assim, qualquer garantia de segurança americana à Europa não valeria nada. Mesmo que alguns europeus tentassem se agarrar às ruínas da Otan, a aliança acabaria naufragando sob as ondas do Atlântico Norte.

Claramente, a primeira preferência do governo dos EUA é coagir os dinamarqueses a vender a Groenlândia. Até isso, contudo, representaria um ato sem precedentes de agressão contra um aliado — ao que a Otan também teria dificuldade em sobreviver.

Felizmente, apesar das ameaças de Trump, ainda estamos a certa distância dos piores cenários. Os acontecimentos no Irã e na Venezuela poderiam desviar a atenção da Casa Branca da Groenlândia. Republicanos de destaque já se posicionaram fortemente contra a anexação.

Os europeus também falam em reforçar a presença da Otan no Ártico. No entanto, como Trump deixou muito claro que quer ser dono da ilha, isso dificilmente o apaziguaria.

Um caminho mais frutífero para a Europa seria falar com todas as letras — em público e em privado — o que o fim da Otan significaria para os EUA. De imediato, a continuidade

das bases militares americanas na Europa seria questionada. Alguns no universo trumpista poderiam até gostar disso, pois veem a defesa da Europa como um fardo do qual os EUA poderiam prescindir. No entanto, bases como a de Ramstein, na Alemanha, são usadas para a projeção de poder americana — inclusive no Oriente Médio e no Irã. Uma ruptura dos laços de segurança entre EUA e Europa também significaria que a UE não sentiria mais a necessidade de responder apenas passivamente às tarifas de Trump. Poderiam ser impostas tarifas retaliatórias no mesmo patamar da alíquota de 15% aplicada pelos EUA à Europa.

Vendas de armas à Europa, tão importantes para as fabricantes americanas da área de defesa, também entrariam em queda livre, à medida que os países europeus se tornassem mais cautelosos em usar produtos americanos em sua infraestrutura crítica. Os gigantes de tecnologia do Vale do Silício poderiam esperar ser tributados e regulamentados de forma muito mais pesada. Boicotes de consumidores a produtos americanos, já comuns no Canadá, poderiam se disseminar pela Europa — o maior mercado externo dos EUA.

Para os países europeus, os riscos de divorciar-se dos EUA seriam claramente muito altos. Eles precisariam agir rápido para criar um novo pacto de segurança para substituir a Otan. Os países que assinaram uma carta conjunta em apoio à Dinamarca — Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Polónia e Espanha — poderiam formar a base dessa aliança, ao lado dos países nórdicos. Isso, entretanto, custaria muito dinheiro e poderia exigir medidas dolorosas — como impor um serviço militar obrigatório.

Mesmo a coerção para a venda da Groenlândia já seria uma agressão sem precedente

Os EUA também dispõem de muitas ferramentas para tornar a vida de uma Europa pós-Otan desconfortável. O governo Trump certamente tentaria provocar rachas na UE e cultivar parcerias especiais com membros individuais. Os países que poderiam cair nessa armadilha — como a Hungria — se deparariam com uma escolha, alinhar-se aos EUA ou manter a filiação à UE.

O Reino Unido é particularmente vulnerável em razão da profundidade de seus laços de segurança com os EUA. Os serviços de inteligência britânicos e americanos são profundamente interligados. A dissuasão nuclear britânica vale-se de softwares e mísseis americanos.

Muitos no establishment britânico, portanto, consideram o fim da Otan como algo simplesmente impensável. Certamente, seria algo perigoso e sem precedentes — não apenas para o Reino Unido, mas também para a Europa e os próprios EUA. No entanto, eventos perigosos e sem precedentes aconteceram com frequência na história. Infelizmente, no que diz respeito à Otan, é hora de começar a pensar o impensável.

Imposto sobre fortunas da Colômbia é o maior do mundo

Bloomberg

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, está fazendo sua maior aposta até agora para sanear as finanças do país. Após, no Natal, ter declarado “emergência econômica”, ele elevou os impostos por decreto, mais que triplicando a alíquota máxima do imposto sobre grandes fortunas, de 1,5% para 5%.

O imposto incide sobre patrimônios líquidos acima de US\$ 563.200, com a alíquota mais alta aplicada a fortunas superiores a cerca de US\$ 27 milhões.

Isso faz com que, em teoria, seja o imposto sobre fortunas mais alto do mundo — superando os de nações ricas como a Noruega, a Suíça e a Espanha — em um dos países mais desiguais do planeta.

A alíquota de 5% é equivalente a uma proposta na Califórnia, nos EUA, mas a base de cálculo do imposto é muito mais baixa do que o patrimônio líquido de US 1 bilhão proposto no estado americano. O Ministério da Fazenda da Colômbia estima que 105.332 pessoas seriam afetadas pelo tributo de alguma forma.

Powell escancara luta pela independência do Fed

O já disruptivo segundo mandato de Donald Trump nos EUA atingiu um novo patamar na noite de domingo, quando o discreto Jerome Powell divulgou um vídeo com uma mensagem direta: a ameaça de acusações criminais contra o presidente do Federal Reserve (Fed) é uma consequência do fato de o banco central americano definir as taxas de juros com base na melhor avaliação para cumprir seu mandato de fomentar a estabilidade de preços e o pleno emprego sustentável, em vez de seguir as preferências do presidente. Trump já declarou diversas vezes que o Fed deveria reduzir o juro a 1%. A taxa dos Fed Funds está hoje na faixa de 3,5%-3,75%, menor nível em três anos.

A nova investida de Trump surpreende pelo fato de o mandato de Powell à frente do Fed terminar daqui a poucos meses, em maio. Especula-se que seja uma pressão do presidente para que Powell, que também é membro do board do Fed com mandato até início de 2028, antecipe sua aposentadoria, abrindo outra vaga para Trump preencher e consolidar o seu controle na autoridade monetária.

Porém, a investigação do Departamento de Justiça em relação a Powell e o custo da reforma da sede do Fed — sobre a qual Trump afirma que não tinha conhecimento — pode ter sido um tiro no pé. Pessoas próximas a Powell acreditavam que ele estava ansioso por uma vida pós-Fed quando seu mandato como presidente terminasse. Mas em sua mensagem de vídeo, Powell sugere estar disposto a brigar para garantir a independência do banco central. Além disso, a investigação criminal torna menos provável que o Fed reduza as taxas de juros novamente no curto prazo — a próxima reunião de política monetária está marcada para os dias 27 e 28 de janeiro —, pois um ataque tão flagrante à independência do banco central fornece um motivo real para que as expectativas de inflação — e consequentemente para os juros no longo prazo — se desestabilizem.

Powell recebeu imediatamente o apoio de todos os ex-presidentes do Fed ainda vivos, assim como de ex-secretários do Tesouro de administrações democratas e republicanas anteriores. Ex-membros do Fed, como Janet Yellen, Ben Bernanke e Alan Greenspan, assinaram uma declaração criticando o que descreveram como uma “tentativa sem precedentes de usar ataques da promotoria para minar a independência [do Fed]”. “É assim que a política monetária é feita em mercados emergentes com instituições frágeis, com consequências altamente negativas para a inflação e para o funcionamento de suas economias

de forma mais ampla”, diz a declaração. “Isso não tem lugar nos EUA, cuja maior força é o Estado de Direito, que está na base do nosso sucesso econômico.”

A ameaça à independência do Fed também gerou reações imediatas no Congresso americano, incluindo de alguns republicanos, como o senador Thom Tillis, membro da influente Comissão de Bancos do Senado. Tillis ameaçou bloquear futuras nomeações para o Fed devido à investigação do Departamento de Justiça, acusando os assessores de Trump de “pressionarem ativamente para acabar com a independência do Fed”.

Diante da queda no apoio interno — segundo o agregador de pesquisas da CNN a desaprovação de Trump seguia em 58% no início do ano —, Trump tem ampliado sua intervenção na economia, mirando não apenas o Fed, mas também as empresas americanas de forma alarmante.

Na última semana, Trump “ordenou” aos bancos limitar as taxas de juros dos cartões de crédito, ameaçou usar uma ordem executiva para impedir empresas de defesa de pagar dividendos aos seus acionistas ou recomprar ações até que acelerem a produção de equipamentos militares e, mais recentemente, busca obrigar as petrolíferas a extrair petróleo da Venezuela, que elas não querem por causa do custo elevado. Trump também afirmou que “instruiu seus representantes” — Fannie Mae e Freddie Mac, as duas agências federais — a comprar US\$ 200 bilhões em títulos hipotecários, sob a alegação que isso reduzirá o custo do financiamento imobiliário — embora as taxas imobiliárias em geral acompanhem a tendência dos juros dos Treasuries de longo prazo, em vez dos rendimentos dos títulos hipotecários.

Apesar de essas ações arbitrárias de Trump influírem no desempenho individual das ações, ou de um grupo delas, no geral, os mercados financeiros têm feito vista grossa à ameaça intervencionista do presidente. Após uma reação inicial em baixa, as bolsas americanas se recuperaram, com o índice S&P 500 até mesmo renovando sua máxima histórica no fechamento, atingindo 6.977,27 pontos. Também o mercado de bônus reverteu a maior parte das perdas iniciais, com o rendimento dos Treasuries de 10 anos encerrando apenas com uma leve alta, em 4,186%.

O ineditismo de ter um presidente com quase nenhum respeito à separação dos poderes e às regras da lei nos EUA pode estar nublando a avaliação dos agentes financeiros em Wall Street, que parecem ainda acreditar que a força das instituições americanas irá prevalecer sobre a vontade quase imperial de Trump.

Falta de profissionais coloca em risco os investimentos em infraestrutura no Brasil. Por Arthur Sousa

Escassez de engenheiros

Após anos de atividade inconstante, o setor de infraestrutura vive um momento de crescimento no Brasil. Em 2024, os investimentos na área somaram R\$ 266,8 bilhões — 2,27% do Produto Interno Bruto (PIB) —, com destaque para o setor privado, responsável por 70,5% desse valor (R\$ 188,1 bilhões). Para 2025, a projeção é ainda maior: R\$ 277,9 bilhões (2,19% do PIB projetado), impulsionados, principalmente, por investimentos em energia elétrica, saneamento básico, rodovias, ferrovias e mobilidade urbana (1).

É um cenário promissor e que reforça a percepção de que o país finalmente se prepara para enfrentar seu déficit de infraestrutura, condição essencial para aumentar a competitividade internacional, atrair novos investimentos e reduzir custos logísticos.

Mas a escassez de mão de obra qualificada na área de engenharia se impõe como um risco sistêmico que pode comprometer o ciclo de investimentos em curso e limitar o crescimento econômico brasileiro nas próximas décadas.

Um levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que o Brasil já enfrenta um déficit de 75 mil engenheiros, um problema que fica mais evidente neste momento em que o país vive um novo período de realização de obras de grande porte. A demanda cresce de forma mais rápida do que a capacidade de reposição de profissionais no mercado brasileiro.

De 2015 a 2023, o número de universitários matriculados em faculdades de engenharia recuou 25%. Em 2015, o Brasil chegou a ter 1,25 milhão de estudantes em cursos da área. Desde então, registrou

sucessivas quedas, chegando a 894 mil alunos em 2023 (2).

Como resultado, o país conta com uma baixa proporção de engenheiros em relação à população total. Enquanto nos Estados Unidos e no Japão há 25 engenheiros para cada mil habitantes, no Brasil a proporção é de 6 profissionais para cada mil pessoas, segundo dados do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).

Diversos fatores contribuem para este apagão de mão de obra. O primeiro é a má formação em ciências exatas, como matemática e física, que os estudantes carregam desde o ensino fundamental. Em um exame realizado em 2022, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), conduzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelou que 70% dos estudantes brasileiros de 15 anos têm dificuldades para resolver problemas matemáticos. O resultado coloca o Brasil entre os 20 países com pior desempenho nessa disciplina. O despreparo leva os estudantes brasileiros a rejeitarem carreiras focadas nesses conhecimentos, impactando diretamente o número de matriculados nas universidades.

Além de atrair menos interessados a cada ano, as faculdades da área enfrentam grande evasão: de cada 100 estudantes que iniciam cursos de engenharia, apenas 35 se formam (3). A desistência se deve tanto às falhas de formação, que dificultam o desempenho dos universitários, quanto a currículos engessados, que demoram para levar o aluno à prática e são incapazes de prender o interesse de uma geração que já nasceu conectada.

Para agravar o cenário, entre



os que concluem o curso, apenas 40% solicitam registro nos conselhos regionais de engenharia para atuar em suas áreas de formação. Boa parte dos novos profissionais acaba sendo atraída pela ideia de fazer carreira no mercado financeiro, mesmo com o diploma em mãos.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) homologadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) visam melhorar esse quadro. Ao permitir práticas mais modernas no ensino, essas diretrizes tornam o currículo dos cursos mais práticos e interdisciplinares e ajudam os alunos a de-

envolverem, desde o primeiro semestre de estudos, uma visão integrada e aplicável dos conhecimentos da engenharia.

A reformulação dos cursos é uma medida positiva, mas ainda insuficiente diante da magnitude do problema. Para além da educação, suprir a falta de mão de obra no setor de engenharia no Brasil passa, inevitavelmente, por trazer a expertise de profissionais do exterior. No passado, esse movimento se deu com a atuação de empresas espanholas, portuguesas e alemãs, sempre trazendo a experiência dos ciclos de investimento vividos

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração

Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor

é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.br/pri_edit

Editor-executivo de Opinião

José Roberto Campos

(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos

Catherine Vieira

(catherine.vieira@valor.com.br)

Fernando Torres

(fernando.torres@valor.com.br)

Robinson Borges

(robinson.borges@valor.com.br)

Sergio Lamucci

(sergio.lamucci@valor.com.br)

Zinia Baeta

(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursais

Brasília: Fernando Exman

(fernando.exman@valor.com.br)

Rio: Francisco Góes

(francisco.goes@valor.com.br)

Internacional: Roberto Lameirinhas

(roberto.lameirinhas@valor.com.br)

Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa

(arthur.rosa@valor.com.br)

Política: Marcello Corrêa

(marcello.corrêa@valor.com.br)

Projetos Especiais: Célia Rosenblum

(celia.rosenblum@valor.com.br)

S.A.: Nelson Niero

(nelson.niero@valor.com.br)

Tendências & Tecnologia: Cynthia Malta

(cynthiamalta@valor.com.br)

Valor Online: Paula Cleto

(paula.cleto@valor.com.br)

Valor PRO: Roberta Costa

(roberta.costa@valor.com.br)

Visual Multiplataformas: Luciana Alencar

(luciana.alencar@valor.com.br)

Repórteres Especiais

Adriana Mattos

(adriana.mattos@valor.com.br)

Alex Ribeiro (Brasília)

(alex.ribeiro@valor.com.br)

César Felício

(cesar.felicio@valor.com.br)

Daniela Chiaretti

(daniela.chiaretti@valor.com.br)

Fernanda Godoy

(fernanda.godoy@valor.com.br)

Fernanda Guimarães

(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa

(joao.rosa@valor.com.br)

Correspondente internacional

Assis Moreira (Genebra)

(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais

Cibelle Bouças (Belo Horizonte)

(cibelle.boucas@valor.com.br)

Marina Falcão (Recife)

(marina.falcao@valor.com.br)

Valor Data

Coordenador: William Volpato

(william.volpato@valor.com.br)

Valor Investe

Editora: Daniele Camba

(daniele.camba@valor.com.br)

Pipeline

Editora: Maria Luíza Figueiras

(maria.figueiras@valor.com.br)

Valor International

Editor: Samuel Rodrigues

(samuel.rodrigues@valor.com.br)

Nova Globo Rural

Editor-executivo: Cassiano Ribeiro

(cassiano@edglobo.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Filipe Silva Ferreira (filipe.ferreira@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Rua Gerivalta 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955. **RJ** 0 xx 21 3521.1414. **DF** 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 - Brasília Shopping - Torre Sul - sala 301 - 3º andar - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 - Nível 2 - Bairro: Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados					Revistas Setoriais Financeiro e Especies - Atendimento nacional - Transforme Negócios
SP interior e litoral - MMardegan Marcelo Mardegan Cel (19) 99251-7817	MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C. Carlos Chetto Cel (71)99617-6800	GO - Realize Comunicação. Isleika Leite e Alessandra Marinho Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190	SC - Marcucci & Gondran Associados Milton Marcucci Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313	RS - HMR Representações Hermano Thaddeu Cel (51) 99987-3165 99414-8277	Negócios Marisa de Assis Stephano Cel (11) 99414-8277
Ribeirão Preto - SP - F&Campos Fernando Campos e Valéria Campos Cel (16) 99787-8159 / (16) 99131-3667	ES/MG - Sat Propaganda Luiz Otavio Cel (31) 9994-6884	PR - SEC Soluções Estratégicas. Luiz Carvalho e Mara Araújo Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866			

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: portaldoassinante.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: corporate@valor.com.br
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R\$ 1.858,80 ou R\$ 154,90 mensais**. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888**. Carga tributária aproximada: 3,65%



rações de engenheiros mais experientes e os jovens que estão entrando no mercado, devem, também, aproveitar o intercâmbio com profissionais de outros países e ter contato com diferentes técnicas, processos e culturas de trabalho, em benefício de todo o setor no país.

Até o fim de 2026, o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) irá investir R\$ 1,3 trilhão em diversas obras e equipamentos em todas as regiões do Brasil, tornando ainda mais urgente a adição de muitos novos profissionais de engenharia no mercado de trabalho brasileiro.

Além dos novos investimentos, nas próximas décadas, a infraestrutura brasileira deverá responder a grandes desafios, como a necessidade de uma maior adaptação dos equipamentos às mudanças climáticas e ao crescimento da população, principalmente nas metrópoles. São desafios extras que demandam projetos complexos e reforçam a necessidade de profissionais altamente qualificados para responder à altura.

Se o Brasil quer competir globalmente e crescer de forma consistente, deve encarar essa escassez de mão de obra com a urgência necessária. Construir o futuro do Brasil só será possível com mais engenheiros.

1. 24ª Carta de Infraestrutura, Inter.B Consultoria
2. Censo de Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
3. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)

Arthur Sousa é vice-presidente na Concremat-CCCC e conselheiro do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA).

O risco do atalho da força-maior

Edvaldo Santana



É normal, quando de apagões, as concessionárias, como a Enel e a Light, e às vezes o governo, se defenderem com frases que têm uma palavra-chave — resiliência —, na moda há uns 10 anos. Será que sabem o real significado desse substantivo?

Sou admirador do comportamento de duas aves inspiradoras: o João-de-barro e a Coruja-buraqueira. Onde vivem e como se protegem de predadores é o que mais me atrai. O João-de-barro constrói seu ninho em locais hostis para humanos, como marquises de prédios, postes e em árvores. Tais ninhos, em formato de forno de pizzeria, têm compartimentos que suportam calor, vento e chuva. Em Florianópolis, numa área sujeita a tempestades e ciclones, tenho notado, em 200 m de rua onde há seis ninhos, que o João-de-barro passou a construí-los em pontos que indicam mais segurança, como entre a estrutura do poste e o transformador e mesmo sob o transformador.

A Coruja-buraqueira escolhe

locais com aparência inóspita. Sua toca, grande parte construída por outros bichos, fica em terrenos baldios, beira de estrada, aeroportos e campos de futebol. Se a toca é alagada, a ave simplesmente procura outra por ali, de preferência em sua colônia.

Os dois pássaros desenvolveram poderosas estratégias de evolução. O João-de-barro, símbolo da resistência, constrói verdadeiras fortalezas, que não caem diante intempéries, como se soubesse, por exemplo, o poste que pode tomar. Estão preparados para evento climáticos severos (ECSs). A Coruja-buraqueira expressa mobilidade e adaptação. Sua toca, se fica inviável, é logo substituída.

Há uma característica comum entre as duas aves: resistem à hostilidade e a usam como atributo de sobrevivência. Se fortalecem com a incerteza e a severidade climática. Os reverses são matéria-prima de suas vidas. Nassim Taleb (em “AntiFragil”) chama isso de antifragilidade — uso da adversidade para crescer e melhorar. É bem mais que ser resiliente — capacidade de voltar ao estado anterior após o impacto. Os ECSs funcionam, para esses pássaros, como testes de estresses, daqueles exercitados em análise risco.

Como isso se reflete no setor elétrico? No segmento de linhas de transmissão (LTs), a evolução é positiva. Em 2012, foram 2.638 perturbações em toda extensão das LTs, contra 3.845 em 2024, um aumento de 46%. E é nitidamente crescente o número de ocorrências

originadas de condições climáticas. Foram 570 em 2014, 1.126 em 2023 e 913 em 2024.

Apesar de dados tão drásticos, em 2020, para todo setor elétrico, as perturbações nas LTs resultaram em 65 minutos de cortes de energia. Esse número caiu para 33 minutos em 2024 e, veja só, para menos de 25 SEGUNDOS em 2025. Portanto, mesmo com aumento absurdo no número de perturbações, a falta de energia para os consumidores, motivada por problemas nas LTs, é cada vez menor, quase nula em 2025.

É incoerente blindar as distribuidoras de energia de estressores, como os eventos climáticos severos

O que explica performance tão favorável? É que parte do SEB, coordenada pelo ONS, entende que o clima não é caso fortuito ou forçoso maior. A transparência, com a divulgação de indicadores intuitivos de desempenho, é um eficaz estímulo à melhoria. Mas o principal incentivo vem de norma da Aneel aprovada em 2007, que reduz a receita da transmissora durante uma ocorrência. Se um vento de 200 km/h derrubar parte de uma LT, a concessionária tem uma pequena franquia de H horas para restaurá-la. Depois disso, sua receita será reduzida até que o sistema volte ao normal.

O negócio de transmissão, assim, já não é levar a energia de um lado para o outro. É assegurar que isso seja feito 100% do tempo, o tempo todo, o que o aproxima da antifragilidade — usar a irregularidade climática para crescer, como o João-de-Barro e a Coruja-Buraqueira.

Mas essa metáfora, estranhamente, não se verifica no caso das distribuidoras. Protegidas por leis e contratos, essas empresas se exibem com o retrógrado argumento do caso fortuito e da força maior. E é esse ardil que as mantém frágeis. O benefício da força maior (ou “força divina”) é uma proteção excessiva. A distribuidora apenas re-faz as redes, ditas resilientes, mas não temem ter que recuperá-las inúmeras vezes, dado que a “culpa não é nossa”. É como se a resiliência incluísse insistir no erro.

Esse biombo jurídico e regulatório aciona diferentes vieses. Um deles é o do status-quo: se há proteção jurídica, manter as práticas atuais sugere racionalidade. A ausência do (teste) estresse regulatório perpetua a acomodação. Outro viés é o da normalidade: gestores costumam acreditar que ECSs são muito raros e, por isso, não justificam pesados investimentos. A força maior intensifica essa percepção, dado “que foi evento incontrolável”.

Esses dois vieses mostram que o caso fortuito e a força maior não são meros escudos jurídicos, e sim atalhos cognitivos que afetam a performance da distribuidora. As redes, mesmo que reparadas a cada ECS,

não mostram sinais de progresso, ou seja, não ficam cada vez melhores. A concessionária, apoiada nessa norma anacrônica, se enfraquece com a adversidade, quando deveria ser o contrário. Em lugar do teste de estresse, prefere a certeza do desastre, só não sabe quando.

É, por tudo isso, essencial que os princípios do caso fortuito e da força maior sejam extirpados da legislação do setor elétrico. É incoerente, para prestação do serviço adequado, blindar a distribuidora dos estressores que vêm dos sucessivos, apesar de irregulares, ECSs. Essas adversidades não devem ser vistas como inimigas, e sim como fontes de aprendizado e evolução do design físico e de gestão da rede.

Há pelo menos três anos tenho mostrado, no **Valor**, o assustador decréscimo no volume de água para gerar eletricidade. Só em 2025 foram dois artigos, “Quatro Argentinas perdidas em energia” e “É inflacionária a operação do sistema elétrico”. Bruno Rosa, no Globo de 29 de dezembro, detalhou estudo da ANA que deu verniz oficial ao que já era esperado. E preocupa o cenário para 2026. Os dados de ontem do ONS indicam que, decorridos 45 dias do ciclo de chuvas, os reservatórios encheram apenas 0,4, quando deveria ser no mínimo 10 pontos percentuais. Não se espante com o acionamento da bandeira tarifária amarela ou vermelha já em fevereiro.

Edvaldo Santana é doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel

A República Islâmica está sob ameaça externa (EUA e Israel) e interna dos protestos. Por Vali Nasr

Por que desta vez é diferente para o Irã

Os iranianos saíram às ruas para protestar contra o colapso da moeda do país e o aumento da inflação, com muitos exigindo o fim da República Islâmica. No entanto, a resposta do governo foi diferente das ondas anteriores de agitação. Enquanto os governantes do Irã foram rápidos a reprimir o Movimento Verde de 2009 e a revolta Mulher, Vida, Liberdade de 2022, as forças de segurança demoraram a reagir à intensificação dos protestos atuais. Em vez de reprimi-los com brutalidade, o presidente Masoud Pezeshkian respondeu inicialmente com reformas de austeridade para liberar fundos para subsídios aos pobres.

Mas essa medida provisória não durou. Embora os pobres possam ter sido apaziguados, os que estão nos escalões médios da sociedade arcam com os custos e aderiram aos protestos em número maior. O que começou como uma expressão de descontentamento econômico logo se tornou uma revolta política. Só depois que os protestos eclodiram em todo o país em 8 de janeiro é que o regime começou a reprimi-los com seriedade.

Por que a reação à dissidência política foi tão diferente desta vez? Os protestos atuais estão ocorrendo à sombra da guerra de 12 dias entre o Irã e Israel em junho passado. As autoridades iranianas ainda estão abaladas pelo conflito e agindo com base na hipótese de que ele pode recomençar a qualquer momento. Essa ameaça é mais grave do que a agitação política interna, porque os ataques de Israel ao Hezbollah e o colapso do regime de Bashar al-Assad na Síria deixaram o Irã com pouca capacidade de dissuadir intervenções estrangeiras.

Para piorar, o Irã já não é capaz de impedir que atores estrangeiros aumentem o descontentamento popular no país. Durante a guerra de junho de 2025, iranianos se uniram em torno da bandeira, e o regime reagiu relaxando a aplicação das regras religiosas, principalmente no que diz respeito ao uso do hijab. Mas os protestos atuais apresentam um dilema: reprimir com demasiada força poderia desfazer o frágil entendimento que o regime estabeleceu com a população após a guerra, enquanto deixá-los crescer poderia convidar a intervenção estrangeira.

A deterioração da economia iraniana também tem sido um fator



Os protestos ocorrem à sombra da guerra de 12 dias entre o Irã e Israel em junho passado, que acelerou a deterioração da economia iraniana. Nos seis meses seguintes, o rial perdeu mais de 40% de seu valor, evidenciando a fuga de capital, e a inflação subiu até 60%

decisivo. Uma combinação de má gestão, corrupção e sanções severas causou inflação galopante e desemprego, enfraquecendo de modo progressivo a classe média e aumentando o número de pessoas pobres em dificuldades. A guerra de junho acelerou essas tendências. Nos seis meses seguintes, o rial perdeu mais de 40% de seu valor e a inflação subiu até 60%. Com muitos presumindo que o enfraquecimento do programa nuclear do Irã tinha reduzido a capacidade do país de negociar o alívio das sanções, em pouco tempo seguiu-se uma fuga de capitais.

Assim, na visão dos governantes iranianos, a situação econômica que levou os manifestantes às ruas está profundamente entrelaçada com a ameaça externa que o país enfrenta. Eles lembram que, durante a guerra do ano passado, Israel exortou os iranianos comuns a se revoltarem. Os israelitas calcularam que eliminar dezenas de comandantes militares de alto escalão e atacar instituições militares e de segurança enco-rajariam a população inquieta do Irã a se levantar e derrubar o Estado sírio. Quando isso não aconteceu, os líderes iranianos foram os primeiros a reconhecer que haviam sobrevivido à guerra graças ao seu povo. Mas também ficou claro para eles que uma revolta popular fazia parte da estratégia de guerra de Israel, e essa constatação influencia sua visão dos protestos atuais.

Essas suspeitas foram confirmadas quando o presidente dos EUA,

Donald Trump, recentemente declarou nas redes sociais que os Estados Unidos estão “prontos para agir”, dispostos a intervir para “resgatar” os manifestantes iranianos de uma repressão violenta. A verdadeira ameaça dos protestos não está no que os iranianos podem alcançar por conta própria, mas se eles podem servir para justificar uma ação militar dos EUA contra o Irã.

As semelhanças óbvias são com a Líbia e a Síria durante a Primavera Árabe, quando EUA e alguns governos europeus invocaram a “responsabilidade de proteger” os manifestantes para justificar a intervenção militar. Essas revoltas populares em pouco tempo se transformaram em esforços de mudança de regime liderados por forças estrangeiras, levando, em última instância, à guerra civil e ao colapso do Estado. Vale notar que a Guarda Revolucionária Islâmica do Irã está repleta de veteranos do conflito na Síria. Eles testemunharam em primeira mão como protestos pacíficos com apoio externo podem logo precipitar uma guerra civil. A necessidade imperativa de evitar o destino da Líbia e da Síria é a força motriz por trás das decisões iranianas hoje.

Outro fator no pensamento dos líderes iranianos é a captura do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, pelos EUA. Como todos os outros ao redor do mundo, os governantes do Irã ficaram chocados. Este não foi o tipo de mudança de regime que os Estados Unidos fize-

ram no Afeganistão e no Iraque no início dos anos 2000 e buscaram na Líbia e na Síria uma década depois. Em vez de enviar tropas ou defender a reconstrução do país, o governo Trump deixou a estrutura de poder chavista no lugar, exigindo que ela se submetesse ao controle imperial americano ou enfrentasse estrangulamento econômico.

Os EUA poderiam adotar estratégia semelhante contra a República Islâmica? Se sim, poderiam tentar lançar um ataque militar de precisão para matar o líder supremo do Irã e os principais líderes políticos e militares, capturar petroleiros iranianos em alto mar e, em seguida, exigir que o que restasse da República Islâmica acatasse suas exigências (o que incluiria abandonar seus programas nucleares e de mísseis e entregar o controle de seus recursos naturais). Mesmo sem matar os líderes iranianos, uma estratégia americana de bombardeamento e interdição da exportação de petróleo poderia colocar o regime de joelhos.

Confrontado com estes cenários, a resposta imediata do Irã foi apontar os custos potenciais da agressão dos EUA. Em 6 de janeiro, o Conselho de Defesa iraniano revisou sua postura estratégica, anunciando que o Irã poderia tomar “medidas preventivas” se enfrentasse “sinais objetivos de ameaça”. Embora um ataque preventivo a alvos americanos no Oriente Médio possa sem dúvida provocar uma guerra que o Irã não deseja e muito bem significar o fim do regime, a República Islâmica não pode dar a impressão de que derrotá-la seria algo sem custos.

Mesmo que o Irã consiga evitar um confronto direto com os EUA e mesmo que a atual onda de protestos diminua, a economia do país está numa espiral descendente. Isso significa que a raiva pública só aumentará no médio e no longo prazo. A República Islâmica está em situação difícil, pressionada pela ameaça externa dos EUA e de Israel e pela ameaça interna de revolta em massa. Não há saída fácil para este impasse. Um colapso total da República Islâmica não é necessariamente iminente, mas a revolução iraniana está agora chegando ao fim. *(Tradução por Fabrício Calado Moreira)*

Vali Nasr, professor de estudos do Oriente Médio e relações internacionais na School of Advanced International Studies da Universidade Johns Hopkins. Copyright: Project Syndicate, 2026. www.project-syndicate.org

Frase do dia

“Qualquer país que faça negócios com o Irã pagará uma tarifa de 25% sobre todo negócio realizado com os EUA”.

De Donald Trump, presidente dos EUA, em medida que pode afetar o Brasil, que no ano passado exportou US\$ 2,9 bilhões ao Irã.

Cartas de Leitores

Banco Master

Como publicou o jornal **Valor** (12/01) os podres do caso Master, são de estarrecer. Como do documentado pelo Banco Central, e entregue em 17 de novembro de 2025, ao MP, que através de 36 empresas supostamente laranjas com capital até com menos de R\$ 1 mil, agiram como tomadores de empréstimos fictícios do Master, no qual desviaram R\$ 11,5 bilhões, por meio de fundos de investimentos geridos pela Reag Capital Holding. O mesmo fundo que na Operação Carbono Oculto, se constatou ter ligação com o PCC. O que mais estarrece é ver que um ministro do STF, como Dias Toffoli, e assim como outro ministro do TCU, Jhonatan de Jesus, atuando como se protegendo alguém metido nestas falcatruas do Banco Master, mesmo com tantas evidências da existência de crimes de fraudes, no qual, o banco de Daniel Vercaro, prejudicou 1,6 milhão de correntistas. E ainda tentam desmoralizar o Banco Central, o que pode prejudicar todo o sistema financeiro do país, hoje, com um alto grau de regulamentação que é reverenciado pelo mundo.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

•

O patrimônio de um fundo ligado ao Banco Master teria crescido 30 mil vezes em apenas 20 dias. Não é erro de digitação. É o número que circula — e que espanta qualquer cidadão minimamente informado. Quando números assim aparecem, o mínimo que se espera é explicação clara, fiscalização rigorosa e transparência total. Não silêncio. Não normalização. Não empurrar para debaixo do tapete em nome da “estabilidade”. O Brasil cobra até o último centavo do trabalhador, mas assiste passivamente a mágicas que beneficiam os poderosos. Isso não é inveja, é indignação cívica. O cidadão comum joga um jogo; alguns poucos parecem jogar outro. Diante disso, calar não é prudência. É conivência.

Luciana Lins
lucianavlins@gmail.com

•

Ao ler o trecho “Patrimônio de fundo ligado ao Master cresceu 30 mil vezes em 20 dias”, tive a sensação, cada vez mais presente, de que no Brasil a regra muda conforme o CPF. O cidadão comum: erra um imposto, multa; atrasa uma guia, juros; questiona, é tratado como suspeito. Já os poderosos fazem “mágicas” financeiras — silêncio; criam fatos consumados — explicações técnicas; atravessam zonas cinzentas — estabilidade acima de tudo. Isso deseduca o país. Ensina que cumprir a lei é coisa de ingênuo. Que indignar-se é perda de tempo. Que o certo não é ter razão, mas acesso. É difícil viver em um país quando o cidadão se percebe feito de trouxa, sem saber a quem recorrer, pois enquanto que para eles, tudo pode, para nós resta a lei dura, punitiva e implacável.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Correspondências para Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Geopolítica Ação na Venezuela mostrou como a política externa americana está agora orientada para garantir ao país acesso a fontes de energia e minerais críticos

Sob Trump, EUA inauguram nova era de imperialismo de recursos

David Pilling e Leslie Hook
Financial Times

Quando Trump se vangloriou de que vai “administrar” a Venezuela e de que o dinheiro da venda de milhões de barris de petróleo “será controlado por mim, como presidente”, jogou o mundo em uma nova era de geopolítica. No entanto, sua mobilização do poderio militar dos EUA para tomar o petróleo venezuelano, mais do que uma guinada para o futuro, parece uma volta ao passado.

Por centenas de anos, o mundo esteve dividido em esferas de influência, quando a disputa por recursos — das especiarias ao ouro, da borracha ao petróleo — levou à colonização de países e à definição das fronteiras nacionais.

Foi apenas no período pós-guerra que o direito internacional e as regras do comércio global passaram a ter uma frágil influência. Agora, essa ordem parece estar se esfarelando e regredindo a uma era anterior, caracterizada pelo imperialismo dos recursos.

“De repente, o século 19 e o período anterior às duas guerras mundiais começam a ressoar muito mais alto, à medida que o mundo se afasta da confiança na globalização, das fronteiras abertas e do comércio relativamente livre”, diz Daniel Yergin, historiador da energia e vice-presidente da S&P Global. “Saímos da era em que havia uma confiança fundamental de que os mercados funcionariam razoavelmente bem e, agora, estamos uma outra, na qual a mão visível dos governos é, acredito eu, muito mais visível.”

A natureza extrema da ação americana, incluindo o extraordinário sequestro de Nicolás Maduro, tem poucos precedentes e voltou a atenção do mundo para duas mudanças na política externa americana sob Trump, que embora diferentes se sobrepõem.

A primeira é, em grande medida, alimentada pela versão chinesa do capitalismo de Estado, em particular, pelo sucesso ao criar um quase monopólio sobre as terras raras, necessárias para as indústrias de defesa e de chips, e ao conseguir uma posição dominante em minerais necessários para a transição energética, como o cobalto e o níquel.

Em resposta, Trump vem tentando expandir a política industrial dos EUA para o exterior, de forma a conseguir acesso americano às fontes de energia e aos minerais necessários para alimentar sua economia, suprir sua indústria militar e abastecer de eletricidade o setor de inteligência artificial.

A demora dos EUA em perceber a busca obcecada da China por minerais estratégicos sofreu o que Yergin chama de um “verdadeiro choque elétrico” em abril, quando Pequim, em reação às tarifas alfandegárias do “dia da libertação”, de Trump, impôs restrições à exportação de terras raras.

“A velha mentalidade sobre o que eu chamo de ‘globalização fácil’ está cada vez mais ficando de fora”, diz Yergin. “Países e governos, incluindo os EUA, estão com foco muito maior na resiliência, vulnerabilidade e controle.”

A segunda mudança na política de governo foi a reafirmação por Donald Trump da Doutrina Monroe, de 1823, — agora chamada jocosamente de “Doutrina Donroe” — que originalmente foi um alerta para a Europa ficar de fora do quintal “latino-americano” de Washington. A estratégia de segurança nacional de 2025 invocou a doutrina, acrescentando o que chamou de “Corolário Trump”, vinculando a influência dos EUA sobre o Hemisfério Ocidental ao controle de seus recursos naturais.

O hemisfério, assevera a estratégia, deve permanecer “livre de incursões estrangeiras hostis ou da propriedade [por estrangeiros] de ativos-chave”. Evocando Alexander Hamilton, o primeiro secretário do Tesouro dos EUA e um forte protecionista, o documento prossegue: “Os EUA nunca devem depender de qualquer potência externa para componentes centrais — de matérias-primas a peças e produtos acaba-



Refinaria petrolífera de El Palito, em Puerto Cabello, na Venezuela: ação de Trump no país tem paralelos com intervenções n o Irã, de 1953, e Guatemala, de 1954

dos — necessários para a defesa ou a economia do país”.

Se os comentários recentes de Trump e de seus assessores servem de lição, a definição de Hemisfério Ocidental vem se expandindo. Trump ameaçou tomar a Groenlândia, um gigantesco território ártico controlado pela Dinamarca, à força se necessário. Além de ser estrategicamente importante, em especial porque o aquecimento climático abre rotas marítimas no Ártico, o território autônomo possui depósitos promissores de alguns dos minerais e terras raras de que os EUA precisam.

De acordo com Daniel Drezner, professor de política internacional da Universidade Tufts, uma norma que vinha sendo preservada até a anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014, era “a ideia de que as fronteiras não podiam ser alteradas pelo uso da força”.

Essa norma, às vezes, era mais infringida do que respeitada, e críticos ressaltavam o que descreviam como a hipocrisia da ordem liberal baseada em regras, como no caso em que os EUA lideraram a invasão do Iraque em 2003. “Houve exceções, mas agora estamos num ponto em que as exceções estão superando à regra.”

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, ao defender a ação militar na Venezuela, vinculou explicitamente a ideia de controle territorial ao domínio sobre recursos. “O que não vamos permitir é que a indústria de petróleo na Venezuela seja controlada por adversários dos EUA”, disse. “Por que a China, a Rússia ou o Irã precisam do petróleo deles? [...] Este é o Hemisfério Ocidental. É aqui que vivemos.”

Apesar de toda a conversa sobre o século 19, os paralelos imediatos mais próximos à ação de Trump na Venezuela talvez sejam o do Irã, em 1953, e o da Guatemala, em 1954. No Irã, a CIA, junto com o M16 do Reino Unido, orquestrou um golpe de Estado para derrubar o primeiro-ministro do país, Mohammad Mosaddegh, que havia ousado nacionalizar os interesses britânicos na área petrolífera. Na Guatemala, a CIA apoiou outro golpe para derrubar o presidente do país, Jacobo Árbenz, depois de seu governo ter nacionalizado terras que pertenciam à empresa americana United Fruit Company.

O uso de força militar dos EUA para defender os interesses comerciais americanos na Venezuela faz lembrar a essas intervenções, embora, diferentemente de Mosaddegh e Árbenz, a eleição de Maduro não tenha sido legítima. Trump abertamente caracterizou as ações de Washington como uma retaliação pelo confisco dos interesses petrolíferos dos EUA durante o governo de Hugo Chávez, antecessor de Maduro, que em 2007 expandiu o controle estatal sobre campos de petróleo operados pela Conoco-Phillips e ExxonMobil.

“Estamos entrando em uma era em que a mão dos governos é agora muito mais visível”
Daniel Yergin

Após ter conseguido certo controle sobre o petróleo da Venezuela, ainda não está exatamente claro o que Trump pretende fazer com ele. Ele tem encorajado as grandes petrolíferas dos EUA a investir “bilhões” no país, que produz o tipo de petróleo pesado para o qual algumas refinarias americanas foram projetadas.

“Minha avaliação direta sobre a Venezuela é que Rubio queria Maduro fora e usou o petróleo como pretexto”, diz Drezner. “Não duvido que Trump ache que tudo isso se trate do petróleo, mas ele está errado.”

Stephanie Junger-Moat, executiva-chefe da firma de consultoria Karcsi Global, especializada em América Latina, também é cética quanto à ideia de que as manobras de Trump na Venezuela sejam motivadas apenas pelo petróleo. “O petróleo pode ter sido um bônus, o narcoterrorismo pode ter sido a justificativa, mas isto foi sobre o poder americano e bem pouca coisa além disso”, diz.

Ainda assim, ela prevê que a competição com a China por recursos no “quintal” dos EUA só vai ficar mais ferrenha. Empresas chinesas têm amplos interesses tanto na área de petróleo quanto na de mineração na América Latina. Elas investiram no chamado Triângulo do Lítio, na Argentina, Chile e Bolívia, para suprir sua indústria de baterias, e têm participações relevantes no cobre chileno e no minério de ferro peruano.

De acordo com Junger-Moat, a competição pode se acirrar se Trump se mexer para ganhar mais controle sobre o Canal do Panamá, por onde passa 5% do comércio marítimo mundial, e se pressionar países latino-americanos a limitar o comércio e o investimento chineses. “Os perdedores claros no curto prazo seriam os países presos no meio disso que são ricos em recursos, mas têm pouco poder de negociação”, diz.

Não é apenas na América Latina onde a busca de recursos, à força, por Washington vem sendo sentida. Em abril, o governo Trump assinou um acordo com a Ucrânia para criar um fundo de reconstrução, que será alimentado com 50% dos royalties de novos projetos minerais e petrolíferos. A ideia é que seriam os próprios interesses comerciais americanos, em vez de garantias formais de segurança, que incentivariam os EUA a proteger a Ucrânia contra futuras agressões russas.

Por sua vez, a República Democrática do Congo aceitou, em dezembro, dar às empresas americanas acesso preferencial a minerais em troca da ajuda de Washington para intermediar um frágil acordo de paz com Ruanda. Como parte do acordo, o governo dos EUA e a comercializadora de commodities suíça Mercuria prometeram dar US\$ 1 bilhão cada um em novos financiamentos para empreendimentos no setor mineral no país,

que tem pelo menos metade das reservas mundiais de cobalto e é segundo maior produtor de cobre do mundo, atrás apenas do Chile.

De acordo com Peter Pham, que foi enviado especial de Trump para a região dos Grandes Lagos na África, a ideia é que uma parte dos minerais congolese seja tirada da cadeia de suprimentos chinesa. Empresas privadas precisam desse apoio de Washington, segundo Pham, quando competem cabeça a cabeça contra rivais de bolsos recheados da China ou do Golfo Pérsico, que podem trabalhar pensando no longo prazo e operar com prejuízo se necessário. “Nem sempre estamos no mundo perfeito de Adam Smith”, diz.

A África tem grandes reservas dos metais necessários para a transição energética, como cobalto, cobre, níquel, lítio e fosfatos. Nicolas Niarchos, que escreveu um livro “The Elements of Power: A Story of War, Technology, and the Dirtiest Supply Chain on Earth”, sobre o que chama de “guerras das baterias”, diz que a China deu um baile nos EUA no que se refere a assegurar a obtenção de recursos. “Assim como o petróleo, o poder das baterias tem se tornado cada vez mais um poder político”, escreve Niarchos. Ele argumenta que, enquanto a China faz suas apostas em novas tecnologias de rápida evolução, os EUA continuam a apostar demais no passado.

Outra forma de interpretar essa nova investida, segundo analistas, é como uma forma de resposta à Iniciativa do Cinturão e da Rota, também conhecida como Nova Rota da Seda, por meio da qual Pequim mobilizou empréstimos para dezenas de países para projetos de infraestrutura, que frequentemente servem de canal para enviar commodities ao país.

Para as empresas, a nova doutrina da Casa Branca não está livre de riscos. Jakob Stausholm, que foi executivo de alto escalão da Rio Tinto e da Maersk e agora é pesquisador da Blavatnik School of Government, da Universidade de Oxford, diz que o papel dos CEOs vem mudando à medida que a questão geopolítica se torna mais premente. “Os líderes de empresas precisam abordar as situações de forma diferente agora”, diz.

Tanto para mineração quanto para petróleo e gás, o desenvolvimento de novos projetos exige muito tempo, o que obriga as empresas de recursos a erigir alianças com os governos anfitriões, mesmo enquanto os governos de seus países de origem vão mudando.

“A questão é, isso [a nova abordagem dos EUA] é um ponto fora da curva ou uma tendência de longo prazo?”, diz Stausholm, sinalizando que a política americana poderia mudar no pós-Trump. “Nós não somos políticos, estamos aqui para trabalhar para a empresa.” *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Medicamento
Anvisa já recebeu
13 pedidos de
registro para
canetas
emagrecedoras
B1

Cinema

’O Agente Secreto’ e seu protagonista Wagner Moura estão mais perto do Oscar **B6**



ines249

Memória

Morre o empresário Otto Baumgart, do grupo Baumgart **B4**

Streaming

Paramount processa Warner Bros para acessar dados de acordo com Netflix **B6**

Agronegócio

Previsão de safra forte de milho nos Estados Unidos derruba cotações **B8**

Valor B

Terça-feira, 13 de janeiro de 2026

Empresas

Farmacêuticas

Patente de Ozempic e Wegovy, à base de semaglutida, deve expirar em março no país

Brasil já tem 13 pedidos de registro de canetas emagrecedoras na Anvisa

Michael Esquer e Beth Koike

De São Paulo

Faltando dois meses para o fim da patente da semaglutida — princípio ativo das canetas emagrecedoras Ozempic e Wegovy, da farmacêutica dinamarquesa Novo Nordisk —, há uma corrida neste mercado que, hoje, movimentava cerca de R\$ 11 bilhões e pode dobrar de tamanho ainda neste ano.

A Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) já recebeu 13 pedidos de registro de medicamentos à base de semaglutida. Entre as companhias farmacêuticas que informaram interesse em entrar nesse segmento estão Hypera, Biommm, EMS e Eurofarma, com a última tendo anunciado no fim de 2025 parceria com a dinamarquesa para a venda de duas novas canetas.

Segundo a Anvisa, há 12 solicitações para medicamentos sintéticos com semaglutida, princípio ativo análogo ao hormônio GLP-1, que inibe o apetite, e um para biológico, que combina insulina icodeca e semaglutida.

“Ela age no hipotálamo, região do sistema nervoso central que regula fome e saciedade, e também numa região que regula prazer e recompensa, para evitar que as pessoas acabem comendo sem sentir fome, simplesmente por sentir prazer”, explica Marcio Correa Mancini, endocrinologista da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia Regional São Paulo (SBEM-SP).

No Brasil, a queda da patente da semaglutida está prevista para março. Segundo informa ao **Valor** a Novo Nordisk, também deve cair na mesma data em países como China, Índia, Arábia Saudita, Emirados Árabes e África do Sul. Em nota, a dinamarquesa se queixa de que apenas em território brasileiro a tramitação do processo administrativo, que concedeu a patente, “consumiu mais da metade do tempo de exclusividade de 20 anos previsto em lei.”

O fim da exclusividade abre espaço para a produção de versões genéricas ou biossimilares e, consequentemente, se espera redução de preços e ampliação do acesso ao tratamento. O Santander estima que esses medicamentos sejam comercializados com descontos entre 15% e 30% em relação ao produto de referência.

Os analistas do banco ponderam que, apesar da redução de preço, o medicamento ainda estará restrito a 4% a 10% da população brasileira, que é o contingente de pessoas adultas com sobrepeso e obesas com renda mensal acima de R\$ 8 mil. Caso os planos de saúde passem a dar cobertura para as canetas emagrecedoras, o público atingido pode subir para 22% a 48% da população.

Ver mais na página B3

Mercado do medicamento deve dobrar de tamanho neste ano, para R\$ 20 bilhões

“O PROBLEMA DO PAT É QUE O DINHEIRO FOI FICANDO PELO CAMINHO.”

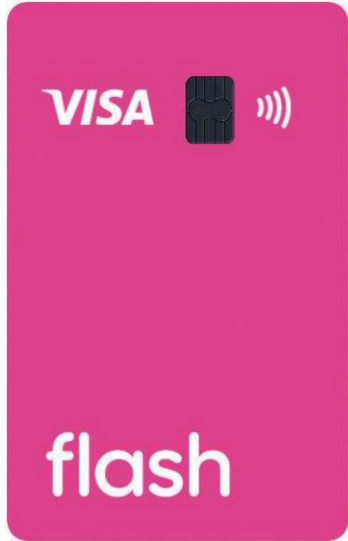
Fonte: Fernando Haddad, Ministro da Economia, ao Valor Econômico, dia 12.11.25.

COM A FLASH, MINISTRO, É DO PAT AO PRATO DO TRABALHADOR.

O novo decreto 12.712/2025 mudou as regras do mercado de benefícios, reforçando o que a Flash acredita desde 2019: ganha o melhor produto, não o maior rebate.

- Melhor nota de avaliação nos apps.
- Melhor atendimento no Reclame Aqui.
- Entrega de cartões mais rápida do mercado.
- 100% de segurança jurídica.

EM OUTRAS PALAVRAS: FLASH VIROU LEI.



Pipeline



Maria Lúza Filgueiras
Editora da Pipeline
maria.filgueiras@valor.com.br

Zé Delivery pode entrar na briga com iFood e 99

O Zé Delivery pode entrar na guerra dos apps. Serviço de entrega de bebidas da Ambev presente em 850 cidades, a companhia estuda entrar na entrega de refeições de restaurantes nas capitais para competir de frente com iFood, 99 Food e Keeta, apurou o **Pipeline**.

O time da Ambev passou o ano de 2025 estudando o mercado de delivery de alimentos e avaliando as opções à mesa: se com operação própria e total de delivery (full service), com o fornecimento de plataforma e a entrega sendo realizada pelos próprios restaurantes ou, ainda, em algum formato de parceria com outra empresa do ramo.

O tema já teve diferentes fases de empolgação na companhia e a expectativa é cravar uma decisão sobre o assunto apenas no terceiro trimestre, depois da Copa, um período movimentado para o app de bebidas. Caso vá adiante com o projeto, a estreia aconteceria entre o fim de 2026 e o início de 2027.

A companhia chegou a testar uma parceria. Em setembro, iniciou uma colaboração com o Rap-



App faz entrega de bebidas

pi para a compra de refeições. O usuário pedia a refeição pelo app da Ambev e quem fazia a entrega era o Rappi, mas o modelo foi descontinuado em dezembro.

Procurado, o Zé Delivery afirma que se mantém a posição como o principal delivery de bebidas e conveniência do Brasil em 2025. *(Guilherme Guerra)*

Bastidores da troca de comando na Brava

O anúncio de mudança de CEO na Brava Energia, com Richard Kovacs assumindo a cadeira de Décio Oddone em fevereiro, fez a ação subir 4,5% na B3. A discussão de troca do gestor começou na primeira quinzena de dezembro, apurou o **Pipeline**, quando o papel chegou à mínima histórica. Em 12 meses, o papel perde 32%.

Os principais acionistas, que têm representantes no conselho, têm discutido diferentes estratégias para a companhia. Uma delas é a venda de ativos gás, pelos quais a Eneva demonstrou interesse inicial e que não contava com o apoio de Oddone, disseram três pessoas com conhecimento do assunto. Enquanto os acionistas discutem vendas e estrutura de capital, o executivo, que tem experiência no setor, queria focar na operação.

Kovacs, ligado ao fundo Yellowstone, da Ebrasil, era o chairman e vinha se engajando diretamente nessas conversas. Ele também é um dos principais entusiastas de uma entrada da colombiana Ecopetrol no capital da empresa,



Chairman da petrolífera vira CEO

afirmaram as fontes — essa discussão, assessorada pelo Itaú BBA, ainda não avançou e pode não sair do papel diante na recente volatilidade no setor para América Latina.

“Enxergamos essa mudança como potencial catalisador para uma abordagem mais ativa de rotação e monetização de ativos”, escreveu o BTG em relatório.

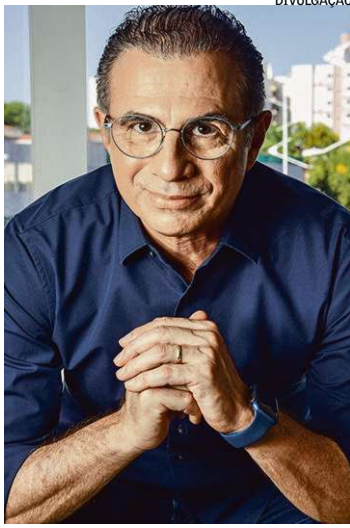
MoveEdu quer replicar tática Microlins na Yázigi

Após um ano e oito meses de negociação, a holding MoveEdu comprou a Yázigi, rede de escolas de idiomas que pertencia à Pearson. “Batemos à porta da Pearson para propor negócio, pois vemos uma marca forte, com qualidade de entrega, e que poderia ganhar mais destaque”, diz Rogério Gabriel, CEO da MoveEdu.

A Pearson segue com a rede de idiomas Wizard. Sob a nova holding, a Yázigi deve ganhar foco em transformação digital e integração. A MoveEdu já tinha feito negócio com os britânicos — em 2017, comprou a Microlins, de ensino profissionalizante.

“Temos cultura parecida, por isso boa parte da equipe que veio da Microlins segue com a gente e estamos agregando a liderança da marca Yázigi”, conta o CEO.

Quando comprou a Microlins, a MoveEdu conectou sistemas com a holding e outras marcas, com um ERP próprio, e também desenvolveu em casa os cursos, que era licenciados. Com controle de custos e plano de longo prazo, multifran-



Rogério Gabriel é CEO do grupo

queados aumentaram a aposta no negócio: o maior franqueado passou de nove para 55 unidades.

O grupo quer um processo parecido com a Yázigi, que também é franquia. A marca movimentava cerca de R\$ 100 milhões anuais, que se somarão aos R\$ 500 milhões da MoveEdu, incluindo Prepara IA e Ensina Mais Turma da Mônica.

Campeão de tênis de mesa aposta em rede de academias de pingue-pongue para bem-estar

O que parecia um despretensioso encontro de apaixonados por tênis de mesa na capital paulista em 2019 se transformou num negócio de bem-estar com 1,7 mil alunos em academias específicas para a prática, além escolas e clubes parceiros. São 11 endereços da LifePong em São Paulo e um sócio local em Belo Horizonte, cada um com seis professores em média.

A rede tem atraído adeptos dos seis aos 90 anos de idade, segundo o campeão Henrique Narita, fundador e CEO. “No Brasil, 10 mil pessoas são confederadas em tênis de

mesa, mas mais de 12 milhões brincam de pingue-pongue. O que fizemos foi abrir a porta para esse público, respeitando as limitações de cada um”, conta Narita.

A proposta nunca foi virar um meganegócio, mas ele foi surpreendido pela demanda. “É uma academia com clima de comunidade, de clube”, diz Narita. “Em dois meses, a unidade da Paulista lotou. Tivemos que pegar mais um andar”, emenda o sócio Flávio Arakaki.

Um trouxe o conhecimento do esporte e o outro a experiência no mercado financeiro. Arakaki é CEO da BlackWheels, investidora da rede desde 2022. Eles cogitam uma nova rodada no futuro.

“É natural ter investidores que são amantes do esporte, que apoiam e investem”, diz. A adesão ao modelo de franquias também está nos planos. *(Felipe Frisch)*



Rede LifePong tem 1,7 mil alunos e planos de expansão no exterior

Henrique Narita tem 1,7 mil alunos na 'comunidade' da LifePong

Piora institucional no país é notável, diz Verde Asset

Em sua carta de gestão de janeiro, o fundo Verde chamou atenção para sinais de deterioração institucional, que tendem a pesar no longo prazo. “Vale destacar também o acúmulo, quase cotidiano, de sinais de piora institucional no país. A deterioração das instituições e a piora da qualidade técnica das decisões de política pública, sejam regulatórias, tributárias ou jurídicas, é notável”, destaca a carta.

“Esse tipo de deterioração incremental não costuma fazer preço nos mercados no curto prazo, mas é bastante pernicioso no longo prazo, e em momentos de prêmios de risco mais apertados, convém lembrarmos”, complementa.

Em termos de alocação, o fundo manteve exposição à bolsa local e global, posições compradas em juros reais no Brasil, juros reais e inflação implícita nos EUA, ampliou exposição ao renminbi e zero



Stuhlberger: 'sinais cotidianos'

cripto. Mantém posição comprada em real e ouro. Em 2025, o multimercado gerido por Luis Stuhlberger rendeu 15,94%, acima do CDI.

Iconic vê mercado de lubrificantes aquecido no Brasil

Óleo mineral

Stella Fontes
De São Paulo

A Iconic, joint venture entre Ipiranga e Chevron para o mercado brasileiro de lubrificantes, graxas e fluidos, está otimista com a perspectiva de negócios no Brasil e na América Latina nos próximos anos. Apesar do crescimento acelerado das vendas de carros elétricos, que consomem bem menos lubrificantes do que os veículos com motor a combustão, a extensão do território nacional, a dominância do transporte rodoviário e a matriz de combustíveis usada no país levam a empresa a crer em demanda firme por seus produtos.

“Talvez a solução vencedora na nossa região seja o [veículo] híbrido, que continua tendo motor de combustão interna e seguirá usando lubrificantes”, disse ao **Valor** o presidente da Iconic, Alexandre Bassaneze. Além disso,

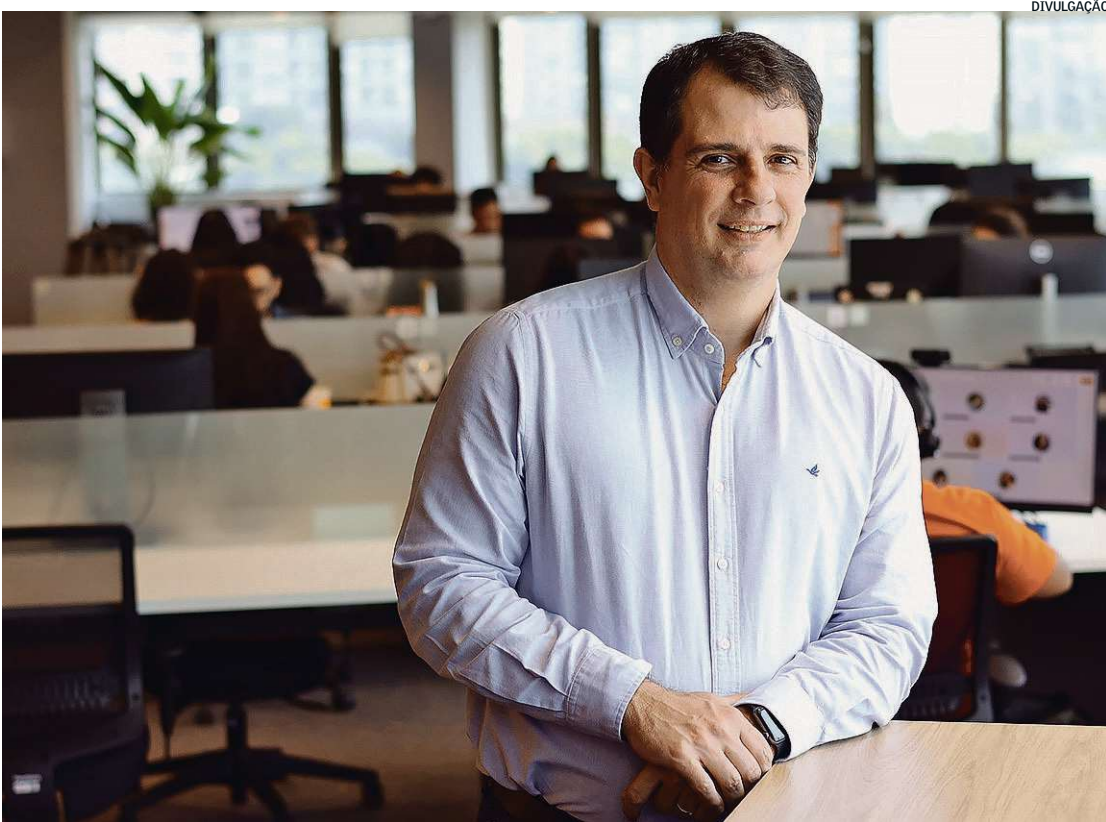
observa o executivo, a frota que circula na região já utiliza combustíveis renováveis — etanol nos veículos leves, biodiesel nos pesados —, o que acaba reduzindo a pressão pela eletrificação.

“O Brasil tem conduzido sua transição energética há muitas décadas. Não vemos a mesma aceleração de outras geografias para os veículos elétricos. De forma geral, a América Latina tem se mostrado um mercado bastante resiliente [para lubrificantes]”, afirmou.

Além disso, os desafios de migração dos veículos pesados do diesel para o motor elétrico — que não estão presentes entre os leves — suportam a previsão de que esse segmento seguirá demandando de óleos lubrificantes ainda por um bom período.

“Olhando para o futuro, considerando números de institutos de pesquisa e consultorias especializadas, o setor no Brasil vai continuar crescendo ao longo da próxima década”, disse o executivo.

Números superlativos de população e área do país também sustentam a tese da companhia de que o mercado local seguirá aquecido. Num país com dimensões continentais, a população seguirá se locomovendo e, majoritariamente, por meio de rodovias. “E tudo o que se move precisa de lubrificantes”, destacou Bassaneze. Outro fator que deve seguir contribuindo para a demanda por esse tipo de óleo é o peso elevado das commodities na economia nacional, com destaque para



Alexandre Bassaneze, presidente: “Consultorias indicam que o setor seguirá crescendo no país na próxima década”

o agronegócio, e o fato de esses produtores estarem instalados longe da costa, exigindo transporte por longas distâncias.

A Iconic, que opera com as marcas Ipiranga e Texaco, cresceu 8% em volume em 2024 e projetava manter esse ritmo de expansão no ano passado. Até outubro, segundo dados do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), o

setor avançou cerca de 1,7%, enquanto a empresa cresceu aproximadamente cinco vezes mais. Até outubro, segundo dados da entidade, a Iconic liderava com folga o mercado brasileiro de lubrificantes, com uma fatia de 27,9%.

De acordo com Bassaneze, a empresa tem conseguido crescer mais do que suas concorrentes por causa da aposta numa rede de distribuição autorizada ro-

busta, atendendo a mais de 100 mil pontos de venda em todo o país. O portfólio de produtos diversificado, voltado tanto a frotas de veículos como máquinas e equipamentos, e atualizado em termos de novas tecnologias também é apontado como fortaleza das marcas.

“Buscamos acompanhar o cres-

cimento dos nossos clientes e temos ainda uma parceria [em vendas cruzadas] com a Ipiranga, em que todo cliente de combustível é também de lubrificantes e tem sido bem-sucedida”, acrescentou.

Entre os segmentos que demandam esse tipo de óleo, o executivo afirma que o mercado de duas rodas (motos) tem impressionado pelo ritmo de crescimento, embora seja bem menor do que o de carros.

Do ponto de vista da informalidade, assim como em combustíveis, o setor de lubrificantes também enfrenta concorrência desleal — estima-se que 10% do produto vendido no país apresente algum tipo de irregularidade —, mas vê resultados nas iniciativas das autoridades, com fiscalização mais intensa e efetiva, e da própria indústria para coibir ilegalidades.

Segundo Bassaneze, a Iconic tem avançado em sua estratégia de sustentabilidade e conseguiu antecipar metas de redução de emissões. O próximo passo é reduzir a utilização de resina virgem em suas embalagens, elevando o consumo de plástico reciclado. “Também avaliamos o modelo de fornecimento a nossos clientes para reduzir o uso de plástico. Naqueles que consomem volumes maiores, instalamos tanques ou contêineres, para venda a granel”, comentou.

“De forma geral, a América Latina tem se mostrado um mercado bastante resiliente [para o produto]”
A. Bassaneze

Empresas

Farmacêuticas Biommm, EMS, Hypera e Eurofarma já informaram interesse nesse mercado, que movimentou R\$ 11 bilhões no ano passado

Laboratórios nacionais entram na disputa das canetas emagrecedoras

Michael Esquer e Beth Koike
De São Paulo

A biofarmacêutica brasileira Biommm é uma das empresas com pedido de registro protocolado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Segundo Guilherme Maradei, presidente da empresa, a expectativa é que o pleito seja analisado o mais rápido possível, já que a agência reguladora anunciou prioridade na análise do registro de medicamentos com o princípio ativo.

“Estamos trabalhando para deixar tudo pronto, assim que tivermos todas as aprovações necessárias, para lançar o nosso produto, seja neste ano ou no próximo”, afirma Maradei. “Certamente, vamos trazer um preço mais competitivo para ampliar o acesso da população a essa classe de medicamentos”, complementa o presidente da Biommm.

Questionado sobre investimentos que miram a entrada nesse mercado de semaglutida, Maradei cita aporte de R\$ 800 milhões na unidade de Nova Li-

ma, em Minas Gerais, inaugurada em 2024 e hoje ocupada com a produção de insulina. “Hoje, essa é uma fábrica com tecnologia para produção e envase de medicamentos estéreis injetáveis, que é exatamente a categoria dos produtos de GLP-1”, afirma.

Segundo ele, investimentos adicionais para preparar a entrada no mercado de semaglutida também têm sido feitos, “mas o total depende muito do momento e da extensão da aprovação.” A empresa não informou de quanto se tratam os recursos.

Outra farmacêutica com pedido protocolado na Anvisa é a EMS. A empresa afirma que se

"A EMS tem avançado nas etapas necessárias dentro das regras vigentes"
Marcus Sanches

prepara há anos para ingressar no segmento e já inaugurou, em 2024, no município de Hortolândia (SP), fábrica dedicada a medicamentos do tipo, desenvolvida inicialmente para produzir liraglutida e semaglutida.

Em nota, o vice-presidente da EMS, Marcus Sanches, diz que a farmacêutica já anunciou mais de R\$ 1 bilhão em investimentos na unidade e na sua plataforma de peptídeos, como são chamados medicamentos do tipo. “[Reservamos recursos] relevantes voltados à produção de peptídeos, categoria que inclui a semaglutida, como parte de uma estratégia de longo prazo para internalizar tecnologias complexas e reduzir a dependência de importações.”

Sanches afirma que a empresa está otimista com o pedido feito à Anvisa. “A EMS tem avançado nas etapas necessárias dentro das regras vigentes”, acrescenta, na nota.

A reportagem também entrou em contato com Hypera, Aché e Cimed para questionar planos de entrada em Semaglutida. As farmacêuticas não se manifestaram.



Guilherme Maradei, CEO da Biommm: "Com todas as aprovações, lançaremos nosso produto neste ano ou no próximo"

Segundo a Eurofarma, o acordo anunciado com a Novo Nordisk em 2025 para comercializar as canetas Poviztra e a Extension quer fortalecer a distribuição e a promoção da semaglutida no país, com distribuição em regiões antes não atendidas. A dinamarquesa continua responsável pelo desenvolvimento e fornecimento dos produtos, enquanto a brasileira fica com a promoção e distribuição.

“As marcas comercializadas pela Eurofarma utilizam a mesma se-

maglutida biológica dos produtos Ozempic e Wegovy”, afirma, em comunicado. Para a farmacêutica, medicamentos que virão de pedidos feitos à Anvisa serão cópias “não idênticas” do produto.

A Eurofarma não informa, contudo, como é dividido o faturamento da venda das duas novas canetas. “Há uma expectativa do crescimento dessas marcas e da molécula semaglutida como um todo no país.”

Segundo Marcio Correa Mancini,

da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia Regional São Paulo (SBEM-SP), a semaglutida da Novo Nordisk é um recombinante produzido por leveduras modificadas, diferente da semaglutida genérica, que provavelmente será sintética produzida quimicamente.

“Se vai ser rápido ou demorado [o processo da fabricação de genéricos], não sei. Mas imagino que o processo de fabricação sintético seja até mais simples do que o processo recombinante.”

Uso do remédio afeta diferentes setores de consumo

De São Paulo

As canetas emagrecedoras estão mudando o comportamento das pessoas e afetando diferentes setores da economia. Redes de farmácias, indústria farmacêutica e produtoras de proteína devem ser beneficiadas com o aumento nas vendas do medicamento. Já as empresas de bebidas e alimentos calóricos podem ser impactadas negativamente, com os usuários das canetas consumindo menos esses itens. O varejo também já mostra preocupação com os novos hábitos que podem surgir com o medicamento, que vem ganhando cada vez mais adeptos.

Atualmente, o mercado das canetas emagrecedoras movimentava cerca de R\$ 11 bilhões, no país. Deste valor, R\$ 6,8 bilhões vêm da semaglutida e R\$ 4,3 bilhões, da tirzepatida (princípio ativo do Mounjaro, que cresce acima dos

demais competidores). Segundo o UBS BB, o faturamento do setor pode dobrar neste ano — quando vence a patente da semaglutida, princípio ativo do Ozempic e Wegovy, da Novo Nordisk.

Em 2030, esse mercado pode movimentar cerca de R\$ 25 bilhões, segundo projeções do UBS BB e do Santander. O Itaú BBA é ainda mais otimista e acredita que as canetas podem movimentar US\$ 9 bilhões (R\$ 50 bilhões) até 2030 no Brasil. Essa cifra representa um crescimento médio anual de 40% em cinco anos.

“O Brasil está prestes a se tornar um mercado global chave. A matemática é simples: alta prevalência de obesidade e indivíduos acima do peso [cerca de 70% da população], amplificada por fatores culturais. Os brasileiros se importam profundamente com a estética. Nossa pesquisa classifica o Brasil como o segundo maior mercado mundial para

procedimentos estéticos e o primeiro quando ajustado para a população adulta”, segundo trecho de relatório assinado pelas equipes lideradas por Rodrigo Gastim, Vinicius Figueiredo e Gustavo Troyano.

Há um consenso entre os analistas dos bancos de que as farmácias devem ser as mais beneficiadas. O Itaú BBA estima que o valor por ação dessas empresas pode aumentar de 12% a 15% em 2027. Esse cálculo considerou o cenário em que as canetas emagrecedoras passam a representar cerca de 20% das receitas de Raia Drogasil, Pague Menos e Panvel em 2030, contra 8% a 9% atualmente.

O UBS BB destaca que a Raia Drogasil detém, atualmente, cerca de 35% das vendas das canetas devido ao alto volume de clientes de renda A/B que possui, um percentual bem acima de sua participação de aproximadamente 17% no mercado farma-

cêutico em geral. “À medida que a adoção do GLP-1 [hormônio que controla a saciedade] se amplia ao longo do tempo, essa sobreparticipação pode se normalizar gradualmente; no entanto, isso deve ser compensado por um forte crescimento do mercado e um perfil de margem favorável. Estimamos que esses produtos gerem uma margem bruta de aproximadamente 12% hoje, com potencial de expansão para quase 40%, aproximando-se das margens dos genéricos”, destacam os analistas do UBS BB.

Já as empresas atreladas a bebidas e alimentos calóricos podem enfrentar dificuldades com

70% da população adulta está acima do peso

os novos hábitos motivados pelo uso das canetas emagrecedoras. Sobre as redes de supermercado, ainda há dúvidas acerca do impacto, uma vez que o consumo de uma dieta mais saudável pode compensar em parte a queda no consumo de dietas calóricas.

Estudo realizado pela Universidade Cornell, nos EUA, com cerca de 22 mil pessoas e divulgado em outubro, mostrou que, nos primeiros seis meses de uso do medicamento, os gastos com supermercado diminuíram cerca de 5,3%, chegando a 8,2% entre famílias de renda mais alta, enquanto os gastos com alimentação fora de casa caíram 8%. A redução nas varejistas foi puxada pelos alimentos ultraprocessados e calóricos, como salgadinhos, cuja queda foi de 10%. No período de 6 a 12 meses, a queda nos gastos persiste, mas em menor escala.

Segundo o Itaú BBA, o resultado de Ambev, Camil e M. Dias cairia

cerca de 2% em 2027, considerando que o país tenha 5,5 milhões de usuários do medicamento. Procuradas, as empresas não se manifestaram sobre a projeção.

Por outro lado, devem ser impactados positivamente os grupos ligados a proteína animal, como JBS e Marfrig.

No segmento farmacêutico, a Hypera é vista como bem preparada para a era pós-patente do GLP-1, com potencial de valorização de 10% do lucro por ação em 2027 considerando um tamanho de mercado de R\$ 8,4 bilhões (genéricos) em 2027 e uma participação de mercado de 15%.

Mas o Itaú BBA pondera que “ainda há incertezas sobre o nível de concorrência e o impacto desse medicamento na lucratividade, já que a empresa precisará fazer investimentos significativos em representantes, conferências e consultas médicas enquanto acelera o produto.” (*ME e BK*)

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **Critical Care Gestão e Consultoria em Medicina Intensiva Ltda.** - CNPJ: 08.329.895/0001-14 - Endereço: Rua Gustavo Ambrust, 36, Cjto 02, Sala 03, Bairro Nova Campinas, Campinas/sp - Administrador Judicial: BI Consultoria e Participações Ribeiro Preto S/s Ltda., Representada Pelo Dr. Alexandre Borges Leite - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Garden do Nordeste Indústria e Comércio Ltda.** - CNPJ: 03913.012/0001-03 - Endereço: Rua República Eslovaca, 300, Bairro Prazeres - Administrador Judicial: Lindoso e Araújo Consultoria Empresarial Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Jabotão Dos Guararapes/PE

Empresa: **Inval Comércio e Serviços de Válvulas Ltda. Ou Inval Válvulas e Equipamentos Ltda.** - CNPJ: 40.841.407/0001-66 - Endereço: Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, 460, Distrito Industrial I, Santa Bárbara D'oeste/sp - Administrador Judicial: Seaj Administração Judicial e Mediação Ltda., Representada Pelo Dr. Nelson Chiteco Júnior - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **M. R. Lopes Comércio de Calçados Ltda.** - CNPJ: 50.884.692/0001-56 - Endereço: Av. Santa Cruz, 2187, Bairro Vila Santa Cruz, Franca/sp - Administrador Judicial: Pmm Pinheiro Marcondes Machado Advogados - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Pronto Parts Comércio de Peças Eireli** - CNPJ: 14.284.031/0001-26 - Endereço: Rua Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1681, Cjto. 111, Bairro Cidade Moções - Administrador Judicial: Boechat Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Giselle Boechat Carneiro Gonzalez - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Saferchem Comércio e Material Plástico Ltda.** - CNPJ: 20.550.328/0002-70 -

Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 93, Bbs651, Bairro Vila Artura - Administrador Judicial: Matuch de Carvalho Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Júlio Matuch de Carvalho - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Gafisa S/A** - CNPJ: 01.545.826/0001-07 - Requerente: Davi César da Silva e Michelly da Silva Dias - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Luan Alex de Siqueira Matter Ltda.** - CNPJ: 44.110.593/0001-14 - Requerente: Luan Alex de Siqueira Matter Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Santa Rosa/RS - Observação: Petição inicial de auto falência indeferida.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Evolusom Comercial Ltda.** - CNPJ: 01.441.519/0001-78 - Endereço: Av. Paranaíba, 2094, Lote 122, Parque Industrial Bandeirantes - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial Regional de Maringá/PR

Empresa: **Nova Fonte Comércio de Informática e Indústria Ltda.** - CNPJ: 12.402.643/0001-40 - Endereço: Av. Advogado do Horácio Rascanello Filho, 6323, Edifício Centro Empresarial, Sala 02, Setor 11, Zona 07 - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial Regional de Maringá/PR

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Casa Branca Colheitas e Transportes Ltda. ME** - CNPJ: 14.883.285/0001-60 - Endereço: Rua Carlos Gomes, 1366, Sala 01, Centro, Goioerê/pr - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Claudinei Antigo** - CNPJ: 62.463.171/0001-04 - Endereço: Rua Diomedes, 247, Bairro Jardim Nova Era, Naviraí/ms - Administrador Judicial: Aom Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Cleber Antigo** - CNPJ: 62.463.417/0001-48 - Endereço: Alameda Das Garças, 7701, Royal Golf Residence, Naviraí/ms - Administrador Judicial: Aom Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **C. Catani Pereira da Silva Ltda.** - CNPJ: 61.845.207/0001-51 - Endereço: Fazenda Laguna Retiro, S/nº, Zona Rural, Eldorado/ms - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **I. Pereira da Silva Ltda., Nome Fantasia Esquínio + Barato** - CNPJ: 00.076.336/0001-38 - Endereço: Rua João Seratiuk, 177, Bairro Jardim Paraíso do Campo, Campo Mourão/pr - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Idelvan Ferreira da Silva Júnior** - CNPJ: 61.042.408/0001-10 - Endereço: Rua José Bonifácio, 770, Centro - Administrador Judicial: Rii Consultoria e Perícia Ltda., Representada Pelo Sr. Rodrigo Seabra Gomes - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Idelvan Ferreira da Silva, Nome Fantasia Escritório do Chinha e Transporte** - CNPJ: 08.487.122/0001-66 - Endereço: Rua José Bonifácio, 770, Centro - Administrador Judicial: Rii Consultoria e Perícia Ltda., Representada Pelo Sr. Rodrigo Seabra Gomes - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Irene Finger Antigo** - CNPJ: 62.762.484/0001-63 - Endereço: Av. Imigrantes, 778, Sala E, Centro, Naviraí/ms - Administrador Judicial: Aom Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **J. Pereira da Silva Neto Ltda.** - CNPJ: 61.844.730/0001-63 - Endereço: Fazenda Laguna Retiro, S/nº, Zona Rural, Eldorado/ms - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **João Antigo** - CNPJ: 62.490.124/0001-50 - Endereço: Av. Imigrantes, 778, Sala A, Centro, Naviraí/ms - Administrador Judicial: Aom Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **José Antigo** - CNPJ: 62.462.994/0001-15 - Endereço: Av. Imigrantes, 778, Centro, Naviraí/ms - Administrador Judicial: Aom Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Josiani Muller Antigo** - CNPJ: 62.760.588/0001-39 - Endereço: Rua Diomedes, 247, Sala B, Bairro Jardim Nova Era, Naviraí/ms - Administrador Judicial: Aom Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **L. Pereira da Silva Me, Nome Fantasia Esquínio + Barato** - CNPJ: 11.162.668/0001-51 - Endereço: Rua Arapongas, 1400, Bairro Jardim Rassiem - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Lidiani Capocci Antigo** - CNPJ: 62.757.669/0001-80 - Endereço: Alameda Das Garças, 7701, Sala B, Royal Golf Residence, Naviraí/ms - Administrador Judicial: Aom Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Malcir Antonio Antigo** - CNPJ: 62.464.829/0001-00 - Endereço: Av. Imigrantes, 778, Sala B, Centro, Naviraí/ms - Administrador Judicial: Aom Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Maria da Conceição Mendonça Álvares Antigo** - CNPJ: 62.767.151/0001-27 - Endereço: Av. Imigrantes, 778, Sala D, Centro, Naviraí/ms - Administrador Judicial: Aom Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Neiva Maria Medeiros Antigo** - CNPJ: 62.766.842/0001-06 - Endereço: Av. Imigrantes, 778, Sala C, Centro, Naviraí/ms -

Administrador Judicial: Aom Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Nilza Maria Ferreira Antigo** - CNPJ: 62.463.790/0001-07 - Endereço: Rua Diomedes, 248, Sala A, Bairro Jardim Nova Era, Naviraí/ms - Administrador Judicial: Aom Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **P. Abrante Lima da Silva Epp** - CNPJ: 61.869.563/0001-05 - Endereço: Fazenda Laguna Retiro, S/nº, Zona Rural, Eldorado/ms - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Pedro Antigo** - CNPJ: 62.463.638/0001-16 - Endereço: Rua Diomedes, 248, Bairro Jardim Nova Era, Naviraí/ms - Administrador Judicial: Aom Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Empresa: **W. Pereira da Silva Epp, Nome Fantasia W Casa Branca Agrícola** - CNPJ: 61.761.451/0001-36 - Endereço: Fazenda Laguna Retiro, S/nº, Zona Rural, Eldorado/ms - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Dourados/MS

Homologação de Desistência de Recuperação Judicial

Empresa: **Aurélio Caixeta de Melo Ferreira Eireli, Nome Fantasia Galatas Central Hotel** - CNPJ: 23.914.674/0001-05 - Endereço: Rua Affonso Pena, 185, Centro - Vara/Comarca: 1a Vara de Patos de Minas/MG

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Formosa Participações Ltda.** - CNPJ: 07.160.659/0001-54 - Endereço: Rua Dona Teodora, 435, Sala 06, Bairro Farrapos, Porto Alegre/rs - Vara/Comarca: 3a Vara de Santa Maria/RS - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Jmt Administração e Participações Ltda.** - CNPJ: 89.958.773/0001-27 - Endereço: Rodovia Br 158, Nº 800, Sala 05, Km 03 - Vara/Comarca: 3a Vara de Santa Maria/RS - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Jmt Agropecuária Ltda.** - CNPJ: 05.075.592/0001-24 - Endereço: Rodovia Br 158, Nº 800, Sala 09, Km 03 - Vara/Comarca: 3a Vara de Santa Maria/RS - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planalto Transportes Ltda.** - CNPJ: 95.592.077/0001-04 - Endereço: Rodovia Br 158, Nº 800, Km 323 - Vara/Comarca: 3a Vara de Santa Maria/RS - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Thorga Engenharia Industrial S/A** - CNPJ: 73.235.228/0001-34 - Endereço: Av. Mclane, 1106, Pavilhão, Bairro São Luís - Vara/Comarca: 2a Vara de Canoas/RS - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Veisa Veículos Ltda.** - CNPJ: 87.488.847/0001-45 - Endereço: Rodovia Br 158, Nº 1000, Km 03 - Vara/Comarca: 3a Vara de Santa Maria/RS - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Benderplast Indústria e Comércio de Embalagens Eireli** - CNPJ: 07.106.525/0001-55 - Endereço: Rua Osasco, 414, Distrito Industrial Guarapuava, Bairro Vila Bela, Guarapuava/pr - Vara/Comarca: 1a Vara de Ponta Grossa/PR - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Paraná Têxtil Indústria e Comércio de Embalagens Eireli, Nome Fantasia Polibender** - CNPJ: 07.883.863/0001-01 - Endereço: Rua Osasco, 104, Distrito Industrial Guarapuava, Guarapuava/pr - Vara/Comarca: 1a Vara de Ponta Grossa/PR - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Tendência Comprador quer se sentir desconectado; redes têm de achar formas de ajudar em seu esgotamento com a venda on-line

Varejo encara o desafio da ‘fadiga digital’ do consumidor

Adriana Mattos
De Nova York

Quando a consultoria americana WGSN (sigla de Worth Global Style Network) decide falar, o mercado dá um jeito de parar para ouvir. Trata-se de uma das maiores autoridades em análises de comportamento e tendências do mundo, e suas orientações custam caro aos clientes. Foi a WGSN que previu a onda de compartilhamento nos anos 2000 (de brechós ao Airbnb), e até a explosão dos jeans skinny e das megabolsas (“maxi bags”) vinte anos atrás, quando a ideia ainda não vingava.

No domingo (11), durante a feira de varejo NRF 2026 Retail’s Big Show, em Nova York, nos EUA, a executiva Cassandra Napoli, chefe da área de marketing, insights e eventos da WGSN, trouxe dados sobre o que esperar em termos de comportamento dos consumidores nos próximos dois anos, e o que as empresas podem fazer para não perder esse bonde.

Foi preciso abrir uma área paralela ao pavilhão para acompanhar a sessão da WGSN, a única com ocupação esgotada no horário. O **Valor** acompanhou a apresentação, e repercutiu com CEOs de redes brasileiras no evento.

A WGSN crê que o excesso de conexões digitais tem obrigado o consumidor a um “reset sensorial”, e as empresas precisam abrir espaço para ele se sentir “desconectado e revigorado”, disse Napoli. Ou seja, é preciso tirar o estresse da compra, e da relação com ele, durante e após a venda, urgentemente.

Isso é particularmente difícil em segmentos em que não há o apelo positivo da experiência do produto na hora da compra (se em moda isso pode ser fácil, vender material de construção ou de escritório é tarefa mais complicada).

“Em um mundo conectado, os maiores disruptores podem ser

as coisas que nos reconectam com o que podemos ver, cheirar, ouvir, saborear e tocar”, informou o material que suportou a apresentação. A WGSN cita a superexposição a estímulos que os compradores vivem hoje, o que tende a levar à fadiga digital, e diz que isso pode dar lugar à apatia emocional dos consumidores.

Napoli disse que, nos próximos dois anos especialmente, por conta desses cenários de estímulos nas redes sociais, o despertar dos sentidos será uma estratégia de negócios crucial.

Para tentar acertar esse passo, a consultoria faz algumas orientações em seu material, e fala em explorar os sentidos básicos para diferenciar produtos e serviços.

“Ofereça modelos de reparo e revenda de mercadorias como provas de valor que aprofundem o envolvimento do cliente e prolonguem a vida útil do produto”, disse. Segundo consultores ouvidos, isso inclui assistências técnicas de marcas de eletrônicos dentro das lojas que vendem os produtos (a exemplo da Apple), e troca de produtos velhos por novos (como algumas redes de óculos operam, caso da Óticas Carol).

Para Fabio Faccio, presidente da Renner, que esteve na sessão da WGSN, redes de moda têm maior facilidade nesse processo. “Nós já somos muito mais um negócio que vive do contato, e a Cassandra diz isso, de experiên-

cias na loja, porque as pessoas têm ido mais às lojas físicas, e isso não é contrassenso com o digital. Na verdade é a mesma coisa, você vai ter uma experiência integrada cada vez mais, que é o que a gente tenta buscar”, disse.

Questionado se o varejo brasileiro não estaria falhando nisso, considerando que em novembro e dezembro, no Natal, o físico cresceu menos que o digital, segundo dados de pesquisas, Faccio não vê dessa forma. Houve forte aceleração de descontos das lojas on-line de moda após novembro.

“Olhando o mercado em geral, não vejo isso. Foi um período excelente? Não foi, mas ouvi informações de lojas indo bem em dezembro. Para nós, foi dentro das expectativas. O que aconteceu foi uma concorrência muito forte dos marketplaces, muita gente agressiva, e isso gerou algum barulho”, disse ao **Valor** o CEO da Renner.

Outro aspecto levantado pela consultoria é reflexo desse “reset sensorial”, e que Napoli chama de “identidades fragmentadas”.

Cada consumidor terá vários perfis de comprador em si mesmo. Isso envolve um cenário em que clientes adotam diversas formas de pensar e comprar, ou seja, “múltiplas personas”, diz ela, impulsionados pela saturação digital, inteligência artificial e transformações sociais mais rápidas.

“Em 2028, o poder [das empresas] estará em ter apelo em determinados interesses das pessoas, e não em perfis de compra baseado em idade ou local onde elas moram”, afirmou.

Nesse contexto, as marcas precisam ser mais autênticas nessa relação, desenvolver experiências nas lojas que tenham uma estética mais lúdica e genuína, que ajuda nessa conexão. E não adianta só criar algo esteticamente belo, se não for funcional.

Dentro dessa linha, em uma apresentação na NRF ontem,

acompanhada pelo **Valor**, executivos do Retail Design Institute (RDI), órgão americano de design do setor, mostraram uma lista de duas dezenas de lojas nos EUA que têm buscado fazer algo, em parte, nessa direção. Detalhes das lojas foram debatidos um a um.

Entre essas empresas estão a rede francesa Printemps (primavera, em francês), na lista de visitas da maioria dos CEOs brasileiros presentes na feira e ouvidos pela reportagem. Também estão nesse grupo a miniloja de cafés expressos da Starbucks (de 25 metros quadrados), uma nova pop-up da rede de móveis Ikea, e os produtos da americana Skims.

Trata-se da empresa de modeladores corporais de Kim Kardashian, lançada em 2019, com “valuation” de US\$ 5 bilhões e vendas anuais de US\$ 1 bilhão. A marca, que poderia ser vista como algo ultrapassado — já que vende uma lingerie que modela curvas — apropriou-se do conceito de liberdade, de cada um deseja ser o que quiser, da forma do corpo ao tom da pele.

Para o RDI, em todos os casos de lojas apresentados, há uma necessidade de se destacar para bem além das mercadorias das lojas.

“Cerca de 78% dos consumidores dizem que estão esgotados com a quantidades de produtos que existem hoje à venda. Consumidores querem ser guiados por boas experiências, querem se sentir valorizados e não sobrecarregados”, disse na sessão Cynthia Ortiz, presidente do RDI.

Ainda de acordo com Napoli, da WGSN, haverá uma mudança na forma como o mercado irá encerrar a inteligência artificial.

A tecnologia se tornará parte integrante do cotidiano, não sendo “nem um milagre nem uma ameaça”, segundo a executiva.

“Passará de um grande agente de mudança para parte da infraestrutura cotidiana das empresas”, disse ela, e se afastará

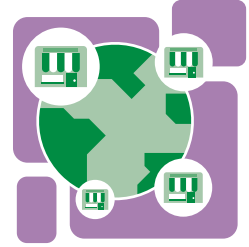
O que está redefinindo padrões globais

Transformações que a WGSN já mapeou para os próximos anos



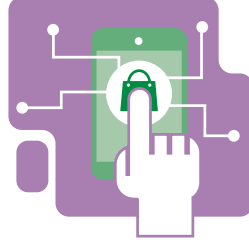
Nova inteligência

Até 2035, os sistemas de tecnologia serão moldados pela habilidade de entender, interpretar e responder a contextos culturais diversos. A fusão entre inteligência humana e inteligência artificial - a chamada inteligência colaborativa - será essencial para as empresas construírem resiliência nesse ambiente.



Conectados e juntos

Com a inflação em alta, digitalização acelerada e queda na confiança nas instituições em vários países, o mundo se torna ao mesmo tempo menor e mais fragmentado. Torna-se essencial envolver ativamente os consumidores no processo criativo, de marca ou produto, diz em relatório Candice Medeiros, estrategista de varejo da WGSN.



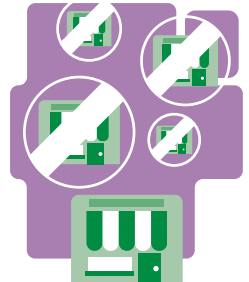
Menos erros

A previsão de tendências de consumo usando dados preditivos, como estatísticas e “machine learning”, está se tornando norma na indústria da moda, para mitigar riscos, como erros em coleções, e aprimorar decisões que capitalizem sobre as tendências enquanto elas ainda estão em ascensão.



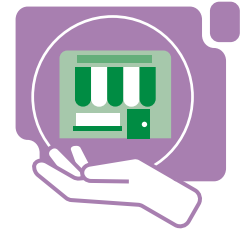
Mais autenticidade

Cresce a importância da inteligência cultural nas análises das empresas. Trata-se da capacidade de interpretar transformações sociais, valores e comportamentos que moldam como vivemos, compramos e nos conectamos. Isso ajuda a criar produtos mais autênticos e marketing mais eficaz.



Maior complexidade

A era do pensamento binário ficou para trás — nos próximos anos, as empresas precisam abraçar complexidade, interconexão e a coexistência de opostos. “As marcas de tecnologia precisarão priorizar privacidade, direito à desconexão e design de produto circular e culturalmente adaptável”, disse em relatório Rebecca Rom-Frank, estrategista de marketing da WGSN.



Emoções estratégicas

As empresas precisam reconhecer o valor estratégico das emoções do consumidor e dos sinais culturais, aproveitando o poder de emoções primárias e secundárias para causar uma forte primeira impressão e construir conexões mais profundas e duradouras.

Fonte: Relatórios analíticos da WGSN / <https://www.wgsn.com/pt/blog>

mais daquele temor de substituir pessoas para uma ideia mais consolidada de aprimorá-las.

Essa questão, inclusive, tem sido um ponto comum nas discussões pelos corredores da feira — como os funcionários das varejistas vão se adaptar a isso, considerando o Brasil, um mercado que paga pouco aos funcionários do

setor (inclusive, empresas estão em pleno apagão de mão de obra), e que historicamente não é atrativo em trazer talentos nas mais diversas áreas.

A NRF 2026 Retail’s Big Show é uma feira mundial do varejo que acontece nesta semana — o Brasil tem a maior delegação, com cerca de 2,5 mil participantes.

Polarização e dívida alta: o que Brasil e EUA têm em comum

De Nova York

Polarização no consumo, incertezas econômicas e cenário político global mais arisco com a gestão bélica de Donald Trump. O ambiente global do comércio varejista, de um ano para cá, não desatou muitos nós — o tarifaço de produtos nos Estados Unidos ainda é um fantasma para muitos países — e trouxe mais dor de cabeça para a mesa.

Em cerca de meia hora em sessão no domingo (11) na NRF Big Show, a maior feira do varejo no mundo, Ira Kalish, economista-chefe global da Deloitte Touche Tohmatsu, tratou de fazer alertas sobre a situação atual do varejo global. Mesmo aspectos que parecem distantes têm impactos indiretos em consumo e venda.

“O consumo americano está altamente polarizado, seguindo o ambiente político”, disse. Para ele, o aumento do endividamento das famílias nos países e o custo elevado do crédito têm restringido a capacidade de gasto das classes de renda intermediárias da população, diz. Ou seja, na classe média C. Isso vem criando um desequilíbrio estrutural no padrão de consumo.

“A expansão do consumo tem sido sustentada de maneira desproporcional pelas famílias de alta renda”, disse. Esse tema também tem sido debatido no Brasil neste momento. Por conta do aumento das taxas de juros, em 15% ao ano, há uma geração de rendimento em aplicações financeiras para a classe média, e esse valor vem sendo mais gasto em consumo.

Para alguns, isso gera riquezas para todas as classes por consequência. Mas, para outros varejistas, isso amplia desigualdades.

Segundo o economista americano, nos EUA, a classe média tem sido beneficiada diretamente pela valorização das ações das empresas abertas, enquanto as classes média baixa e baixa enfrentam maior dificuldade financeira. Kalish identifica cenários, mas não traz orientações para as empresas.

Nessa mesma linha, o executivo analisou as tarifas impostas pelo governo do presidente Donald Trump. Para ele, o debate tem perdido força porque os países reagiram e os efeitos foram menores que o esperado.

Só que ele apresenta dados mostrando que a taxa média imposta pelos EUA é a mais alta em

quase 100 anos. “A questão central com as tarifas é que elas geram custos mais altos para os fornecedores. Quase 50% do que importamos são bens intermediários, usados por fabricantes para produtos ao mercado interno ou para exportação. E, agora, essas empresas enfrentam custos muito mais altos”, disse.

Kalish diz acreditar que as tarifas devem gerar um aumento gradual na inflação. E aumento de inflação nos EUA impacta Brasil, e o resto do mundo.

49,3%
é o endividamento das famílias no país

Memória



REPRODUÇÃO DE REDES SOCIAIS

O empresário Otto Baumgart, membro do Grupo Baumgart, dono do Shopping Center Norte, na Zona Norte de São Paulo, morreu no domingo (11). Ele tratava um câncer. Otto era conselheiro de administração do grupo, além de integrante dos comitês de Pessoas, Cultura e Governança e Finanças, Auditoria e Riscos. Otto deixa três filhos e a esposa, Paloma Baumgart. O velório está previsto para esta terça-feira (13) no Funeral Morumbi, na Zona Sul da capital, e o sepultamento será feito no Cemitério Redentor, na Zona Oeste. Em nota, a Cidade Center Norte lamentou o falecimento. “Sua visão empreendedora e contribuição para o desenvolvimento da Zona Norte de São Paulo deixam um legado de valores e dedicação, que seguirá presente na história do Grupo Baumgart.”

Vendas da Heineken na América Latina caem e CEO anuncia saída

Bebidas

Cristian Favaro
De São Paulo

A Heineken surpreendeu o mercado ao anunciar a saída do seu presidente global, Dolf van den Brink, ao fim de maio. Segundo fontes, a saída do executivo, após seis anos, tem como pano de fundo os baixos volumes vendidos na América Latina, sobretudo no Brasil. A empresa informou que o executivo decidiu sair após consultas com o conselho de administração e que já iniciou o processo de substituição.

O mercado tem sido desafiador para a indústria de bebidas alcoólicas. A Heineken fechou o terceiro trimestre com receita de € 8,712 bilhões, queda de 4% na comparação com igual trimestre do ano anterior. Os volumes totais apresentaram retração de 4,3%. A região das Américas, em especial Brasil e EUA, foi a maior responsável pela queda, com recuo de 7,4%. Segundo fontes, no Brasil a queda ficou na casa dos 10%.

Em relatório, a equipe do Citi apontou que a “saída não é totalmente inesperada, entretanto ela aconteceu antes do que o previsto, enquanto a falta de um

plano de sucessão natural é uma quebra no histórico da Heineken e deve levantar questões acerca do ano fiscal de 2026.”

As apostas, no entanto, são para um ano de 2026 bastante favorável para o setor. De um lado, o clima tende a ser mais favorável. As previsões, por enquanto, apontam para um ano com temperaturas mais elevadas, o oposto do que aconteceu em 2025. Em paralelo, o ano será marcado pela Copa do Mundo, que tende a elevar a demanda por bebidas ao deixar os bares lotados, sobretudo na América Latina, que tem fortes laços com o esporte.

Caso Master Juliana Leite e o vereador Rony Gabriel foram procurados por agências com a proposta de criticar decisão do BC de liquidar a instituição financeira

Banco de Vorcaro põe em debate os limites do marketing de influência

Luana Dandara e Andrea Assef
De São Paulo

Os relatos de uma influenciadora digital e de um vereador sobre abordagens para a publicação de conteúdo em redes sociais em defesa do Banco Master, sob acordos de confidencialidade e com promessa de campanhas recorrentes, voltaram a colocar o marketing de influência no centro das discussões sobre práticas, limites e responsabilidades na publicidade brasileira. A proposta apresentada por agências era difundir a narrativa de que o Banco Central teria sido precipitado ao decretar a liquidação da instituição financeira.

Com 1,5 milhão de seguidores no Instagram no perfil @juliemilk, Juliana Moreira Leite, reconhecida como influenciadora de direita, disse ao **Valor** ter sido procurada no dia 20 de dezembro por Júnior Favoreto, dono da agência de marketing de mídia e performance Portal Group BR, com sede em Campo Grande (MS). Em áudio ao qual o **Valor** teve acesso, Favoreto diz que o objetivo era propagar reportagens sobre o caso, citando como exemplo um texto publicado pelo site Metrópoles com o título “TCU vê indícios de precipitação em liquidação do Master e dá 72h para BC se explicar”.

Sem mencionar valores, Favoreto pergunta quanto a influenciadora cobraria para um contrato de três meses, com a produção de oito vídeos por mês — dois por semana — e informa que, para obter mais detalhes sobre a empresa, seria necessário assinar um contrato de confidencialidade. Leite conta que recusou a proposta. “Minha opinião não está à venda para ninguém”, disse, em entrevista ao **Valor**.

Em nota, Favoreto afirma que foi procurado por outra agência. Favoreto informou não ter qualquer vínculo com esta segunda agência, mas não informou seu nome. “Meu papel como agência limita-se à prospecção e ao encaminhamento de oportunidades de parcerias e negócios a influenciadores, sem qualquer ingerência



"O André [Salvador] falou que estava trabalhando para Daniel Vorcara no caso do Banco Master" *Rony Gabriel*

sobre decisões editoriais, comerciais ou de conteúdo”, disse.

O “modus operandi” relatado por Leite é semelhante ao descrito pelo vereador Rony Gabriel (PL-Erechim/RS), que soma cerca de 1,8 milhão de seguidores nas redes sociais. Segundo ele, seu assessor, Nathan Felipe Ribeiro, foi procurado, também em 20 de dezembro, por André Salvador, da empresa Unltd Marketing, para um trabalho descrito como “gerenciamento de reputação e crise

para um executivo grande (...) em uma disputa política”.

Ao buscar mais informações sobre a proposta, o vereador assinou um termo de confidencialidade que mencionava o “Projeto DV” — iniciais do controlador do Master, Daniel Vorcara —, com previsão de multa de R\$ 800 mil e prazo de confidencialidade de cinco anos. O parlamentar relatou que foi apenas em uma ligação por vídeo que Master e Vorcara foram citados nominalmente. “O André [Salvador] falou que estava trabalhando para Daniel Vorcara no caso do Banco Master e disse que se tratavam de valores milionários para o pagamento no projeto. Mas não cheguei à parte da negociação para entender quantas postagens ou a frequência”, disse Gabriel ao **Valor**.

Vorcara informou, via assessoria, que “não tem qualquer relação com a criação, contratação ou difusão de ‘fake news’, tampouco com campanhas digitais de defesa ou ataque contra autoridade pública”.

Na conversa com Salvador, o vereador pediu exemplos dos vídeos para compreender o formato da proposta. Em seguida, Salvador enviou, por WhatsApp, conteúdos publicados pelos influenciadores Paulo Cardoso (@paulocardoso), Marcelo Rennó (@marceloren-nomkt), André Dias e Carol Dias, do perfil @irmaos.diaspodcast. “Minha expectativa é que esse caso seja investigado, porque há uma interferência clara em atrapalhar as investigações. Até agora, não fui contactado por nenhuma autoridade”, disse o vereador.

Procuradas, as assessorias de André Dias e Carol Dias informaram que não irão se manifestar. Cardoso não respondeu. A assessoria de Marcelo Rennó diz que ele gravou vídeos questionando a atuação do BC e que teria sofrido “exposição indevida”. Segundo a nota, “a agência responsável pelo envio da proposta apenas utilizou o vídeo como referência de formato, e não como conteúdo a ser replicado ou publicado”. A nota de Rennó não nega a possibilidade de pagamento pelo vídeo.

O caso expõe uma fragilidade estrutural da disciplina da influência digital, ainda marcada por ausência de parâmetros claros entre o que é transação comercial legítima e o que se torna eticamente inegociável. Para a cofundadora da agência Brunch, Ana Paula Passarelli, o limite está justamente no impacto social da mensagem. “Negociável é levar informação correta a partir de um briefing responsável. O inegociável é aquilo que prejudica a sociedade.”

O caso coincide com a lei que regulamenta o profissional de multimídia, sancionada pelo presidente Lula na semana passada. A lei reconhece a atividade dos criadores de conteúdo digital. Passarelli diz que a nova legislação eleva o grau de responsabilidade. “Quando falamos de influenciadores, falamos de amplificação. E a amplificação exige responsabilidade editorial sobre o que se diz e como se diz”. A lei, observou, abre caminho para a construção de mecanismos de autorregulação do

setor, fundamentais para preservar credibilidade, confiança e qualidade do debate público.

Na opinião da cientista social e coordenadora do curso de Sociologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Tathiana Chicarino, a amplificação promovida pelas redes sociais alterou a forma como a opinião pública é construída, ao deslocar o papel central das instituições para o indivíduo. No caso do Master, o problema central, diz Chicarino, é a dificuldade de identificar intencionalidade, enquadramento e interesses por trás dos conteúdos.

“Quando algoritmos passam a funcionar como instâncias organizadoras do debate público, sem mediação institucional clara, cresce o risco de uma crise de confiança não apenas no jornalismo, mas também na política e na própria democracia, com interesses econômicos pouco visíveis, mas determinantes”, explica Chicarino.

Na visão do co-CEO da Spark, uma das maiores agências do setor de influência do país, Raphael Pinho, o marketing de influência já se consolidou como um pilar essencial na estratégia de comunicação das marcas. Mas, assim como ocorre em qualquer área profissional, há aqueles que atuam com excelência e outros que não. Por isso, em alguns casos, as atitudes de uma pequena parcela desse mercado podem arruinar a reputação de um setor formado em sua maioria por gente séria e comprometida.

“Quem atua de modo diferente, ignorando as diretrizes já existentes, tende a sofrer impactos que vão desde sanções legais até o abalo de reputação, com as marcas e agências se distanciando desse tipo de profissional”, afirmou. Segundo Pinho, já ficou claro para todo mundo que a responsabilidade e a transparência não são diferenciais, mas sim a base indispensável para sustentar a confiança do público, dos anunciantes e dos próprios influenciadores.

Ver também páginas C1 e C3

O que diz a lei sobre a punição de ‘fake news’

De São Paulo

O setor financeiro é um dos ramos no Brasil já amparado por um arcabouço jurídico que pune a publicação e a disseminação de “fake news”. A previsão legal está no artigo 3 da lei 7.492, de 18 de junho de 1986, que disciplina crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Falta ao país uma norma geral que proíba a prática, conforme lembrou o jurista Diogo Rais, professor de Direito Digital do Mackenzie e juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP). “A lei contra o Sistema Financeiro Nacional está meio esquecida, mas é a primeira no país a prever punição para notícias falsas”, comentou.

A norma disciplina o tema em um artigo de uma linha, que estabelece que “divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira” é crime passível de reclusão de dois a seis anos e multa. Na opinião de Rais, esse instrumento jurídico abre caminho para que os autores da campanha de difamação nas redes sociais contra o Banco Central (BC) e diretores da instituição envolvidos na liquidação do Banco Master sejam punidos.

A dificuldade da aplicação da lei, segundo Rais, é que ela não diferencia responsabilidades entre os autores materiais da difamação, no caso os influenciadores digitais, daqueles que os contrataram. Publicada há praticamente 40 anos, a norma foi concebida em um mundo analógico, sem prever a sofisticação de uma cadeia de responsabilidade com muitos elos. “O legislador obviamente não estava olhando para um sistema fluído, veloz e com possibilidade de distorção como a internet. Focava na imprensa tradicional.”

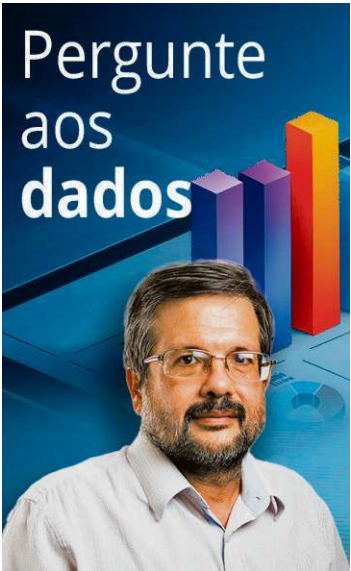
A partir dessa lei, contudo, é possível ao operador da justiça enquadrar os autores da difamação em outros ilícitos. “O exame do conteúdo das publicações pode constatar a incidência de outros crimes e provocar processo por calúnia ou difamação”, explicou.

Para Rais, há uma terceira frente que pode ser direcionada àqueles que orquestraram a campanha digital contra o BC, na esfera administrativa. Em tese, é possível o uso da Procuradoria Geral de Defesa da Democracia, da Advocacia-Geral da União (AGU), que foi criada para o combate de “fake news” relacionadas a políticas públicas. A princípio, é possível enquadrar a fiscalização do Sistema Financeiro Nacional como uma política pública, e, nesse sentido, a AGU teria legitimidade para atuar.

Além de crimes contra o sistema financeiro, são muito poucos os casos no Brasil em que há punição prevista para “fake news”. Há previsão para tal no âmbito da Justiça Eleitoral e na prevenção de crimes contra o Estado Democrático de Direito e o funcionamento dos três Poderes. “Mas não tem uma regulamentação específica é diferente de não ter nada. Existem previsões mesmo na legislação genérica que podem ser aplicadas”, frisa Rais.

O Banco Master foi colocado em liquidação extrajudicial no dia 18 de novembro, por crise de liquidez e violação de normas do sistema financeiro. Publicações de influenciadores digitais criticando a decisão e diretores do Banco Central chamaram a atenção da Polícia Federal (PF), que começou a analisar a possibilidade de terem havido ataques coordenados para desacreditar a autoridade monetária.

Influenciadores digitais denunciaram terem recebido ofertas de pagamentos para publicações contra o BC. Em seu monitoramento de rotina, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) detectou um aumento atípico de publicações contra o Banco Central na última semana de dezembro. A defesa de Daniel Vorcara, dono do Master, negou em manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF) ter envolvimento em prática de disseminação de notícias falsas ou difamação. (CF)



César Felício

Anatomia de um possível tiro no pé

S e alguma vez o banqueiro Daniel Vorcara ou seus apoiadores tiveram a intenção de usar as redes sociais como arma para intimidar seus adversários, o efeito ao menos nesta semana foi o oposto. Praticamente houve uma unanimidade contra o proprietário do Banco Master e contra os influenciadores digitais que teriam sido arregimentados para criticar a liquidação da instituição financeira. Aparentemente, o que se observa é um fenomenal tiro no pé.

De acordo com levantamento da plataforma de monitoramento digital Torabit, feito a pedido do **Valor**, houve cerca de 50 mil menções nas redes X, Threads, BlueSky, Instagram e Facebook sobre o caso Master entre os dias 7 e 12 de janeiro.

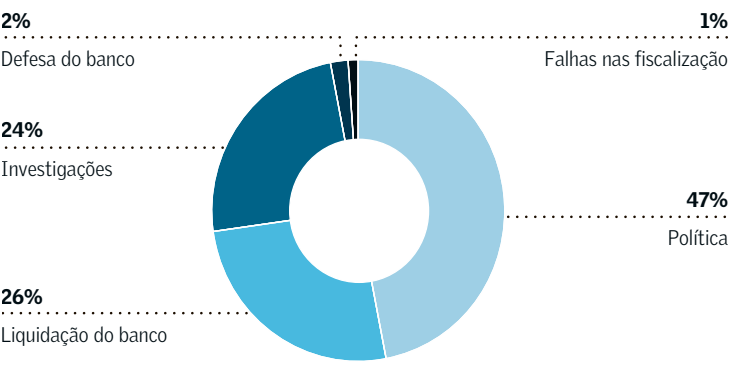
Quem procurou as redes, procurou para fazer menções negativas aos envolvidos no noticiário. Exceção apenas à Polícia Federal e ao Banco Central, muito citados de forma neutra, na repercussão de notícias ruins para Vorcara. Uma é a de que a PF teria encontrado mensagens no celular do banqueiro em que haveria uma coordenação de ataques virtuais

Sem apoios

100% das menções foram de críticas aos envolvidos no caso

Assuntos mais mencionados	Percentual	Tema principal
Daniel Vorcara	21	Descrito como coordenador de milícias digitais e comprometido com a classe política
Banco Central	18	Mencionado como denunciante de ligação de fundos com crime organizado
Influenciadores	9	Relaciona influenciadores que receberiam dinheiro do Master para atacar BC
Alexandre Moraes	8	Susposto vínculo de esposa com Banco Master
Dias Toffoli	6	Notícias de suposto vínculo de parentes com fundo de investimento
Polícia Federal	6	Notícias de que PF teria encontrado no celular de Vorcara indícios comprometedores

Guarda-chuva temático



Fonte: Torabit, monitoramento no X, Blue Sky, Threads, Instagram e Facebook entre 7 e 12/1

relacionados ao Master. A outra é a de que o BC denunciou ao Ministério Público que fundos investigados por ligação com o crime organizado teriam participado de esquemas de fraude envolvendo o banco liquidado. A Polícia Federal deste modo recebeu 6% das menções e o Banco Central, 18%.

O principal assunto das menções ao Master foi “Daniel Vorcara”, em torno de dois eixos: a suposta contratação de milícias digitais contra o Banco Central e a sua rede de contatos no mundo

político que poderia lhe proporcionar alguma blindagem. Ele foi mencionado em 21% dos casos.

Os influenciadores digitais que teriam sido recrutados para publicarem sobre o caso representam 9% das menções. Dois deles foram citados com mais ênfase: o portal “Alfinetei!” e o jornalista Luiz Bacci.

O terceiro bloco entre os alvos das publicações está relacionado ao Supremo Tribunal Federal, em especial aos ministros Alexandre de

Moraes e Dias Toffoli. Moraes é lembrado em razão de sua presença no noticiário do mês passado. Foi divulgado no início de dezembro que a esposa do ministro, Viviane Barci de Moraes, tinha assinado um contrato de advocacia com o Master, com valores milionários. Mais para o fim do mês a colunista Malu Gaspar, do Globo, publicou que Moraes teria procurado o presidente do BC, Gabriel Galípolo, para tratar da frustrada negociação de venda do Master ao Banco Regional de Brasília (BRB). O ministro nega. Estão relacionadas a Moraes 8% das menções.

Toffoli é mencionado em razão de uma notícia publicada nesta semana. Foi noticiado no domingo que empresas de parentes do magistrado teriam tido vinculações com um fundo de investimento suspeito de irregularidades relacionadas ao Master. A publicação ganha repercussão porque o ministro é o relator do caso no Supremo, e em dezembro decretou sigilo sobre as investigações. Toffoli é objeto de 6% das citações em redes sociais. As críticas aos ministros do STF são catalisadas pelo clima de polarização política, em que o Supremo tornou-se um anátema para a direita no Brasil desde a condenação judicial por golpismo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A reação das redes esta semana indica que a campanha contra o Banco Central existiu, mas não só não predominou como há sinais de que foi revertida. Importante frisar que a defesa do Banco Master nega de forma enfática que tenha se envolvido em campanhas de difamação.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Empresas

Cinema Vitórias no Globo de Ouro põem filme e ator brasileiros no holofote justo quando Academia começa a escolher os indicados

Wagner Moura e ‘O Agente Secreto’ mais perto do Oscar

Hilton Hida
De São Paulo

“O Agente Secreto” e Wagner Moura conquistaram inéditos Globos de Ouro para o Brasil num momento bastante oportuno: a votação para as indicações ao Oscar começou justamente ontem, o dia seguinte.

O filme de Kleber Mendonça Filho e o ator baiano já estavam bastante cotados para figurarem na lista de indicados da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas dos Estados Unidos que será anunciada no próximo dia 22, mas ganharam um impulso extra. Ainda que o Globo de Ouro não seja uma premiação entre pares, como o Oscar, é uma cerimônia televisuada e prestigiada por astros de todos os calibres — o carinho de Julia Roberts a Moura no caminho dele ao palco mostra que sua vitória foi apreciada por nomes graúdos de Hollywood.

Moura vinha de reverses nas indicações ao prêmio do sindicato de atores dos Estados Unidos, SAG-AFTRA, e do Bafta, da Academia Britânica de Cinema, que são valorizados por também serem votados por atores. A revista “Variety” chegou a retirá-lo de seus prognósticos para os cinco indicados a melhor ator. Mesmo as-

sim, em listas mais gerais de especialistas, como a compilação que o site GoldDerby faz, o brasileiro continuava a figurar entre os prováveis indicados. O GoldDerby reúne previsões de 40 especialistas, e 34 incluem Moura.

Nem todas as previsões foram atualizadas após o Globo de Ouro. Moura no momento é o quarto favorito, atrás de Timothée Chalamet, que ganhou o Globo de Ouro de ator em comédia por “Marty Supreme”; de Leonardo DiCaprio, por “Uma Batalha Após a Outra”; e também de Michael B. Jordan, de “Pecadores”, com quem Moura concorreu diretamente e a quem derrotou no Globo de Ouro de ator em drama.

A situação estava mais tranquila para uma indicação de “O Agente Secreto” ao Oscar de filme internacional, prevista por 100% dos especialistas. O que a vitória no Globo de Ouro pode fazer é fortalecê-lo na concorrência com “Foi Apenas um Acidente” e “Valor Sentimental”. Como os representantes da França e da Noruega no Oscar também são vistos como candidatos ao prêmio principal de melhor filme, a ascensão de “O Agente Secreto” pode cavar-lhe um lugar na lista dos dez indicados.

O filme de Kleber Mendonça Filho já é o décimo nas previsões de especialistas a melhor filme compiladas pelo GoldDerby, citado por 63%. É também o quinto nos prognósticos para indicações ao Oscar de melhor roteiro original, citado por 50%. O próprio Mendonça aparece em nono para diretor, e “O Agente Secreto” está em sexto nas previsões para direção de elenco. Ou seja, há boas chances de



Wagner Moura cotado para a lista de indicados ao Oscar, a ser anunciada dia 22

que pelo menos equipare as quatro indicações que “Cidade de Deus” obteve em 2004.

Isso pode significar um recorde para o Brasil, visto que o país pode ter indicados também ao Oscar de fotografia, pelo trabalho de Adolpho Velloso em “Sonhos de Trem” (ele é o número 4 nas previsões); documentário, com “Apocalipse nos Trópicos”, de Petra Costa (5^o); e curta-metragem, com “Amarela” (também 5^o nas previsões).

É mais difícil dizer quais as chances reais de vitória. Chalamet

é no momento o favorito a melhor ator e “Uma Batalha Após a Outra” é o principal candidato ao prêmio de melhor filme. Mas “O Agente Secreto” parece estar crescendo em relação aos principais rivais em filme internacional, de modo que o Brasil pode voltar a triunfar nessa categoria um ano depois do Oscar de “Ainda Estou Aqui”.

O que é certo é que a ruidosa torcida brasileira na internet não passará despercebida. Até os comentaristas oficiais do Globo de Ouro fizeram menção a ela.

Após 10 anos, ator estreia campanha, com o cartão Elo

Natália Flach
De São Paulo

A bandeira de cartão de crédito Elo, a única brasileira, lançou neste domingo (11) campanha de marketing com Wagner Moura, horas antes de o protagonista de “O Agente Secreto” ser agraciado com uma estatueta no Globo de Ouro por sua atuação no filme de Kleber Mendonça Filho. A propaganda, que estreou no intervalo do programa dominical “Fantástico”, da TV Globo, foi dirigida pela renomada atriz Alice Braga. O intuito da peça é celebrar a cultura nacional e a trajetória do aclamado ator que há mais de uma década não estampava um anúncio.

Criada pela agência AlmapBBDO, em parceria com Elo e Moura, a campanha será veiculada em vários canais, como TV e redes sociais, e se desdobrará em diversas estratégias. “Os novos conteúdos serão distribuídos em diferentes formatos e canais para manter a consistência e a presença da nossa nova identidade de marca. É uma maratona, não um tiro de 100 metros. O foco é construir uma marca forte e valiosa para o futuro”, afirma a executiva de marketing da companhia, Mel Pedroso, em nota.

Diferentemente de outras peças publicitárias, a Elo deu toda liberdade para Moura escrever e narrar sua história. Não havia roteiro predefinido. “Um ator como o Wagner é uma potência criativa única e, aqui, o convite foi para que ele colocasse seu imenso repertório e sensibilidade para concebermos algo totalmente novo, como um verdadeiro processo documental”, diz Pe-

droso. A Elo é controlada pelo Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal.

No comercial, Moura narra como foi a sua infância na pequena Rodelas, na Bahia, até a conquista dos espectadores mundo afora, graças ao seu talento e à sua brasilidade. Esse aspecto é tão importante para o ator que, durante o discurso de agradecimento no Globo de Ouro, ele exaltou a cultura nacional. “E para todo mundo no Brasil que está assistindo isso agora, viva o Brasil e a cultura brasileira”, afirmou ele em português na noite de domingo.

Sobre a campanha, Moura diz que se trata de algo com significado especial, pois ao abraçar a própria história ele se sentiu como se estivesse voltando para casa. “É uma honra poder usar minha voz e trajetória para inspirar mais brasileiros a reconhecerem a potência da nossa cultura”, declara o ator.

O objetivo da Elo é construir e fortalecer a sua marca, por isso a principal métrica de sucesso, neste momento, está atrelada à construção de sentimento positivo e reconhecimento. “Nosso objetivo é fortalecer essa percepção positiva para garantir um crescimento sustentável”, afirma Pedroso.

Confira o vídeo gravado no histórico Trapiche Barnabé, em Salvador: <https://youtu.be/88Yn-vYBDF4g>

**“O foco é construir uma marca forte e valiosa para o futuro”
Mel Pedroso**

Por acordo com Netflix, Paramount processa Warner

Aquisição

Reuters, de Nova York

A Paramount Skydance processou nesta segunda-feira (12) a Warner Bros Discovery para obter mais informações sobre o acordo de US\$ 82,7 bilhões da empresa com a Netflix, aumentando a batalha para assumir o controle de um dos mais famosos estúdios de Hollywood.

A Paramount, liderada por David Ellison, também disse que planeja nomear diretores para o conselho da Warner, em uma das medidas mais agressivas para convencer os acionistas da Warner de que a oferta hostil de US\$ 30 por ação em dinheiro é superior à oferta de US\$ 27,75 por ação em dinheiro e ações da Netflix.

Paramount e Netflix estão em uma batalha acirrada pela Warner, seus valiosos estúdios de cinema e televisão e sua extensa biblioteca de conteúdo, que inclui “Harry Potter” e o universo de personagens em quadrinhos da DC Comics, que inclui Super-Homem e Batman.

Em uma carta aos investidores, a Paramount também disse que vai propor uma emenda no estatuto da Warner Bros Discovery que exigirá aprovação dos acionistas para qualquer separação dos negócios de TV a cabo da gigante de mídia, o que é fundamental para o acordo com a Netflix.

Na semana passada, a Paramount disse que a cisão da TV a cabo quase não tem valor e reiterou sua oferta melhorada de US\$ 108,4 bilhões após uma rejeição anterior decidida pelo conselho de administração da Warner Bros.

A oferta melhorada incluiu US\$ 40 bilhões em ações garanti-

das pessoalmente pelo cofundador da Oracle, Larry Ellison, pai do diretor-presidente da Paramount, David Ellison, e US\$ 54 bilhões em dívidas.

“A WBD tem apresentado razões cada vez mais inovadoras para evitar uma transação com a Paramount, mas o que ela nunca disse, porque não pode, é que a transação da Netflix é financeiramente superior à nossa oferta atual”, escreveu a Paramount em uma carta aos acionistas da Warner.

“A menos que o conselho de administração da Warner Bros Discovery decida exercer direito de se envolver conosco nos termos do acordo de fusão da Netflix, isso provavelmente se resumirá ao seu voto na assembleia de acionistas.”

A Netflix e a Warner Bros não comentaram o assunto.

O argumento da Paramount, que está sendo usado para influenciar os investidores, é que a oferta da empresa em dinheiro por todo o grupo oferece mais certeza do que o acordo com a Netflix que envolve apenas os estúdios e ativos de “streaming” e que será mais fácil de superar obstáculos regulatórios.

O desempenho pífilo da Versant — a rede de cabo separada da Comcast — também deu nova munição à campanha da Paramount para convencer os acionistas da Warner de que sua oferta é melhor pois envolve todo o grupo e não apenas uma parte.

A oferta da Paramount expira em 21 de janeiro, mas a empresa pode prorrogá-la.

Nesta segunda-feira, as ações da Paramount Skydance subiram 0,75% na Nasdaq, em Nova York, enquanto as da Netflix recuaram 0,05%. Já as da Warner Bros Discovery subiram 1,65%.

Como a Leica, pioneira das câmeras, enfrenta a era do celular

Luxo

Sebastien Ash

Financial Times, de Wetzlar (Alemanha)

Uma marca alemã de câmeras fotográficas controlada por uma família, que revolucionou a fotografia moderna há mais de um século com suas câmeras leves produzidas em massa, está olhando além de seu passado enquanto traça um futuro na era do celular.

Embora um colecionador tenha pagado no ano passado € 7,2 milhões por um protótipo de 102 anos, o executivo-chefe da Leica Camera, Matthias Harsch, disse ao “Financial Times” que depender demais da nostalgia é “sempre perigoso”.

Sua afirmação surge no momento em que ele tenta consolidar a recuperação de uma empresa que quase quebrou há duas décadas.

A Leica, que lançou a revolucionária câmera de 35 mm em 1925, quase faliu em 2005, quando suas câmeras analógicas de altos preços tiveram dificuldades para competir com as câmeras mais baratas e versáteis de concorrentes japonesas como Canon, Nikon e Sony.

A companhia, que foi salva pelo investidor austríaco Andreas Kaufmann, está determinada a aprender com os erros do passado, quando demorou a adotar a transformação digital. Ela está lançando novos produtos e tenta aproveitar o entusiasmo do consumidor pela fotografia tradicional, mesmo com as câmeras de celulares se tornando cada vez mais avançadas.

“A indústria de câmeras, supostamente morta, na verdade voltou a crescer”, diz Harsch na sede da Leica em Wetzlar. “Nunca antes tantas pessoas estiveram envolvidas com fotografia.”

Sob a liderança de Kaufmann, hoje presidente do conselho de administração, a Leica investiu em novos modelos digitais e ótica de ponta, incluindo versões moder-



Matthias Harsch: nostalgia é perigosa

nas da série M de câmeras telemétricas, lançada originalmente em 1954. Em 2008, ela lançou uma lente de 50 mm que supera a capacidade de percepção do olho humano e é vendida por até € 12.350.

O ex-professor, que herdou uma fortuna de uma tia, supervisionou projetos que exploravam o legado da Leica e desafiavam algumas convenções do setor — entre eles, a introdução de uma câmera digital com um sensor em branco e preto, e outra sem tela de visualização.

As mudanças de Kauffman inspiraram uma retomada estrondosa da Leica, que obteve receita recorde de € 596 milhões nos 12 meses até 8 de março, 8% acima do mesmo período anterior. Em 2004-2005, as vendas haviam sido de apenas € 94 milhões. Harsch diz que os lucros também atingiram um patamar histórico.

A Leica, na qual o grupo de private equity Blackstone detém uma participação de cerca de 45%, não divulga seus lucros. As receitas anuais cresceram em média 10% nas duas décadas que antecederam seu quase colapso. A empresa fechou o capital em 2012.

As câmeras e lentes da Leica

combinam o design Bauhaus com engenharia de alta qualidade e respondem por um quarto das vendas mundiais de câmeras com preço acima de € 4.000, segundo dados da empresa. A mais recente edição de sua principal linha, a série M, tem preço de tabela de cerca de € 8.000, sem lente.

A primeira Leica I de 35 mm produzida em massa foi lançada em uma feira comercial em Leipzig em 1925, após anos de experiências de Oskar Barnack, um técnico da fabricante de microscópios Ernsts Leitz Wetzlar, que buscava alternativas às volumosas e pesadas câmeras de placas de vidro da época.

Pesando menos de 500 gramas, a Leica I inaugurou uma nova era na fotografia de reportagem e tornou a empresa líder no mercado de câmeras de ponta.

Sua linha de câmeras telemétricas — o sistema M — foi lançada em 1954 e até o início dos anos 70 foi o padrão-ouro entre os fotógrafos profissionais, como o pioneiro da fotografia de rua Henri Cartier-Bresson, e também entre entusiastas como a rainha Elizabeth II do Reino Unido.

Mas, com os consumidores migrando primeiro para as câmeras reflex de lente única com foco automático e, depois, para a nova tecnologia digital, as receitas despencaram e a Leica por pouco não faliu em 2005, tendo demorado a desenvolver suas próprias câmeras sem filme. Seus novos modelos também sofreram com problemas iniciais, com a primeira M digital exigindo filtros infravermelhos externos e pouco práticos.

A recuperação iniciada por Kaufmann, que começou a comprar ações em 2004, transformou a Leica em uma empresa com 2.400 funcionários, distribuídos entre sua fábrica em Wetzlar, uma unidade de produção em Portugal e uma rede global de lojas e distribuidores.

A Leica tem procurado manter

sua imagem sofisticada por meio de colaborações com fãs famosos e leilões internos que destacam o valor de suas câmeras como itens de colecionador. Muitas de suas lojas também funcionam como galerias de arte.

O cultivo de uma comunidade de fotógrafos e colecionadores é uma “grande parte da estratégia deles”, diz Peter Coeln, fundador de uma das primeiras lojas da Leica em Viena, cujo negócio foi comprado pela empresa alemã em 2014.

As lojas próprias da Leica, que somam hoje mais de 120 unidades distribuídas pelo mundo, também fizeram a “diferença” ao competir com marcas que tendem a comercializar seus produtos por meio de varejistas de rua, diz Harsch.

A empresa também vem tentando combinar seu legado com as tendências modernas, o que significa que as câmeras digitais mais recentes são compatíveis com lentes que remontam aos anos 1930.

“O que é realmente incomum nas câmeras da linha Leica M é que elas são uma evolução muito direta de 1925”, diz Sean Reid, um especialista que escreve sobre câmeras e lentes no site reidreviews.com.

No ano passado, a Leica incorporou Bartolomeo Rongone, chefe da grife italiana Bottega Veneta, ao seu conselho supervisor, numa iniciativa para posicionar ainda mais a marca no mercado de luxo, e colaborou com os fabricantes chineses Huawei e Xiaomi na área de celulares.

Ela também desenvolveu um aplicativo que dá às fotos de celulares a sua assinatura estética.

Depois de lançar sua linha de relógios de luxo, a Leica agora também avança no segmento de óculos, embora Harsch tenha dito que o negócio de câmeras, que responde por 80% das receitas, continuará sendo o motor das vendas. **(Tradução de Mario Zamarian)**

Veículos Controlada pelos chineses da Geely desde 2010, sueca vai disputar espaço com novas marcas do segmento premium em 2026

Volvo Car conta com ‘cliente fiel’ para enfrentar chinesas

Marli Olmos
De São Paulo

O chamado segmento “premium”, de carros luxuosos, é pequeno no Brasil. Representou 2,08% do mercado em 2025. Mesmo assim, as chinesas estão de olho nesse nicho e chegam com toda força em 2026, com estreias da Changan, representada pelo grupo CAO A e Denza, do grupo BYD, além da Zeekr, que estreou no país em 2024. O presidente da Volvo Car Brasil, Marcelo Godoy, acredita, porém, na fidelidade do consumidor às marcas tradicionais desse segmento.

Em 2025, a Volvo manteve a vice-liderança desse segmento, com 21,9%, atrás da BMW (30,7%). Em terceiro, quarto e quinto lugar aparecem Mercedes-Benz (15,2%), Porsche (10,5%) e Audi (9,2%). Os dados, preliminares, fazem parte das projeções da Bright Consulting, consultoria especializada no setor automotivo. As vendas totais de veículos em 2025 serão divulgadas nesta terça-feira (13).

É difícil falar em concorrência chinesa com um dirigente da Volvo Car, marca que também é controlada pelos chineses. O EX 30, modelo mais acessível da linha, por exemplo, é importado da China.

A Volvo foi fundada em 1927 na Suécia, mas, em 2010, passou a ser controlada pela Geely, grupo chinês dono de marcas como a Lotus, Smart e Zeekr, que também está no Brasil. A própria Geely começará, ainda neste ano, a produzir veículos na fábrica da Renault, no Paraná.

Para Godoy, a marca que mantém centro de desenvolvimento de produto em Gotemburgo, na Suécia, “segue com sua relevância”. Segundo o executivo, pesquisas da empresa indicam que 40% dos compradores dos carros Volvo no Brasil já têm ou já tiveram um veículo da marca.

Segundo ele, o público fiel espera sempre pelos lançamentos. Um exemplo foi a chegada da nova geração do XC60, no segundo semestre de 2025. O lançamento foi um dos principais motivos

52,1% dos carros premium vendidos no mercado brasileiro em 2025 foram híbridos ou 100% elétricos

que levaram a sueca avançar 5,1 pontos percentuais na participação de mercado premium em dezembro, segundo a Bright Consulting. Com isso, a fatia da Volvo no segmento passou de 16,8% para 21,9%, segundo a consultoria.

Conforme Godoy, a marca encerrou 2025 com recorde de vendas no Brasil — 9,7 mil unidades, 14% mais do que em 2024.

“A China está fechando as portas para algumas marcas, como as alemãs, e a Europa já conta com mercados maduros. Por isso, a América Latina tem levado vantagem ao receber os novos modelos pouco depois do lançamento”, destaca Godoy, também presidente da associação dos importadores de veículos, a Abeifa.

Segundo a Bright Consulting, em 2025, a Porsche também conseguiu ampliar a participação, em 1,8 ponto percentual, passando de 8,7% para 10,5% no segmento premium. Assim como a Lexus, marca de luxo do grupo Toyota, que passou de 2,1% para 3,3%. Embora bem posicionadas no ranking, as fatias de BMW, Mercedes e Audi diminuíram, segundo a pesquisa da Bright.

Em geral, os carros premium custam pelo menos R\$ 300 mil. Mas, segundo Cassio Pagliarini,

consultor da Bright, não se possível usar preço como linha de corte para definir o segmento, porque há modelos que não são premium na mesma faixa de preços. “Por isso, usamos as marcas como critério”, afirma.

A eletrificação também puxa o interesse do consumidor pelas marcas de luxo. Segundo a Bright Consulting, 52,1% dos carros premium vendidos no mercado brasileiro em 2025 foram híbridos ou 100% elétricos. A participação desse tipo de veículo no mercado geral ficou em torno de 11%.

A linha Volvo é toda importada e os seis modelos vendidos no país são eletrificados: uma parte é 100% elétrica e a outra é de híbridos plug-in, que podem ser carregados em tomadas.

Desde janeiro de 2024, o Imposto de Importação desses veículos, que era zero, tem subido gradativamente, chegando ao teto de 35% a partir de julho deste ano. Godoy diz que a marca se adaptou ao aumento do tributo.

A Volvo está também entre as empresas que instalam pontos de recarga públicos, que servem para seus elétricos e também para os de outras marcas. A empresa já investiu R\$ 70 milhões em 75 eletropontos em 18 Estados.



Godoy: “A América Latina tem se beneficiado como destino dos lançamentos”

Agronegócios

Por **GLOBORURAL**

Crédito Recursos levantados serão usados para financiar a venda de insumos para distribuidores, cooperativas e produtores rurais

Fundo capta R\$ 1,4 bilhão para apoiar clientes da Basf

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A BASF Soluções para Agricultura informou que concluiu a captação de R\$ 1,4 bilhão na quarta emissão de cotas de seu fundo de investimentos em direitos creditórios, sua maior rodada de captação nesse veículo até o momento. Os recursos serão usados para financiar a venda de insumos para clientes como distribuidores, cooperativas e produtores rurais.

Foram ofertadas cotas sêniores, cotas mezanino e cotas subordinadas júnior, que possuem diferentes níveis de garantia. A oferta inicial em cotas sêniores foi de R\$ 1,125 bilhão, das quais foram subscritas R\$ 1,044 bilhão. Houve uma subscrição das cotas sêniores, de uma instituição financeira ligada à operação. Também foram ofertados R\$ 367,5 milhões em cotas mezanino e R\$ 7,5 milhões em cotas subordinadas júnior, ambas com colocação privada.

A emissão das cotas sêniores contou com o Itaú BBA como coordenador líder. A rodada ocorreu por meio do Fiagro FIDC Opea

Agro Insumos, lançado em 2022 e gerido pela Opea, que também atua como agente de cobrança. Desde que ele foi lançado, a Basf tem feito uma operação por ano.

Em janeiro do ano passado, na terceira rodada de captação, a Basf chegou a levantar R\$ 800 milhões. Ao longo de 2025, o fundo registrou crescimento de 30%.

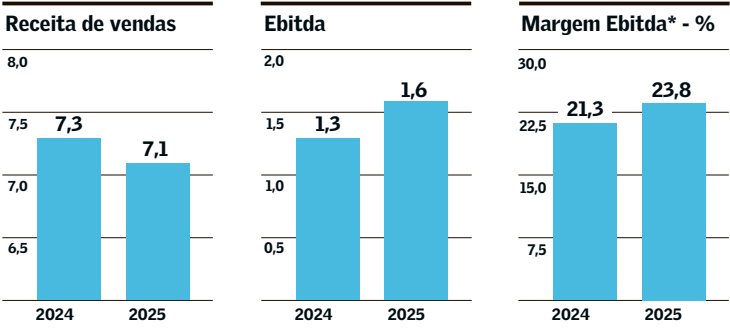
Os recursos foram captados por meio da cessão de recebíveis de venda de insumos para os clientes da Basf, que incluem distribuidores, cooperativas e produtores.

“Estas iniciativas permitem ampliar a presença de tecnologias de ponta no campo, endereçando dores reais do agricultor em diferentes culturas e respeitando a ciclicidade de mercado e a demanda por capital — sempre alinhadas ao nível de risco considerado aceitável pela governança da empresa”, afirmou Bianca Daminato, gerente de operações estruturadas da Basf Soluções para Agricultura, em nota.

Segundo Daminato, a Basf tem buscado ampliar as alternativas de financiamento para os agricultores, que convivem com uma situação de escassez de oferta de

Resultados da Basf Agro

Destaques do balanço de janeiro a outubro de 2025 - em € bilhões



Fonte: Empresa. *Antes de itens especiais

crédito. Agentes financeiros têm afirmado que a dificuldade de acesso ao crédito rural não deve se resolver tão cedo, o que estimula a oferta de outras formas de financiamento ao agronegócio, como barter e instrumentos do mercado de capitais.

Renato Barros Frascino, responsável pela área de agronegócio da Opea, observou, no comunicado, que estruturas de securitização como Fiagro FIDC e certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) têm sido usadas por empresas de

insumos como parte da estratégia para aumentar o potencial de venda de produtos, usando o mercado de crédito estruturado como fonte de financiamento.

“Estruturas, como essa que foi modelada para a Basf, não representam endividamento adicional para a empresa e são um grande benefício para o tomador dos recursos”, disse Frascino em comunicado. A Opea opera atualmente com 20 fundos, somando R\$ 4,9 bilhões sob sua gestão, dos quais R\$ 4,3 bilhões voltados ao agro.

Grupo Formoso, dono da Uniggel Sementes, pede recuperação judicial

Insumos

Raphael Salomão e Rafael Walendorff
De São Paulo e Brasília

O Grupo Formoso, dono da sementeira Uniggel e de outros negócios na agropecuária, tenta renegociar judicialmente R\$ 1,3 bilhão em dívidas. A empresa aguarda resposta ao pedido de recuperação judicial que fez no dia 18 de dezembro de 2025, antes do início do recesso no Poder Judiciário.

O processo corre em segredo de justiça. Segundo Alan Mincache, do escritório Federiche Mincache e representante do grupo no processo, o sigilo é uma medida de cautela, que visa manter resguardados “os ativos, colaboradores e toda a operação do Grupo Formoso” até análise do pedido pela Justiça.

O processo do Grupo Formoso está em tramitação na Vara de Precatórios Cíveis e Criminais, Falência e Recuperações Judiciais de Palmas (TO), onde a empresa está sediada. O juiz a quem caberá a decisão sobre o deferimento ou não é Luiz Astolfo de Deus Amorim.

O pedido de recuperação judicial inclui a Formoso Agropecuária, a Formoso Participações, a Sol-lus Mapito CLI Participações e a Uniggel, nas pessoas jurídicas. Inclui também integrantes da família Garcia, fundadora e dona do grupo, nos seus negócios como pessoa física. Além da Uniggel, o grupo tem produção agropecuária e atua no processamento de grãos.

“A recuperação judicial abrange todas as operações realizadas pelo Grupo Formoso, inclusive as de produção rural que tem como signatários os produtores rurais pessoas físicas que também figuram como sócios das empresas”, disse Mincache, por mensagem.

A empresa não informa quais seus principais credores. No entanto, em novembro, ainda antes de o Grupo Formoso pedir recuperação judicial, a Uniggel enviou uma carta a fornecedores relatando dificuldades em renovar linhas de crédito, com efeito negativo sobre o cumprimento de compromissos.

No documento, a Uniggel pede a postergação para fevereiro de 2026 dos prazos de vencimento de algumas contas, enquanto a companhia estrutura operações e fecha acordos financeiros para levantar recursos.

A Uniggel informou, na época, ter pago, R\$ 120 milhões em financiamentos bancários ao longo de 2025, com o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia que deveriam ser recompostos em novas linhas de crédito, mas não se confirmaram diante do cenário mais restritivo.

A empresa também disse ser impactada por cerca de R\$ 20 milhões nas mãos de clientes em recuperação judicial. Além disso, informou ter R\$ 10 milhões em recebíveis da safra anterior que precisam ser renegociados.

Em nota, o Grupo Formoso informou que a empresa mantém o pleno funcionamento das suas operações enquanto aguarda a sequência do processo de recuperação judicial. Acrescentou que, além de não paralisar operações, não demitiu funcionários. E que entendeu ser necessário pedir a recuperação judicial como forma de obter garantia e segurança jurídica para honrar seus compromissos.

O Grupo Formoso está há 35 anos no mercado. A Uniggel, uma de suas operações mais importantes, foi fundada em Chapadão do Céu (GO), e tem capacidade de produção de 3 milhões de sacas de sementes. Em 2025, começou a operar uma nova unidade em Chapadão do Sul (MS).

Avaliação

Imóveis da Terra Santa se valorizam 1,4%

A Terra Santa Propriedades Agrícolas divulgou que suas propriedades foram avaliadas em R\$ 2,796 bilhões pela S&P Global no ano de 2025. O laudo, com data-base em novembro de 2025, considera terra nua e benfeitorias e mostra um incremento de 1,4% em relação ao valor apurado em 2024, de R\$ 2,756 bilhões. De acordo com a companhia, a variação no valor foi influenciada sobretudo pela queda nos preços

da saca de soja no mercado, usado pela S&P como referência na comparação entre os dois períodos. A Terra Santa tem seis fazendas em diferentes municípios de Mato Grosso, que perfazem 80,1 mil hectares. Cinco dessas fazendas estão arrendadas por 25 anos para a SLC Agrícola e uma para a Manejo Florestal.

valor.com.br/agro

Ciência

Pesquisa sobre cannabis enfrenta barreiras

Um grupo de 132 cientistas de universidades e instituições de pesquisa brasileiros listou em um documento 481 obstáculos ao desenvolvimento das pesquisas sobre cannabis no Brasil. Três pontos centrais são a desburocratização da pesquisa científica, a adoção de autorizações institucionais em substituição a permissões por projeto e a revisão de critérios sem base científica universal,

como o limite de 0,3% de THC. Na avaliação dos signatários, o modelo regulatório restritivo trava a formação técnico-acadêmica, inviabiliza linhas de investigação e aumenta a dependência do país de dados e insumos estrangeiros. O Brasil tem mais de 60 instituições que pesquisam cannabis, com destaque para o Nordeste.

valor.com.br/agro

R\$ 1,3 bi é o valor da dívida do Grupo Formoso

valor.com.br

Leia a reportagem completa no site www.valor.com.br/agro

Agronegócios

Por
GOBORUAL

Políticas Seguradoras defendem que Congresso restabeleça dispositivo da LDO que garantia recursos para a subvenção e mais previsibilidade nos seus negócios no país

Setor tenta reverter veto à blindagem do orçamento para subsidiar o seguro rural

Rafael Walendorff
De Brasília

Depois de um ano de quedas no mercado e no alcance do seguro rural no país causadas pelo corte de quase metade do montante destinado ao programa federal de subvenção às apólices dos produtores, as seguradoras buscam, junto ao Congresso Nacional, reverter o veto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que blindava os recursos para essa política em 2026.

Em 2025, o orçamento inicial do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), de R\$ 1,06 bilhão, teve redução de 47% e caiu para R\$ 565,5 milhões. Com isso, a área segurada recuou para 3,2 milhões de hectares, o terceiro pior resultado da série histórica iniciada em 2007 e menos da metade das lavouras cobertas com subvenção federal no ano anterior, de 7 milhões de hectares. Cerca de 42 mil produtores rurais foram atendidos e a importância da produção assegurada foi de apenas R\$ 17,7 bilhões, longe do pico registrado em 2021, de R\$ 66,4 bilhões.

Para “proteger” os valores e viabilizar a aplicação total dos recursos anunciados, o Congresso Nacional aprovou uma emenda à LDO de 2026 que ressaltava o orçamento do PSR de cortes, bloqueios e contingenciamentos. O texto, no entanto, foi vetado.

O governo justificou que a “ampliação do rol de despesas discricionárias ressaltadas de eventual contingenciamento reduziria a flexibilidade e a liberdade dos órgãos na gestão de

suas próprias despesas orçamentárias” e “dificultaria o cumprimento das regras fiscais”.

Glauco Toyama, presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg), afirma que o veto pode piorar o “quadro de deterioração” do planejamento do PSR em um momento em que a produção agropecuária do Brasil cresce, mas a proteção financeira no campo encolhe.

“A retirada da blindagem orçamentária devolve ao agronegócio e ao mercado de seguros rurais a falta de previsibilidade e de tranquilidade para o planejamento de seguradoras, produtores e resseguradores, dificultando a oferta de produtos com custos compatíveis com a realidade de margens apertadas no campo”, diz ele. Neste ano, a Lei Orçamentária Anual (LOA), ainda não sancionada, prevê R\$ 1,01 bilhão para o PSR.

A imprevisibilidade do mercado aumentou nos últimos cinco anos, reforça Toyama. O cenário ficou ainda mais prejudicado pela queda na rentabilidade dos produtores. Mesmo com a maior ocorrência de extremos climáticos, os agricultores ficam com margens comprimidas e não conseguem arcar com o custo das apólices, diz.

De janeiro a outubro de 2025, a arrecadação das seguradoras com seguro rural caiu 9,3%, para R\$ 11,1 bilhões, e o pagamento de indenizações teve queda de 3,9%, para R\$ 3,6 bilhões. Para Toyama, os números sinalizam o enfraquecimento do produto e o impacto direto sobre a renda e a estabilidade financeira do campo e expõem setor e governo um ciclo vicioso: o produtor tem quebras de safras e o poder pú-



Glauco Toyama vê “ciclo vicioso”

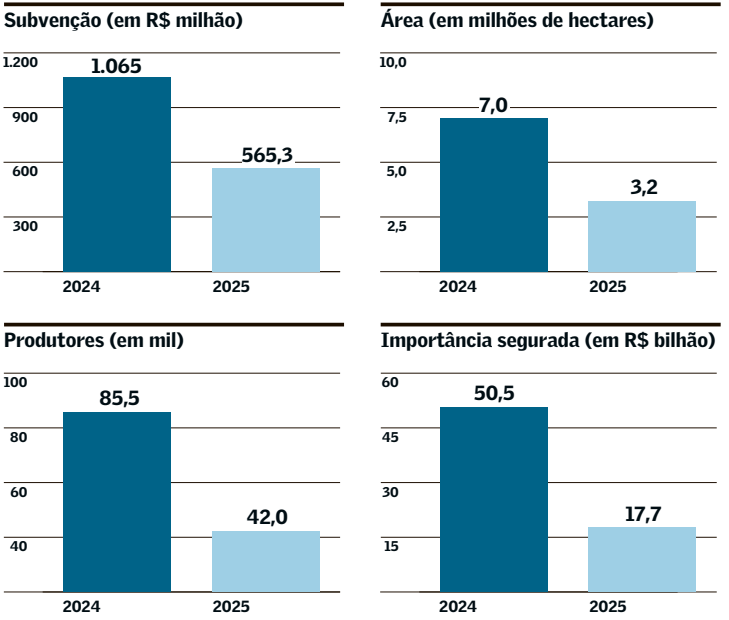
blico é forçado a renegociar dívidas de forma emergencial, o que aumenta a pressão sobre o orçamento e força novos cortes em outros programas, como o PSR.

Para o vice-presidente da Newe Seguros, Rodrigo Motroni, o veto amplia a vulnerabilidade de toda a cadeia. “O seguro rural garante segurança ao agricultor, dá estabilidade ao crédito, reduz perdas sistêmicas e contribui para a segurança alimentar e a competitividade do Brasil. Não é apenas uma pauta do setor de seguros, mas de política pública”, defende. Em 2025, a seguradora comercializou mais de 1,7 mil apólices com subvenção que somam mais de R\$ 500 milhões em importância segurada.

Há um paradoxo no setor, avalia a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). Enquanto a área plantada avança para cerca de 97 milhões de hectares, apenas cerca de 3% desse total conta hoje com cobertura de seguro rural. Há um “descompasso estrutural entre

Seguro em queda

Cortes no orçamento limitam cobertura



R\$ 1,01 bilhão é a previsão do orçamento de 2026 para o PSR, mas o valor pode ser alvo de cortes e contingenciamentos ao longo do ano

Fonte: Atlas do Seguro Rural do Ministério da Agricultura

produtividade e mitigação de riscos”, afirma a entidade.

A “blindagem” aos recursos do PSR já havia sido incluída na LDO e vetada em outras oportunidades, como em 2025. O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (Republicanos-PR), avalia que o veto é “preocupante” para o setor produtivo e critica a ação do governo.

Procurado para tratar do tema, o Ministério da Agricultura disse que não há pendências orçamentárias para quitar e que a previsão para 2026 é aplicar o orçamento total, de R\$ 1,01 bilhão. Assim, a projeção é atender 82

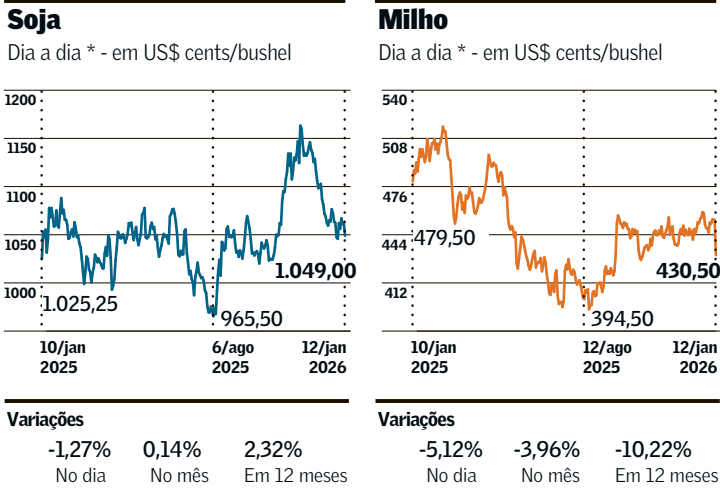
mil produtores, com a subvenção de até 130 mil apólices, cobrir 7 milhões de hectares e R\$ 48 bilhões de importância segurada.

A bancada ruralista pode derrubar o veto presidencial em sessão conjunta do Congresso Nacional. Para isso, precisa de maioria absoluta dos votos de deputados (257) e senadores (41) computados separadamente.

“Recompor as verbas do PSR e fortalecer o seguro rural é condição básica para garantir renda, crédito e continuidade da produção. A agenda de 2026 passa, necessariamente, pela derrubada do veto presidencial no Congresso Nacional”, defende Toyama.

Sob o impacto do USDA

Cotações dos grãos na bolsa de Chicago



Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data * Mercado futuro, segunda posição

Projeção de maior oferta derruba grãos na bolsa

Mercado

Paulo Santos
De Campina Grande (PB)

As previsões mais recentes para a safra de milho nos Estados Unidos surpreenderam analistas e derrubaram as cotações na bolsa de Chicago. No mercado de soja, além da projeção de maior oferta, a demanda enfraquecida pelo produto americano também ampliou a pressão de baixa.

Ontem, os contratos do milho com vencimento em março fecharam em forte baixa, de 5,44%, a US\$ 4,2150 o bushel, em Chicago.

A queda foi influenciada pelo novo balanço mensal de oferta e demanda divulgado pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), especialmente para a safra dos Estados Unidos. O USDA estimou uma produção de milho no país de 432,34 milhões de toneladas na safra 2025/26, 1,6% acima da projeção divulgada em dezembro, o que não estava no horizonte de analistas de mercado.

“Havia um sentimento de uma supersafra nos EUA, mas não nessa proporção divulgada pelo USDA. O mercado tinha a leitura de uma colheita abaixo das 425 milhões. Esse aumento [na previsão

de safra] pegou todo mundo de surpresa”, afirmou Leonardo Martins, consultor em gerenciamento de riscos da StoneX.

A soja também caiu na bolsa influenciada pelas novas previsões do USDA para a oferta e demanda. Os lotes com entrega para março fecharam em queda de 1,27%, a US\$ 10,49 o bushel. A revisão para exportações de soja dos EUA mexeu com o mercado. O USDA reduziu em 3,7% a estimativa para os embarques, para 42,86 milhões de toneladas.

Para Martins, o ajuste na estimativa está relacionado à demanda mais fraca dos chineses pela soja dos Estados Unidos.

“A China fez compras de soja dos EUA sim, mas uma coisa é comprar, a outra é embarcar. A soja americana nunca foi competitiva, e a confirmação da superficial para o Brasil pode fazer com que os chineses não cumpram a meta de [Donald] Trump, de adquirir 12 milhões de toneladas dos EUA”, disse Martini.

Para o Brasil, maior exportador mundial de soja, o USDA aumentou em 1,7% a estimativa de safra no país, para 178 milhões de toneladas. No caso das exportações, a projeção subiu 1,3%, para 114 milhões de toneladas.

Teste identifica leite livre de proteína ligada à má digestão

Agro 4.0

Marcos Fantin
De São Paulo

A startup brasileira Scienco Biotech desenvolveu e patenteou uma tecnologia capaz de identificar o tipo de leite que é livre de uma proteína associada à má digestão. Trata-se de um teste realizado logo após a ordenha do animal, semelhante ao de gravidez.

O teste rápido da Scienco pode ser feito pelo próprio pecuarista, com um pingo de uma amostra de leite, e o resultado sai na hora, segundo a veterinária Maria de Lourdes Magalhães, criadora do teste e CEO da startup. Ela observa que, no modo convencional, esse processo é feito por meio da análise do DNA dos animais, com testes laboratoriais “caros e demorados”.

As vacas podem produzir leite com a proteína A1, relacionada à má digestão, ou a proteína A2, que não está associada ao problema e é a mesma encontrada no leite materno. O leite A2 provém de vacas com o gene A2A2 e não promove a formação da beta-casomorfina-7 (BCM-7), associada a possíveis desconfortos digestivos e presente no leite A1, explica Diana Jank, diretora de marketing da Letti.

A Letti pertence ao grupo Agrindus, um dos maiores produtores de leite do Brasil, e fabrica produtos lácteos apenas com a proteína A2, utilizando outra tecnologia para identificação.

Gustavo Silva, diretor de inovação da Scienco Biotech, vê potencial para “revolucionar” a cadeia de leite no Brasil com os testes rápidos. “São simples e de baixo custo. Podemos acelerar a tomada de decisão dos pecuaristas”, afirma.

Atualmente, cerca de 1.900 fazendas no Brasil, Colômbia e Coreia do Sul, já utilizam o teste da Scienco. Agora, a empresa começou a vender o teste no mercado da Nova Zelândia, país onde o leite A2 foi identificado pela pri-



Maria de Lourdes Magalhães e Gustavo Silva, da Scienco: testes de baixo custo

meira vez na década de 1990, e onde esse leite começou a ser comercializado em 2003.

Segundo Maria de Lourdes Magalhães, a chegada à Nova Zelândia é um divisor de águas porque, além de pioneiro, o país exporta para a China, que tem alta demanda pelo leite A2, e onde é utilizado na fabricação de fórmulas infantis. No Brasil, a maior parte dos pecuaristas não costuma identificar o tipo de leite e acaba misturando a produção do rebanho e comercializando tudo como leite A1, que pode causar o desconforto digestivo. “Com a identificação, o produtor pode separar o leite das vacas A2 e vendê-lo de forma diferenciada”, diz ela.

1.900 fazendas utilizam o teste rápido

Os pecuaristas que fazem a segregação recorrem a testes de laboratório. No início de 2025, a Scienco recebeu um investimento de R\$ 1,8 milhão da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para desenvolver um novo teste que identifica leites com maior rendimento para produzir queijos. Magalhães afirma que a tecnologia já está em operação em cerca de 20 fazendas.

“O teste identifica de forma instantânea as vacas que produzem um leite com melhor capacidade de coagulação na produção de queijo, que resulta em um rendimento até 30% maior, com menos perdas e maior padronização na fabricação de queijos”, explica a CEO da Scienco.

Para 2026, o objetivo é lançar uma terceira tecnologia que identifica resquícios de antibiótico no leite. A projeção da Scienco é alcançar cerca de R\$ 2 milhões de faturamento com a consolidação das tecnologias.

Financiamento
Fundo de direitos creditórios da Basf Agro capta R\$ 1,4 bilhão e mira produtor B7

Mercados
Nova investida de Trump contra Jerome Powell derruba dólar e fortalece ouro **C2**



Regulação
CVM muda regimento interno e cria áreas com 35 novos cargos **C6**

Dívida
Bradesco abre temporada de captações externas com bônus de cinco anos **C4**

Banco Travelex

Importadores e Exportadores: Soluções cambiais sob medida para o seu negócio.

travelexbank.com.br

(11) 3004-0490

Valor C
Terça-feira, 13 de janeiro de 2026

Finanças

Inclui **Legislação & Tributos**

Bancos Executivo da gestora, alvo da operação Carbono Oculto, representava fundos que são acionistas de tomadoras de empréstimos

Master deu crédito suspeito a empresas com conexão com Reag

Alex Ribeiro, Gabriel Shinohara, Guilherme Pimenta, Estevão Taiair, Álvaro Campos, Felipe Laurence e Talita Moreira
De São Paulo e Brasília

Sete das 36 empresas que tomaram R\$ 11,5 bilhões em empréstimos supostamente fraudulentos para desviar recursos do Banco Master têm na sua estrutura de controle fundos que eram administrados até recentemente pela Reag, acusada de lavagem e ocultação de dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC).

O **Valor** obteve com exclusividade a relação de todas as empresas que fizeram operações de crédito suspeitas de crime no Master, segundo comunicação do Banco Central ao Ministério Público, e fez o cruzamento das informações com base de dados públicos.

No levantamento, aparece em comum o nome do diretor da Reag Ramon Pessoa Dantas como responsável legal ou administrador nos registros de CNPJ da Receita Federal. Dantas é um dos nomes citados na operação Carbono Oculto, que desvendou práticas supostamente criminosas no setor de combustível, com o trânsito de dinheiro por fundos de investimento administrados pela Reag. Parte das empresas que consta da lista tem como único acionista fundos que eram administrados pela Reag até agosto do ano passado.

A apuração do **Valor** mostra uma ligação entre as duas pontas do suposto esquema de desvio de recursos do Master, com a atuação de um mesmo grupo tanto na contratação dos empréstimos quanto na posterior lavagem de dinheiro por meio de fundos.

As informações compõem o conjunto de elementos que desafiam a versão de que o Master, controlado por Daniel Vorcaro, teria concedido empréstimos legítimos a empresa selecionadas — que já vinha sendo colocada em xeque porque o destino final dos recursos desviados são supostos laranjas do banco, segundo o rastreamento dessas operações feito pelos fiscais do BC.

A relação entregue pelo Banco Central inclui empresas que tomaram centenas de milhões de reais mesmo tendo um capital diminuto. É o caso da Bloko Urbanismo Ltda, cujo capital informado à Receita é de meros R\$ 5.000,00.

Essa empresa, segundo a comunicação de suspeitas de crimes do BC, fez aportes de R\$ 266,29 milhões no fundo D Mais e de outros R\$ 259,76 milhões no Bravo, ambos administrados pela Reag, depois de tomar empréstimos dessa magnitude no Banco Master.

Essa empresa tem como investidor outro fundo que era administrado pela própria Reag, o Bloko Urbanismo FIP. Nos registros da Receita Federal, Dantas aparece como representante legal do fundo, que era o único acionista da empresa. Esse fundo, até agosto do ano passado, era administrado pela Reag, conforme registro na Comissão de Valores Mobiliários. Naquele mês, a Reag foi substituída pela Qore DTVM.

O grupo de controle da Bloko Urbanismo ilustra bem o padrão identificado no levantamento de registros públicos. O administrador da empresa é Valdecio Cícero da Silva, que, segundo registro na Junta Comercial, tem como endereço o Parque Bristol, bairro de perfil popular na zona sul de São Paulo, o que destoa do porte financeiro da operação investigada.

Os supostos desvios por meio de empréstimos da Bloko Urbanismo seguem o mesmo padrão de outra operação rastreada pelo BC, da Brain Realty. O dinheiro dos empréstimos transita por alguns fundos e, numa das etapas, compra um ativo podre, como as cêrtulas do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc).

É nessa etapa que, segundo a comunicação do BC, o desvio de recursos era concretizado. Depois da subtração dos recursos, o dinheiro transita por uma outra cadeia de fundos na própria Reag, até chegar a laranjas do esquema.

A análise das informações públicas constata que, em pelo menos parte das empresas relacionadas pelo BC, o mesmo grupo controla as duas movimentações.

É o que acontece na Calisto Empreendimentos e Participações, que tem como acionista outro fundo que também era administrado pela Reag, o Benelli FIP. Essa empresa tem capital social de apenas R\$ 1 mil, segundo os registros na Receita. Tomou empréstimos do Master e, em seguida, fez um aporte de R\$ 373 milhões no fundo D mais e de R\$ 368,8 no fundo Bravo, ambos administrados pela Reag.

Nos registros do CNPJ, Dantas, da Reag, aparece como representante legal e procurador da Calisto. Já Silva reaparece como administrador, ou seja, como quem responde pela empresa. Um detalhe curioso é que, nas informações de contato na Receita, a Calisto apresenta um e-mail com o domínio da Bloko Investimentos.

Entre as empresas que tomaram empréstimos, há uma com nome parecido, a Bloko CP S/A. Nesse caso, o capital social é ainda menor, de R\$ 150. O sócio administrador dessa empresa é César Reginado Ligeiro, e sua movimentação somou R\$ 266 milhões no D Mais e R\$ 260 milhões na Bravo, administrado pela Reag.

Embora Dantas, da Reag, não apareça diretamente nessa empresa, há uma conexão de Ligeiro com ele na documentação de outra companhia que tomou empréstimos no Banco Master. O e-mail de Cesar aparece no contato da CRL SPE I Empreendimentos e Participações.

A relação entregue pelo Banco Central inclui empresas que tomaram centenas de milhões de reais mesmo tendo um capital diminuto

pações. Com capital de R\$ 1 mil, ela tomou empréstimos no Master e, na sequência, aportou R\$ 345 milhões no fundo D Mais e R\$ 343 milhões no fundo Bravo.

Nessa empresa CRL SPE, o mesmo padrão de controle, com uma pequena variação. Silva é administrador e Dantas também. Como sócio, aparece o RAM FIP.

Da relação entregue pelo BC que contraiu empréstimos, Dantas também aparece como administrador da Malibu, ao lado de Higino Brito Vieira, e o acionista é o Gekko FIP. Essa empresa tem capital de R\$ 160 mil, e movimentou R\$ 97 milhões no fundo D Mais e 100 milhões no Bravo depois de tomar empréstimos no Master.

Outra empresa é a FDC Empreendimentos, como representante do investidor do Iduna FIP. Essa é a que tem o maior capital social entre todas, com R\$ 25 milhões, mas mesmo assim o dinheiro movimentado no D Mais — R\$ 449 milhões — significa uma alta alavancagem.

Por fim, consta da lista a R2 Holding, em cujos registros Dantas aparece como administrador, representando o fundo Caldas FIP. Essa empresa tem capital social de R\$ 4,8 milhões e movimentou R\$ 78 milhões no fundo D Mais e R\$ 78 milhões no fundo Bravo, ambos da Reag, após tomar empréstimos no Master.

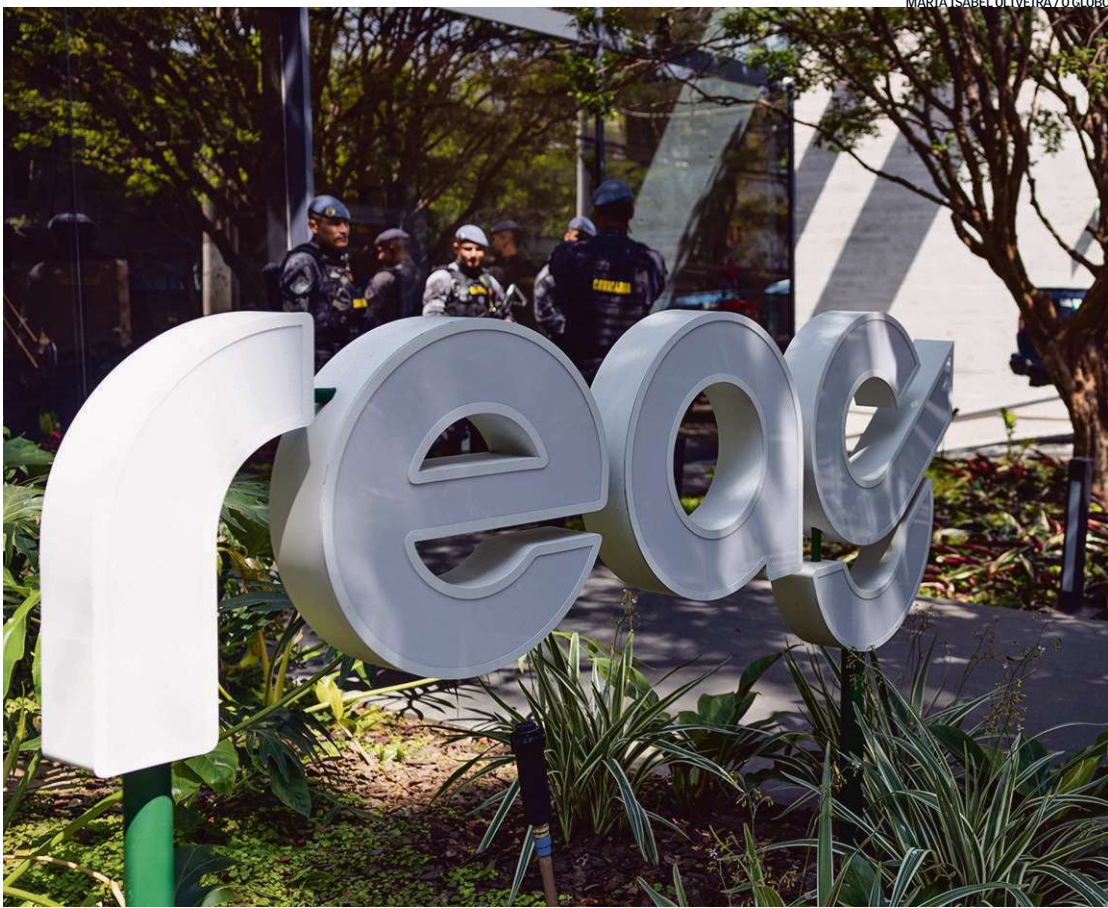
A Bloko disse que recebeu “com estranhamento a notícia de que a Bloko está citada em investigações por fraudes no mercado de capitais ligadas ao Banco Master”.

“A Bloko é uma empresa que atua no loteamento imobiliário, conta com 29 (vinte e nove) projetos distribuídos nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Amapá e já entregou 20.251 (vinte mil duzentos e cinquenta e um) lotes a seus clientes”, disse em nota. “As captações de recursos da empresa são operações habituais no setor imobiliário e utilizadas de acordo com o avanço das obras”, afirmou. Segundo a empresa, “o capital ainda não disponibilizado nos loteamentos é alocado em fundos diversos, a critério do investidor, até sua utilização nos projetos”.

A companhia disse que atua exclusivamente no ramo imobiliário, não tendo qualquer relação com administração e gestão de fundos, ou de atividades privadas do mercado financeiro. “Reforçamos que a conduta da Bloko sempre se pautou pela boa-fé e estrito cumprimento de seus deveres legais e contratuais, em acordo com a legislação vigente.”

A Malibu não havia respondido aos questionamentos do **Valor** até o fechamento desta edição. A reportagem procurou a Reag e Dantas para obter esclarecimentos sobre a R2, Calisto e FDC, mas a assessoria de imprensa da empresa disse que não fariam comentários. O **Valor** não conseguiu localizar Valdecio Cícero da Silva. A defesa de Vorcaro disse que a alegação de concessão de empréstimos simulados é falsa e não encontra respaldo na realidade.

Leia mais nas págs. C3, A6 e B5



Parte das empresas tem como acionistas fundos que eram administrados pela Reag até o ano passado

BC apontou deficiência patrimonial de R\$ 20 bi

De São Paulo e Brasília

O Banco Central (BC) calculou em R\$ 20 bilhões o tamanho do ajuste que o Banco Master teria de fazer em seu patrimônio de referência para contornar a situação de insolvência em que se encontrava antes de ter sua liquidação extrajudicial decretada, em novembro do ano passado.

A estimativa consta de documento enviado pelo BC ao Ministério Público Federal para comunicá-lo das supostas fraudes encontradas na instituição controlada por Daniel Vorcaro, obtido pelo **Valor**. Os dados tomam como base números de maio de 2025, seis meses antes da intervenção. Não é possível saber qual era a fotografia no momento da liquidação, quando o Master já havia praticamente parado de captar e emprestar recursos.

Essa foi a primeira projeção da autoridade monetária tornada pública que sugere que, além de problemas de liquidez, o Master tinha deficiências patrimoniais — uma das situações que, em tese, podem levar a intervenção pelo BC. O banco foi, de fato, liquidado extrajudicialmente em 18 de novembro.

Até aquela altura, em maio de 2025, o que se sabia publicamente era que o Master tinha um problema de liquidez; por isso, havia anunciado a venda de parte suas operações ao Banco de Brasília (BRB), negócio negado pelo BC seis meses mais tarde após suspeitas de fraudes. O problema então descrito era que o banco estava com dificuldade para renovar suas captações, como CDBs e outras fontes, e não tinha ativos líquidos o suficiente para fazer frente aos seus compromissos de caixa.

O número expõe os desafios para reequilibrar o balanço do banco por um investidor que, eventualmente, tivesse interesse no Master. Além de reconquistar a credibilidade para restabelecer as fontes de captação, o desequilíbrio patrimonial mostra que esse investidor precisaria ter grande capacidade de mobilização de capital para reequilibrar ativos e passivos.

Para se ter uma ideia do esforço que seria necessário para reestruturar o Master, alguns dos princi-

pais bancos médios brasileiros tinham patrimônio de referência entre R\$ 15 bilhões e R\$ 23 bilhões no fim de setembro, dado mais recente disponível na base do BC.

Pelo último número conhecido, do balanço de dezembro de 2024, o patrimônio líquido do Master estava em R\$ 4,7 bilhões. O patrimônio de referência tem diferenças em relação ao dado, pois trata dos números sob a ótica prudencial, ou seja, depois de serem submetidos a pente-fino pela supervisão do BC para determinar seu real valor.

Na comunicação ao MP, o regulador também apontou problemas na dimensão da liquidez. A instituição disse que fez “acompanhamento contínuo da gestão de risco de liquidez” do Master, já que o banco contava com a maior parte de seu funding em operações de longo prazo, e isso comprometia a capacidade de gerar caixa para obrigações de curto prazo.

Na segunda metade de 2024, a situação se deteriorou ainda mais. O Master não conseguiu captar recursos de investidores institucionais na proporção que desejava. O plano era levantar R\$ 15 bilhões ao longo do ano, mas apenas R\$ 2 bilhões foram obtidos. A lacuna no funding se deu, de acordo com o BC, em paralelo a um “gerenciamento inadequado do risco de crédito”.

Essa combinação resultou explosiva. A quebra do banco era uma questão de tempo.

“Ainda em função da atipicidade das operações, o Banco Central apurou a existência de irregularidades relacionadas a: insuficiência de capital, como resultado de ajustes determinados após se apurar que haviam sido prestadas informações incorretas à Autarquia; inexistência de ativos líquidos na composição de fundo de liquidez que dava amparo às operações estruturadas de longo prazo; e não atendimento de normas relativas ao gerenciamento do risco de crédito, inclusive por depender de informações prestadas por terceiros”, escreveu o regulador. “Em síntese, evidenciou-se o inadequado gerenciamento de capital e do risco de crédito, com agravamento do risco de liquidez, por terem sido concedidos valores sem a adequada suficiência de funding.”

A partir de novembro de 2024, e com um plano de contingência já em curso, o Master começou a não conseguir rolar integralmente os vencimentos de CDBs vendidos por meio das plataformas de investimentos. Ao mesmo tempo, o conglomerado passou a não cumprir totalmente o recolhimento de depósitos compulsórios. Segundo o BC, dirigentes do grupo foram alertados de que tal situação poderia levar à aplicação de medidas prudenciais preventivas.

Naquele momento, na tentativa de debelar a crise, o Master passou a fazer cessão de carteiras — operações que, mais tarde, investigações apontariam como fraudulentas — ao BRB. Ainda interrompeu a oferta de crédito corporativo e passou a buscar instituições financeiras que pudessem comprar ativos do conglomerado. Foi nesse contexto que se deu a proposta do BRB para comprar parte do Master, anunciada no fim de março de 2025.

Em paralelo, Vorcaro começou em maio de 2025 a negociar a venda de ativos pessoais ao BTG e, mais adiante, a tratar da venda da seguradora Kovr. O Master também tentou prorrogar a linha assistencial junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

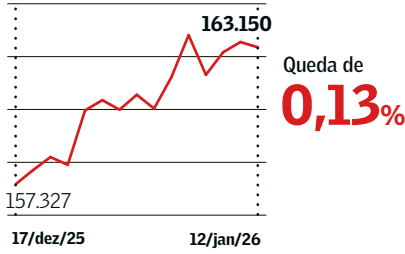
Não está claro se, na avaliação das deficiências patrimoniais, feitas em maio de 2025, estão incluídos possíveis impactos das supostas fraudes ocorridas entre 2023 e 2024. As fraudes de deram em dois esquemas, segundo a investigação. Um deles, que levou a um desvio estimado em R\$ 11,5 bilhões, se deu por meio de empréstimos simulados. O outro foi a venda de carteiras sem lastro ao BRB, calculada em cerca de R\$ 12,2 bilhões.

Procurada, a defesa de Vorcaro negou que o Master tenha enfrentado insolvência estrutural. Em nota, diz que o BC auditava o banco diariamente, e que todos os ajustes propostos e aportes foram cumpridos pelo controlador. “Desta forma, não faz qualquer sentido um ajuste de R\$ 20 bilhões no balanço”, afirma. “Os eventos citados de redução de liquidez decorrem de retração abrupta de funding no varejo das plataformas, ocasionados por ataques de mídia orquestrados e por mudanças regulatórias.” (*TM, AR e AC*)

Finanças

Ibovespa

Em pontos



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

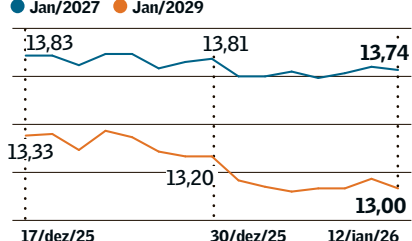
Bolsas internacionais

Variações no dia 12/1/26 - em %

Dow Jones	0,17	
S&P 500	0,16	
Euronext 100	0,09	
DAX	0,57	
CAC-40	-0,04	
Nikkei-225	Feriado	
SSE Composite	1,09	

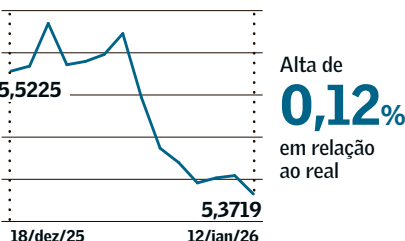
Juros

DI-Over futuro - em % ao ano



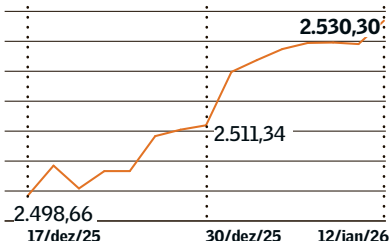
Dólar comercial

Cotação de venda - em R\$/US\$



Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99



Mercados Bolsas de Nova York terminaram o dia com ganhos; no Brasil, juros futuros devolveram prêmios da semana passada e o Ibovespa cedeu 0,13%

Nova investida contra Powell derruba dólar e leva ouro a recorde

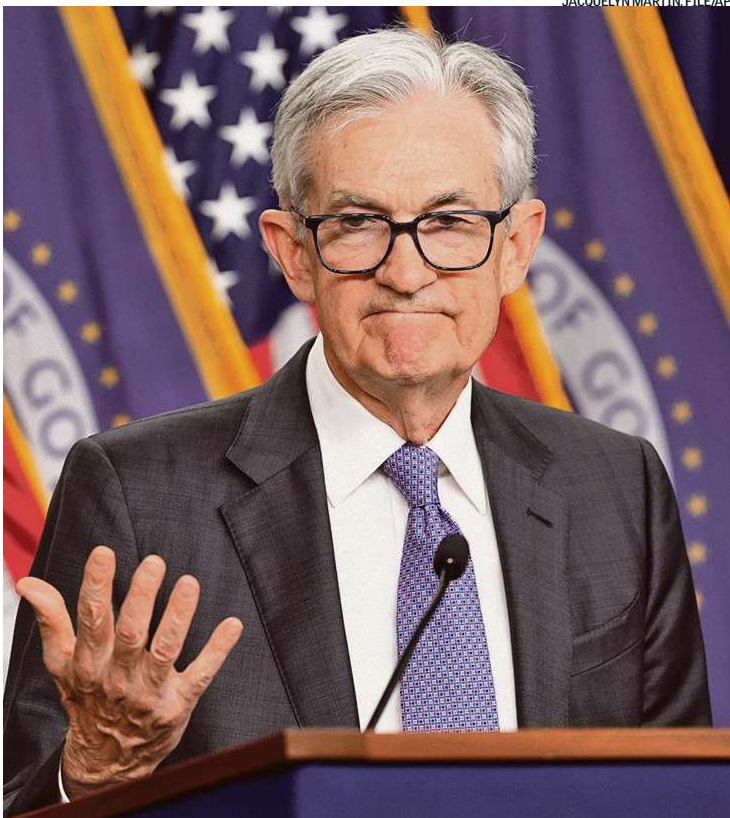
Luana Reis e Artur Scaff
De São Paulo

A notícia de que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) abriu uma investigação criminal contra o presidente do Federal Reserve (Fed) reacendeu as preocupações com a independência do banco central americano e levou a um movimento de aversão a ativos americanos. A busca por refúgio e a rotação de mercados levou os contratos futuros do ouro para um novo recorde, com o metal precioso encerrando acima de US\$ 4,6 mil pela primeira vez na história.

O dólar teve queda firme frente a seus pares no exterior, enquanto os rendimentos dos Treasuries tiveram alta, embora não muito expressiva. No mercado de ações, no entanto, as bolsas de Nova York terminaram em alta. No fim da sessão, os rendimentos dos Treasuries com vencimento em 2 anos subiam para 3,547%, de 3,536% no fechamento anterior, e os rendimentos dos Treasuries com vencimento em 10 anos avançavam para 4,186%, ante 4,176% na última sessão. O índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de outras seis moedas fortes, cedia 0,25%, aos 98,88 pontos.

No mercado de metais preciosos, o contrato futuro do ouro com entrega prevista para fevereiro subiu 2,53%, a US\$ 4.614,7 por onça-troy. A prata disparou até 8% nesta segunda e também renovou seu recorde de fechamento, ultrapassando o valor de US\$ 86 por onça.

O Fed informou neste fim de semana que o DoJ abriu uma investigação criminal contra Powell em relação ao seu depoimento no Senado em junho do ano passado sobre um projeto de reforma para a sede do banco central americano em Washing-



Jerome Powell pode continuar no conselho para assegurar independência do Fed

ton. As obras já tinham sido alvo de ataques por parte de Trump, sob o argumento de que os gastos seriam muito elevados.

Isso acontece em um momento em que a Casa Branca vem aumentando a pressão sobre o Fed, com a tentativa de demissão da diretora Lisa Cook no ano passado, além de uma série de críticas por parte de Trump à maneira como o banco central vem conduzindo os juros. Em resposta, Powell disse que essa investigação tem direcionamento político.

Apesar do certo movimento de aversão a ativos americanos, participantes do mercado acreditam que a reação foi contida. Ian Lyngen e Vail Hartman, estrategistas de renda fixa do BMO Capital Markets, acreditam que a divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em

inglês) nesta terça pode ter ajudado o mercado de renda fixa americano permanecer dentro do intervalo atual de negociação até que haja clareza sobre as perspectivas. “A sessão de negociação de segunda-feira foi mais marcada pelo que não aconteceu do que pelo que aconteceu”, afirmam os estrategistas.

Na mesma linha, os economistas do Citi destacam que os acontecimentos não alteram sua visão construtiva para o dólar, à medida que não afetaram de maneira significativa a precificação da política monetária do Fed. “Se algo, acabou deslocando a precificação de forma ligeiramente mais hawkish (menos propenso a cortes de juros)”, dizem em nota.

A equipe do banco também observa que o posicionamento

de Powell aumenta a chance de ele permanecer como membro do conselho do Fed após o fim de seu mandato como presidente, caso ele entenda que a independência do banco central americano está em risco e sua permanência ajude a mitigá-la. “Marginalmente, isso pode tornar mais difícil para Powell defender cortes de juros a menos que os dados justifiquem claramente”, eles acrescentam.

Outros grandes bancos americanos também ajustaram suas projeções para um Fed levemente mais “hawkish” neste ano. O relatório de empregos (“payroll”) na semana passada já havia consolidado a percepção entre os investidores de que o banco central americano deve manter os juros inalterados por algum tempo antes de realizar novas reduções. O J.P. Morgan passou a não esperar mais nenhum afrouxamento monetário em 2026 e o Morgan Stanley já havia adiado suas projeções de cortes na semana passada.

O Goldman Sachs também adiou sua previsão de cortes nas taxas de juros do Fed, passando a esperar por duas reduções de 0,25 ponto percentual em junho e em setembro deste ano, ao invés de março e junho. Os economistas do banco, liderados por Jan Hatzius, disseram nesta segunda-feira que os acontecimentos recentes reforçam a preocupação do mercado com a independência do banco central americano, mas esperam que o

2,53% foi a alta do ouro, que terminou a US\$ 4.614,7 a onça

Fed continue tomando suas decisões com base em dados.

Em Wall Street, as bolsas de Nova York começaram o dia em queda, em linha com a desvalorização de outros ativos americanos, mas o movimento se reverteu durante o dia. Os principais índices de ações americanos fecharam em alta, com o Dow Jones e o S&P 500 renovando seus recordes de fechamento.

No final da sessão, o índice Dow Jones subiu 0,17%, aos 49.590,20 pontos, o S&P 500 teve alta de 0,16%, aos 6.977,31 pontos, e o Nasdaq avançou 0,26%, aos 23.733,904 pontos. Entre os setores, itens básicos de consumo (alta de 1,42%) e indústria (0,75%) lideraram os ganhos. Por outro lado, bancos e instituições financeiras (-0,80%) apresentaram a maior queda, com peso da notícia de que Trump apoiou um teto de um ano para as taxas de juros do cartão de crédito.

“Apesar da enxurrada de manchetes, acreditamos que uma aceleração cíclica do crescimento, combinada com tendências estruturais, continuará a sustentar nossos setores preferidos no mercado acionário dos Estados Unidos”, comentam os estrategistas do UBS GWM.

No cenário local, na contramão dos rendimentos dos Treasuries, investidores aproveitaram a sessão de liquidez mais fraca para devolver parte do prêmio embutido na curva de juros na semana passada. Com isso, os juros futuros encerraram o pregão de ontem em queda, especialmente os mais longos. No fim, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2031 teve baixa de 13,355%, do ajuste anterior, para 13,285%. Já o dólar à vista encerrou em leve alta de 0,12%, a R\$ 5,3719, enquanto o Ibovespa cedeu 0,13%, aos 163.150 pontos.

Ex-Fed condenam ofensiva de Trump

Reuters

Os três últimos presidentes do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) juntaram-se a outros ex-líderes de política econômica do governo federal para condenar a investigação criminal do governo do presidente Donald Trump contra o chefe do Fed, Jerome Powell. Eles compararam a investigação à interferência na independência dos bancos centrais feita em mercados emergentes e com “instituições frágeis”.

“A investigação criminal contra o presidente do Federal Reserve, Jay Powell, é uma tentativa sem precedentes de usar ataques da promotoria para minar a independência do banco central”, afirma um comunicado assinado pelos ex-presidentes do Federal Reserve Janet Yellen, Ben Bernanke e Alan Greenspan.

“É assim que a política monetária é feita em mercados emergentes com instituições frágeis, com consequências altamente negativas para a inflação e para o funcionamento de suas economias de forma mais ampla. Isso não tem lugar nos Estados Unidos, cuja maior força é o Estado de Direito, que está na base do nosso sucesso econômico.”

Os três foram acompanhados por outros 10 ex-dirigentes de agências federais e órgãos de política econômica nomeados por presidentes republicanos e democratas nos EUA.

A manifestação veio depois que Powell divulgou uma declaração em vídeo no domingo, dizendo que o Departamento de Justiça (DoJ) do presidente Donald Trump havia aberto uma investigação criminal sobre comentários que ele fez ao Congresso a respeito das reformas em andamento no complexo da sede do Fed em Washington.

Vários parlamentares — incluindo alguns republicanos — também criticaram prontamente a campanha de pressão do governo contra Powell.

E o próximo presidente do BC americano é... Donald Trump

Análise

Katie Martin
Financial Times

Declarações não programadas do banco central dos EUA em fins de semana não costumam ser um bom sinal, para dizer o mínimo.

Nos últimos 20 anos, elas foram raras, apenas como resposta a grandes emergências: as quebras do Bear Stearns e, depois, do Lehman Brothers, em 2008, a pandemia da covid-19 em 2020 e as quebras de vários bancos regionais dos EUA, em 2023.

Em cada ocasião, o Federal Reserve (Fed) elaborou às pressas uma declaração para mostrar liderança e atitude, em resposta a alguma grave crise, antes da abertura dos mercados.

É melhor assistir ao vídeo de domingo do presidente do Fed, Jerome Powell, sob esse ponto de vista. O Fed está sob ataque real. Não se trata de um treino.

A notícia por si só — de que promotores abriram uma investigação penal contra Powell por causa de reformas em propriedades do Fed — não deveria causar grande espanto em quem vem acompanhando o relacionamento cada vez mais

tenso entre o banco central e o novo regime político. O presidente dos EUA, Donald Trump, há tempos usa termos truculentos para falar a respeito de Powell e da relutância do presidente do Fed em cortar os juros com a rapidez que ele gostaria.

Ainda assim, nos últimos meses, houve uma escalada na situação, que passou de xingamentos para ameaças legais. A única mudança agora é que essas ameaças parecem estar se concretizando, e que Powell está contra-atacando.

O próprio Trump nega qualquer envolvimento na investigação do Departamento de Justiça e diz que ela não tem nada a ver com a política de juros do Fed. No entanto, nenhuma pessoa séria acredita que isso teria ocorrido se houvesse outro morador na Casa Branca, e o mesmo vale para as tentativas de tirar Lisa Cook, uma das dirigentes do Fed, de seu cargo, ou para a indicação de Stephen Miran, um nome altamente inclinado à queda dos juros, para o comitê que define as taxas, ou para a demissão de Erika McEntarfer da Agência de Estatísticas Trabalhistas (BLS, na sigla em inglês). (O erro dela, aparentemente, foi supervisionar a

divulgação de dados de emprego que não foram ótimos.)

Há meses, a obsessão dos participantes do mercado tem sido saber quem substituirá Powell quando ele deixar o cargo em maio. Qual Kevin será o novo presidente? Hasset ou Warsh? Quantos décimos de ponto percentual um tenderia a cortar a mais do que o outro? Oh, quanto suspense! Enquanto isso, o risco de uma profunda transformação da instituição financeira mais importante do mundo foi ganhando força. Nós realmente não precisamos falar sobre Kevin.

Os investidores já pensam e falam sobre os mercados americanos e sobre a política de juros em termos radicalmente novos

Investidores já pensam e falam sobre os mercados americanos e sobre a política de juros em termos radicalmente novos

ne as taxas agora são classificados de acordo com qual presidente estava no poder quando foram nomeados, assim como ocorre com os membros da Suprema Corte. Isso nunca havia ocorrido antes, agora é rotina.

Estores de recursos vêm tentando diversificar com investimentos em títulos governamentais estrangeiros, além dos americanos, para depender menos das mudanças erráticas na política dos EUA. Da mesma forma, isso é algo novo, mas que já virou rotineiro. E eles têm cada vez mais dúvidas de que a política monetária do Fed será sensata o suficiente, no longo prazo, para realmente justificar o papel crucial que os Treasuries (os títulos do governo dos EUA) e o dólar ocupam nas finanças mundiais.

Este novo sinal, claro e resplandecente, de que os novos donos do poder político nos EUA falam sério no que se refere a exercer maior controle sobre o Fed leva tudo isso ainda mais longe. O próximo presidente do Fed será, em tudo menos no nome, Donald Trump, com todas as aventuras na política de juros e na supervisão regulatória que isso implica. Boa sorte a todos nós.

Então, por que os mercados

não estão entrando em pânico? Em primeiro lugar, especialistas de mercado ainda se apegam à esperança de que, de alguma forma, tudo isso acabe dando certo. Falando em um evento em Londres nesta segunda-feira, apenas algumas horas depois do mais recente drama do Fed, Jan Hatzius, economista-chefe do Goldman Sachs, ressaltou que a política monetária dos EUA é definida por um comitê, e não por apenas uma pessoa. “Não tenho dúvida de que [Powell], em seu mandato restante como presidente, tomará decisões baseado nos dados”, acrescentou Hatzius. “Minha expectativa, volto a dizer, é que o comitê continue tomando decisões com base em suas instruções e nos dados econômicos.”

Hatzius pode estar certo. Os freios e controles realmente podem entrar em ação, e essa deve ser nossa esperança. Olhando para Venezuela, Groenlândia e mais além, não tenho tanta certeza. Também devemos ter em mente que os profissionais do mercado vêm se esforçando ao máximo para parecer politicamente neutros e não irritar Trump. A esta altura, os figurões das finanças deveriam estar fazendo uma defesa enfática da independên-

cia do Fed, mas não nutra muitas expectativas quanto a isso.

Em segundo lugar, lembre-se de que o grande risco aqui é o Fed deixar que a economia americana — e a inflação — fiquem cada vez mais aquecidas. Se nada mais mudar, pelo menos no curto prazo, isso é positivo para as ações, e não negativo. Não há um bom motivo para que as ações entrem em queda livre com essa notícia, e por isso elas não o fizeram. Nos títulos, sim, isso é um risco terrível no longo prazo, mas por enquanto, com a economia americana perdendo certo fôlego, alguns cortes de juros provavelmente já seriam necessários de qualquer forma. A nova disparada recorde no preço do ouro é o melhor termômetro sobre o grau de alarme que temos por agora.

Claramente, no entanto, agora este é o mercado de Trump. Ele quer limitar as taxas dos cartões de crédito, quer impedir certas empresas de pagarem dividendos a seus acionistas, quer forçar petrolíferas americanas a extrair petróleo da Venezuela que elas não querem. Ele espera que as empresas obedeçam às suas ordens.

A seguir, ele quer o Fed. A esta altura, precisamos presumir que o risco de ele conseguir é grande.

Finanças

Regulação Reunião selou que diligência terá respeito ao sigilo fiscal e bancário de investigados

BC pode abrir mão de recurso no caso Master se inspeção do TCU for restrita

Guilherme Pimenta e Ruan Amorim
De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) e o Banco Central (BC) acertaram em reunião realizada ontem que a autoridade monetária poderá recuar do recurso apresentado no âmbito do processo do Banco Master, desde que o escopo da diligência nos documentos sobre a liquidação da instituição seja restrito e bem delimitado. A afirmação foi feita ao **Valor** por fontes que participaram do encontro. Além disso, foi acordado que haverá respeito ao sigilo fiscal e bancário dos investigados e somente membros da área técnica do TCU ingressarão na autarquia.

Tanto o ministro relator do processo, Jhonatan de Jesus, quanto o presidente do TCU, Vital do Rêgo, participaram da reunião com a cúpula do BC, na sede da autoridade monetária.

Técnicos do tribunal e do BC acompanharam o encontro. Os órgãos também acertaram que serão exclusivamente os técnicos da Audbancos, área técnica do tribunal, que entrarão no ambiente controlado para fazer a inspeção dos documentos da liquidação. Assim, os embargos devem ser retirados e o processo sobre a inspeção não precisará mais ser julgado pelo TCU na próxima semana. O BC argumentava que Jesus não poderia ter pedido a inspeção de maneira monocrática.

Segundo relatos dos presentes à reunião, o ministro relator afirmou que quer encerrar a inspeção, que agora será chamada juridicamente de “diligência”. O encontro contou com a presença de técnicos da Audbancos, que são respeitados tanto dentro quanto fora do TCU. Foi essa unidade técnica que já concluiu, de forma preliminar, que não houve “inação” do BC no caso Master. Na



Apenas técnicos da Audbancos, área técnica do TCU, entrarão no ambiente controlado do BC em Brasília para fazer inspeção de documentos da liquidação

reunião, foi dito que há uma expectativa de que essa seja a mesma conclusão após a diligência.

Havia uma desconfiança no BC de que a auditoria, se feita por membros que não fossem estritamente da área técnica do TCU, poderia infringir regras, tendo

“Há convergência de fazê-la [a inspeção] no menor tempo possível. Acho que entre um mês para baixo”
Vital do Rêgo

acesso a documentos cobertos por sigilo legal para subsidiar, assim, um futuro pedido de indenização por parte de Daniel Vorcara, proprietário do Banco Master. Além disso, foi demonstrada a preocupação de que alguma quebra ilegal de sigilo provocasse nulidades nos procedimentos.

Caso fosse a julgamento, o pedido de inspeção de Jesus poderia ser derrotado em plenário, além de existir a possibilidade de o ministro ser alvo de críticas públicas por outros magistrados do TCU durante a análise. Nos bastidores do tribunal, foi dito que isso seria encarado como uma derrota também de Rêgo. Assim, o presidente da corte decidiu agir para conciliar.

A reunião também foi marcada por tentativas de esclarecimentos por parte do relator, que afirmou

que estava sendo pressionado e mal compreendido por sua atuação no processo. Além disso, ele fez um “desabafo” ao dizer que, após sua atuação no caso, sua vida privada e pregressa à sua chegada no tribunal está sendo vasculhada.

O presidente do TCU, segundo participantes da reunião, buscou fazer um papel de mediação durante o encontro. Ele também se comprometeu com uma conclusão rápida do tribunal.

Em entrevista coletiva na sede do TCU, Rêgo afirmou que a autoridade monetária concordou com o processo de inspeção nos documentos. Segundo ele, o procedimento servirá para garantir segurança jurídica ao próprio BC. Agora, disse, haverá um calendário para deliberar os rumos da inspeção e finalizar o processo “o mais rápido possí-

vel”. O ministro relator não participou da entrevista coletiva.

“Há uma convergência de fazê-la [a inspeção] no menor tempo possível, está certo. Efetivamente, não tenho como dizer, cravar uma data. Eu acho que um tempo assim, entre um mês para baixo. Um mês para baixo”, disse Rêgo.

Em nota divulgada após o encontro, a assessoria de Jesus afirmou que a reunião “ocorreu em tom amistoso e cooperativo”. Segundo a nota, foi dito que a inspeção “seguirá os trâmites regimentais normais, respeitado o devido processo legal”. O **Valor** perguntou à assessoria se o ministro gostaria de fazer algum comentário adicional, e ele afirmou que não comentaria “conteúdo de encontros institucionais fechados e de natureza sigilosa, tampouco faz considerações adicionais sobre bastidores”.

Conexão com empresas de família de Toffoli não deve mudar relatoria no STF

Tiago Angelo
De Brasília

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deve permanecer na condução do inquérito sobre o Banco Master, mesmo após a revelação de que empresas ligadas a parentes do magistrado tiveram como sócio um fundo de investimentos conectado à teia usada pela instituição de Daniel Vorcara em um suposto esquema de fraude.

No domingo, o jornal Folha de S.Paulo revelou que o Arleen Fundo de Investimentos foi sócio de empresas ligadas a irmãos e a um primo de Toffoli. O Arleen, diz a reportagem, teve ações da Tayayá Administração e Participações, responsável por um resort que pertencia em parte à família do ministro. Também teria participação na DGEF Empreendimentos, incorporadora que contava com um primo do ministro como um dos sócios.

Toffoli passou a ser alvo de crí-

cas desde que viajou, em novembro do ano passado, com o advogado de um dos diretores do Master. Apesar da pressão, interlocutores minimizaram os casos e disseram em reserva que, por ora, ele não pretende deixar a relatoria do inquérito. A avaliação é a de que o fundo citado não tem relação com empresas ligadas a parentes de Toffoli desde maio de 2025. Também afirmaram que a Arleen não é formalmente investigada no caso relatado pelo ministro.

O Arleen foi encerrado no final do ano passado e tinha apenas quatro investimentos, dois deles nas empresas ligadas à família de Toffoli, segundo a reportagem da Folha. O fundo foi cotista do RWM Plus, que por sua vez teria recebido investimentos de fundos ligados ao Maia 95, apontado pelo Banco Central (BC) como integrante de uma suposta teia de fraudes do Banco Master. O Arleen e os demais fundos têm como administradora a Reag.

Como mostrou o **Valor** no sá-

bado, o BC relacionou um conjunto de 36 empresas como tomadoras de supostos empréstimos fictícios do Master que permitiram o desvio de R\$ 11,5 bilhões em recursos por meio de fundos de investimento geridos pela Reag.

As transações chamam atenção por dois motivos. Um deles é que constam da lista empresas que parecem ser de papel, ou seja, sem operações. O trâmite habitual de concessão de empré-

Interlocutores dizem que fundo citado não tem relação com empresas ligadas a parentes do ministro desde maio de 2025

stimos nos bancos costuma percorrer um percurso padrão: visita ao cliente, desenvolvimento de um relacionamento, comparação com outras empresas do mesmo setor, análise do perfil de risco segundo modelos internos e consultas aos birôs de crédito.

O segundo motivo é o percurso do dinheiro que o BC identificou em todos esses casos. Por uma intrincada cadeia de empréstimos e investimentos em fundos, o dinheiro deixado no Master por depositantes sob a forma de CDBs — a maioria garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) — é supostamente desviado no caminho e volta ao banco como um depósito de CDB cujo dono é um fundo “laranja” de integrantes do esquema.

Procurados, o ministro Dias Toffoli, Daniel Vorcara, dono do Master, e a Tayayá Administração e Participações não comentaram. A Reag disse que não irá se manifestar. O contato da DGEF Empreendimentos não foi localizado.

MP pede ‘alerta’ sobre indicação de Lobo à CVM

Giordanna Neves
De Brasília

O subprocurador Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU), pediu que a Corte faça um “alerta” ao Senado sobre a indicação de Otto Lobo para a presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em representação encaminhada ao presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo, Furtado lista reportagens publicadas na imprensa sobre receios do mercado com a indicação de Lobo, algumas citando a percepção de favorecimento ao Master em decisões da CVM.

O nome de Lobo foi indicado ao Senado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última semana, em derrota para o Ministério da Fazenda, que preferia outros nomes. Procurado, Lobo não respondeu até a

publicação desta reportagem.

“Na qualidade de órgão auxiliar do Congresso Nacional, deve alertar o Senado Federal acerca da atuação do Sr. Otto Lobo, indicado pelo Presidente Lula para presidir a Comissão de Valores Mobiliários — órgão que fiscaliza o mercado de capitais — em decisões polêmicas favoráveis ao Banco Master, personagem central do maior escândalo financeiro do País, fatos que deveriam ser considerados quando da análise da sua indicação”, escreveu Furtado.

Segundo ele, “o ideal seria a adoção de medida cautelar, de forma a impedir a realização da sabatina” no Senado. “No entanto, não sendo isso possível dentro das competências do TCU, resta-me propor o alerta sugerido, ao tempo que solicito que a emissão do alerta ocorra com a urgência que o caso requer”, acrescentou.

Fictor anuncia que vai regularizar pagamentos

De São Paulo

A Fictor Invest, empresa que integra o grupo Fictor e que em 2025 anunciou uma proposta para comprar o Banco Master, divulgou nota na noite de segunda-feira em que fixa a data de 12 de fevereiro para regularizar atraso no pagamento a investidores.

A empresa informa estar tomando medidas para a regularização de resgates em atraso, com “critério, prudência e conforto operacional”.

Reportagens publicadas ontem apontam queixas de clientes sobre adiamento de pagamentos que deveriam ter ocorrido em dezembro. Os relatos se referem a um modelo de investimento que não é fiscalizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os SCPS (Sociedade em Conta de

Participação), embora esteja previsto no Código Civil. Na prática, o investidor aporta recursos em um projeto específico prometido pela empresa e recebe em troca uma remuneração acordada, geralmente na forma de dividendos ou antecipação de lucros. A Fictor captou cerca de R\$ 1,6 bilhão por meio desse tipo de contrato desde 2021, apontam reportagens.

Na nota, a Fictor alega estar enfrentando ambiente de maior exposição e pressão midiática devido ao envolvimento na questão do Master, o que trouxe “desafio temporário de liquidez e de timing operacional”. Informa ainda que nos próximos dias anunciará a entrada de um investidor relevante no grupo, “marcando o início de uma nova etapa de fortalecimento e crescimento da companhia”, diz o texto.

Previdência avalia impacto de nova regra de RPPS

Edna Simão
De Brasília

Após fundos de previdência de Estados e municípios terem feitos investimentos em títulos do Banco Master, a Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC), do Ministério da Previdência Social, decidiu criar um grupo de trabalho para estudar os impactos que as novas diretrizes de investimentos aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) trarão para esses fundos e se há necessidade de aperfeiçoamentos dos parâmetros de gestão de investimentos estabelecidos em portaria do ministério. O grupo de trabalho terá duração de seis meses, podendo ser prorrogado por mais seis.

Segundo o Ministério da Previdência, em novembro do ano passado, os regimes próprios de previdência de 18 Estados e municípios tinham ao menos R\$ 1,9 bilhão investido em letras financeiras, títulos sem cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), emitidas pelo Banco Master. Os dados consideram aportes feitos entre outubro de 2023 e dezembro de 2024.

O Ministério da Previdência explicou que pela lei 9.717/98, que rege o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência (RPPS) dos servidores públicos, os Estados e municípios são responsáveis diretos por garantir o pagamento das aposentadorias e pensões de seus servidores caso os re-

ursos acumulados pelos regimes próprios sejam insuficientes.

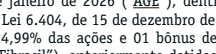
“Isso não significa que os entes tenham que repor de imediato o eventual prejuízo por esses investimentos. Porém, se no futuro faltarem recursos para pagar as aposentadorias e pensões, quem arca são os entes”, explicou um técnico do governo ao **Valor**.

Em dezembro, o CMN aprovou novas diretrizes para investimentos pelos RPPS. Os ajustes tinham como objetivo aperfeiçoar a governança e os controles de aplicação dos recursos dos fundos de previdência desse regime.

O grupo de trabalho, criado por meio de portaria publicada nesta segunda-feira no Diário Oficial da União, observará a

composição paritária entre os órgãos de fiscalização e controle e os RPPS. Será composto por representantes da Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC); da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon); e de RPPS que compõe o Conselho Nacional de Dirigentes dos Regimes Próprios de Social (Conaprev) e Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS).

Além disso, também participarão do grupo membros da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (Abipem) e da Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios (Aneprem).



TELEFÔNICA BRASIL S.A.

CNPJ nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.301.0015881-4

AVISO AOS ACIONISTAS

ÍNICO DO PRAZO PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE RECESSO

A **Telefônica Brasil S.A.** (“**Companhia**”) comunica aos Acionistas que a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 09 de janeiro de 2025 (“**AGE**”), dentre outras matérias, aprovou (i) em cumprimento ao artigo 256, §1º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das S.A.**”), a ratificação da aquisição pela Companhia de 24,99% das ações e 01 bônus de subscrição de emissão da Fibrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. (“**Fibrasil**”), anteriormente detidos pela Caisse de dépôt et placement du Québec (“**CDPQ**”), bem como de 25,01% das ações e 01 bônus de subscrição de emissão da Fibrasil, anteriormente detidos pela Fibre Brasil Participações S.A. (“**Fibre**”), nos termos do “*Share Purchase Agreement*” assinado em 10 de julho de 2025 entre, de um lado, a CDPQ e a Fibre, como vendedores, e, do outro, a Companhia, como compradora, e a intervenção-améncia da Telefônica Infra. S.A. Unipersonal e a Fibrasil (“**Contrato**” e “**Operação**” respectivamente); e (ii) a alteração do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que trata do objeto social, para incluir atividades adicionais visando atualizar e complementar o rol de atuação da Companhia à luz do seu posicionamento e de oportunidades de negócio relacionadas à sua estratégia.

Em razão da aprovação das matérias mencionadas acima, os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia dissidentes das referidas deliberações terão o direito de retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações, nos termos e condições descritos abaixo (“**Direito de Recesso**”), ressalvada a possibilidade de reconsideração prevista no § 3º do art. 137 da Lei das S.A.

São considerados dissidentes os acionistas que (i) não votaram favoravelmente à ratificação da Operação e/ou à alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia na AGE; (ii) se absteriverem de votar em relação à ratificação da Operação e/ou à alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia na AGE, ou (iii) não compareceram à AGE (presencialmente ou por meio de boletim de voto à distância).

1. Direito de Recesso e Data de Corte. O Direito de Recesso caberá (i) aos acionistas dissidentes da deliberação favorável da AGE que ratificou a Operação que, comprovadamente, eram titulares, de forma ininterrupta, de ações de emissão da Companhia desde 10 de julho de 2025 (inclusive), data da divulgação do fato relevante a respeito da assinatura do Contrato, até a data do exercício do efetivo direito; e (ii) aos acionistas dissidentes da deliberação favorável da AGE que aprovou a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia que, comprovadamente, eram titulares, de forma ininterrupta, de ações de emissão da Companhia desde 27 de novembro de 2025 (inclusive), data de divulgação da proposta de alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, até a data do exercício do efetivo direito.

Deste modo, apenas a título de esclarecimento, não terão direito de retirada em razão da aprovação em AGE (i) da ratificação da Operação os acionistas que tiverem adquirido ações ordinárias de emissão da Companhia a partir de 11 de julho de 2025 (inclusive); e (ii) da alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia os acionistas que tiverem adquirido ações ordinárias de emissão da Companhia a partir de 28 de novembro de 2025 (inclusive).

O acionista dissidente poderá exercer seu Direito de Recesso com relação a todas ou somente parte das ações ordinárias de emissão da Companhia de que é titular.

2. Valor de Reembolso. O valor do reembolso por ação ordinária a ser pago em virtude do exercício do Direito de Recesso corresponde a R\$121,43 (vinte e um reais e quarenta e três centavos), calculado com base (i) no patrimônio líquido da Companhia constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024, e (ii) no valor de mercado das ações ordinárias da Companhia, excluídas as ações em tesouraria, existentes em 31 de dezembro de 2024, já considerando os efeitos decorrentes da efetivação do grupamento e subsequente desdobramento de ações de sua própria emissão ocorrida em 15 de abril de 2025.

3. Solicitação de Balanço Especial. Nos termos do artigo 45, parágrafo segundo, da Lei das S.A., como a AGE ocorreu mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado pela AGO, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial.

4. Data Limite para Exercício do Direito de Recesso. O Direito de Recesso poderá ser exercido no período compreendido entre o dia 13 de janeiro de 2026 (inclusive) e o dia 11 de fevereiro de 2026 (inclusive).

O Direito de Recesso deverá ser exercido mediante manifestação expressa da intenção de seu exercício pelo acionista dissidente no prazo acima, observado que, nos termos do art. 137, §4º, decairá o Direito de Recesso do acionista dissidente que não o exercer tempestivamente.

5. Forma e Condições de Exercício. Os acionistas dissidentes cuja ações ordinárias de emissão da Companhia estiverem depositadas na central depositária da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A., se desejarem, deverão exercer o recesso de acordo com os procedimentos estabelecidos por seus respectivos agentes de custódia.

Os demais acionistas que pretendirem exercer o seu respectivo Direito de Recesso deverão se encaminhar, tempestivamente, a qualquer agência do Banco Bradesco S.A., agente escriturador das ações da Companhia, dentro do prazo de validade do expediente bancário da sua localidade e exercer o Direito de Recesso, devendo, para tanto, entregar cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- (i) **Pessoa Física:** CPF, RG, comprovante de endereço atualizado (máximo 2 meses) e extrato atualizado da posição acionária;
- (ii) **Pessoa Jurídica:** CNPJ, Contrato/Contrato Social e respectivas alterações, bem como os documentos dos sócios/representantes legais (ata de eleição, CPF, RG e comprovante de endereço) e extrato atualizado da posição acionária.

Os acionistas dissidentes que se fizerem representar por procurador deverão entregar, além dos documentos acima referidos, o respectivo instrumento de mandato particular com reconhecimento de firma das assinaturas, o qual deverá conter poderes especiais para que o procurador manifeste, em nome do outorgante, o exercício do Direito de Recesso e solicite o reembolso das respectivas ações ordinárias de emissão da Companhia de que o outorgante seja titular.

Os documentos lavrados no exterior em língua estrangeira deverão ser notariados e apostilados ou legalizados (conforme o caso), vertidos para o português e registrados, juntamente com suas traduções juramentadas, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

6. Informações Adicionais. Encerrado o prazo para o exercício do Direito de Recesso, observada a possibilidade de reconsideração prevista no § 3º do art. 137 da Lei das S.A., a Companhia divulgará Aviso aos Acionistas informando a data de pagamento do valor do reembolso.

Informações adicionais acerca do Direito de Recesso poderão ser obtidas junto à Diretoria de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail ir.br@telefonica.com.br ou do website <https://ir.telefonica.com.br/>.

São Paulo, 12 de janeiro de 2026.

David Melcon Sanchez-Frizzera

CFO e Diretor de Relações com Investidores

Telefônica Brasil – Relações com Investidores

E-mail: ir.br@telefonica.com.br

<https://ir.telefonica.com.br/>

Valor ECONÔMICO Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

O que é destaque no mercado, direto no seu e-mail.

Cadastre-se nas newsletters do Valor,
uma curadoria diária do que
realmente importa.

A smartphone is shown at an angle, displaying the Valor newsletter subscription page. The screen shows the Valor logo, a search bar, and a list of newsletter options with 'Receber' buttons. The background of the entire advertisement is a dark teal color with a subtle geometric pattern.

Mercado de capitais Regulador passa a contar com mais duas superintendências e divide Ouvidoria e Corregedoria

CVM muda regimento e cria áreas com 35 novos cargos

Victoria Netto
Do Rio

Após discutir o tema em reunião interna na semana passada, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM 239, que atualiza o regimento interno da autarquia. O material implementa duas novas superintendências e outras áreas no órgão regulador, com a criação de 35 novos postos. O movimento é visto por especialistas como um avanço necessário para acompanhar a crescente complexidade do mercado de capitais, embora acompanhado de ressalvas quanto à necessidade de investimentos em tecnologia.

A Resolução CVM 239 reflete as mudanças trazidas pelo Decreto nº 12.787, de 2025, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 22 de dezembro de 2025. Tanto o decreto quanto a nova resolução entraram em vigor ontem e, segundo a autarquia, “marcam uma das maiores ampliações de estrutura da história” do regulador do mercado de capitais.

Segundo o presidente interino da CVM, João Accioly, o processo exigiu rapidez em razão do calendário apertado do fim de ano. Para Accioly, o decreto dá melhores condições à CVM para exercer suas funções. “É resultado de mais de um ano de intenso trabalho de negociação e articulação com o Executivo Federal, conduzido pelo corpo técnico da autarquia”, afirmou em nota.

Conforme o **Valor** antecipou na quinta-feira, Accioly havia convocado uma reunião extraordinária para aquele dia com alguns superintendentes para tratar do tema, um dia após o governo federal indicar o ex-diretor da CVM, Otto Lobo, à presidência da autarquia.

Com o novo desenho, a CVM passa a contar com a Superintendência de Desenvolvimento de Inteligência (SDI), que antes era uma gerência. Também fará parte da estrutura da autarquia a Superintendência de Supervisão de Mercado, Derivativos e Riscos Sistêmicos (SMD).

A SMD vai assumir o acompanhamento de mercado antes atribuído à Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários (SMI). A nova área deve ampliar a atuação sobre derivativos e riscos sistêmicos e será responsável pela fiscalização de operações de mercado secundário que antes competia à SMI. Também irá desenvolver supervisão de caráter prudencial, mapeando relações financeiras e possíveis impactos sistêmicos.

A Ouvidoria e a Corregedoria, que antes faziam parte da Audito-



João Accioly, presidente interino da CVM: mudanças são resultado de negociações conduzidas pelo corpo técnico

ria Interna, passam a ter atuação autônoma, em linha com recomendações de auditorias e da Controladoria-Geral da União (CGU).

A reunião que tratou da mudança do regimento na semana passada tinha na minuta uma proposta de alteração no texto do decreto presidencial, conforme documento ao qual o **Valor** teve acesso. A proposição era vincular diretamente a SDI à presidência da CVM, o que não foi aprovado, segundo uma fonte próxima às discussões. O receio da alteração era a possibilidade de tornar a nova área técnica mais suscetível a interferências pelo presidente da autarquia.

Quem assumirá a SDI é o advo-

gado e inspetor federal de mercado de capitais Florisvaldo Machado, assessor especial da Presidência da CVM. Já a SMD ficará sob responsabilidade de Wagner Neustaedter, que também é inspetor federal e servidor de carreira da CVM. A Ouvidoria será comandada por Ricardo Maia e a Corregedoria por Felipe Claret, ambos servidores da autarquia, disse ao **Valor** uma pessoa a par do tema.

Os nomes não foram publicados no DOU. Em resposta a questionamento do **Valor**, a CVM informou que a autarquia está atualizando sua estrutura organizacional e que os detalhes ainda serão informados. “A CVM está em processo de implementação dessas mudanças e, em breve, mais informações estarão disponíveis no site da CVM.”

Segundo a CVM, a SDI foi criada para ampliar o uso de tecnologias avançadas, análise de grandes volumes de dados e integração com bases externas, inclusive públicas e abertas, com foco em supervisão e fiscalização. A área também deverá liderar iniciativas com uso de inteligência artificial (IA) para identificação de irregularidades.

O ex-diretor da CVM Gustavo Borba avalia que uma área destinada à inteligência na autarquia representa um avanço. “A CVM deve prestigiar os investimentos em tecnologia, que é a única forma eficiente de realizar a fiscalização de um mercado de capital com as características atuais”, diz.

Para Gabriela Codorniz, sócia fundadora do escritório Gabriela Codorniz Advocacia Empresarial, a criação da SDI é positiva, mas pondera que é necessário haver disponibilização de recursos para capacitação, ferramentas e programas tecnológicos que possibilitem o efetivo desenvolvimento do trabalho da área técnica.

Codorniz acrescenta que a criação da SMD é importante em um momento de expansão do mercado de capitais: “A gente tinha uma atuação de bolsa e inspeção de mercado secundário muito concentrada na B3. Hoje, com a abertura e registros de novas bolsas em segmentos diferentes, é natural que a CVM se prepare para esse novo momento do mercado”, diz a especialista, que também foi chefe de gabinete da presidência da CVM de 2011 a 2012.

Certificação CFP reduz tempo mínimo de experiência profissional

Liane Thedim
Do Rio

A Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar) reduz, a partir de hoje, de cinco para três anos o tempo mínimo de experiência profissional exigido para a certificação CFP (Certified Financial Planner).

Com a mudança, o Brasil se iguala aos requisitos do FPSB (Financial Planning Standards Board), entidade americana responsável pela divulgação, pelo gerenciamento e pelo controle do uso das marcas CFP fora dos Estados Unidos.

A Planejar, única instituição no país autorizada a conceder a certificação, explica que a redução foi possível graças ao “amadurecimento do mercado brasileiro” e à “própria evolução do exame.”

Agora, o exame passa a ter oito módulos. O candidato tem dois anos para concluir a aprovação em todos e mais três para finalizar as demais etapas, que incluem comprovação de formação acadêmica, experiência profissional e entrega do plano financeiro.

A inscrição pode ser feita módulo a módulo, com custos específicos. O valor referente ao exame completo é de R\$

1.774. O plano financeiro feito depois ao fim dos módulos não tem custo adicional.

Fabiola Benotti, gerente de Certificação da Planejar, afirma que a expectativa é que a mudança atraia novos candidatos e também incentive profissionais no início ou em transição de carreira a estudarem antes de atuarem como planejadores.

Para Benotti, a redução do período de experiência exigido ajuda o candidato a planejar a própria evolução na carreira, já que, afirma, a certificação funciona como um “selo de distinção” no mercado.

Além do conhecimento técnico constatado em avaliação específica, o candidato tem que comprovar formação acadêmica, experiência profissional e adesão a um código de ética. E, para manter a certificação, ele precisa ainda cumprir requisitos de educação continuada.

Conforme dados da 51ª edição do Relatório de Desempenho da certificação CFP da Planejar, profissionais entre 20 e 29 anos concentraram a maior taxa de aprovação no exame (34%) e representaram a maior parcela entre os aprovados (45%).

Ainda de acordo com o relatório, o grupo entre 30 e 39 anos foi o mais numeroso, com 645 candidatos, uma fatia de 37% do total de aprovados, com taxa de sucesso de 19%.

O Brasil é o quinto país com mais planejadores financeiros certificados, num total de mais de 11,6 mil profissionais. No mundo, são mais de 230 mil.

3 anos
é o novo prazo exigido para obtenção do selo

BNY abre serviço de depósito ‘tokenizado’

Bloomberg

O Bank of New York Mellon criou um serviço de depósito tokenizado que permite aos clientes transferir recursos usando a tecnologia blockchain. O serviço poderá ser usado em transações de garantia e margem, além de agilizar pagamentos, enquanto o BNY trabalha para operar 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Entre os clientes e participantes do mercado interessados ??no novo serviço estão a operadora de bolsa Intercontinental Exchange, as corretoras Citadel Securities e DRW Holdings, a Ripple Prime (braço de corretagem da Ripple Labs), a gestora de ativos Baillie Gifford e a empresa de stablecoins Circle.

O dinheiro no formato digital viabiliza a tokenização de valores mobiliários como ações e títulos de dívida, servindo como meio

de liquidação dessas transações. Várias instituições financeiras intensificaram seus esforços de tokenização no último ano, com foco especial na aceleração da movimentação de garantias.

“Trata-se, essencialmente, de conectar a infraestrutura bancária tradicional e as instituições bancárias tradicionais com as novas plataformas digitais e os participantes do ecossistema digital de uma forma que inspire confiança nas instituições”, disse Carolyn Weinberg, diretora de produtos do BNY.

O BNY se junta a outros grandes bancos globais no segmento. Em novembro, o J.P. Morgan começou a distribuir um token de depósito chamado JPM Coin para clientes institucionais, enquanto o HSBC planeja expandir seu serviço de depósito tokenizado para clientes corporativos nos EUA e Emirados Árabes Unidos no primeiro semestre.

FIDCs: bom momento, mas ainda longe do ápice

Palavra do gestor



Cristiano Greve

Nos últimos anos, os fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) deixaram de ser uma alternativa de nicho para se consolidarem como um dos motores mais dinâmicos do mercado de capitais brasileiro. A velocidade desse crescimento é significativa: segundo dados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o total de FIDCs saltou de 1.063, no fechamento de 2020, para 3.653 em setembro de 2025. Em termos de patrimônio líquido, a evolução é ainda mais expressiva: de R\$ 178 bilhões para R\$ 813 bilhões no mesmo período, um avanço de 4,5 vezes em apenas cinco anos.

Mas, apesar dos números robustos, a indústria de FIDCs ainda está longe de seu ápice. O que se vê é um setor em franca expansão, sustentado por fundamentos sólidos e por transformações estruturais que ampliam seu papel no financiamento da economia real.

A essência desse instrumento não é exatamente nova. Desde

que os europeus se lançaram aos mares, no século XV, as grandes navegações eram viabilizadas por contratos que garantiam aos patrocinadores direitos sobre lucros futuros das expedições — uma antecipação, ainda que rudimentar, da lógica que move os FIDCs. Em suma, o que se negocia nesses fundos é a compra, no presente, de direitos a serem pagos no futuro. A diferença é que, hoje, essa operação é conduzida com rigor técnico, regulação sofisticada e gestão profissional.

Um dos fatores que explicam o ímpeto recente dos FIDCs é o processo de desintermediação bancária. Empresas de diferentes portes passaram a buscar nos fundos uma alternativa eficiente e competitiva para captar recursos, reduzindo a dependência do crédito tradicional. Essa tendência foi reforçada por mudanças regulatórias que democratizaram o acesso, permitindo que um número crescente de investidores — inclusive institucionais e de

varejo qualificado — incluísse cotas de FIDCs em suas carteiras.

É importante frisar que o FIDC não é um empréstimo baseado em risco, mas um veículo com lastro, já que sua estrutura se ancora em ativos reais (cessão de recebíveis, contratos de empréstimo, notas comerciais, faturas de cartão de crédito, contas de água, luz e gás, entre outros). O gestor compra fluxos futuros de pagamentos a um valor presente no momento da cessão do crédito para o FIDC, que se torna o dono desse crédito. Todo esse processo ocorre por meio de um conjunto de regras definidas em seu arcabouço legal (regulamento, contrato de cessão, minuta do produto), fazendo um ajuste ao risco do crédito e à expectativa de retorno.

Apesar da expansão, há um elemento essencial que ainda limita o amadurecimento desse segmento: a pouca liquidez de um mercado secundário para cotas de FIDCs. Essa restrição inibe a entrada de novos participantes e tem

impacto sobre a eficiência na precificação dos ativos. À medida que o ambiente regulatório e tecnológico evoluir para permitir maior negociabilidade, o potencial de crescimento dessa indústria poderá ser significativamente expandido.

Outro aspecto fundamental é a qualidade da estrutura e dos participantes envolvidos. Um FIDC não é apenas um conjunto de ativos; é uma engrenagem que depende de gestores, administradores e demais prestadores de serviço. A solidez do fundo, portanto, está diretamente ligada à reputação e à competência de quem o estrutura. Profissionais e companhias com histórico comprovado de gestão, capacidade analítica e disciplina na origemação e acompanhamentos dos créditos são os verdadeiros garantidores da perenidade e da confiança nesse mercado.

Assim, embora os FIDCs vivam um momento de notável expansão, é prematuro falar em maturidade. O que se observa é apenas o início de um ciclo que

tende a se intensificar à medida que a economia brasileira se torne mais diversificada, digital e descentralizada financeiramente. Com a consolidação de boas práticas, maior liquidez e um ecossistema mais integrado, o setor poderá atingir novos patamares de relevância.

Os FIDCs têm demonstrado ser um elo fundamental entre o capital e a atividade produtiva. Se o passado recente foi de avanço expressivo, o futuro promete ser de consolidação e sofisticação. A indústria ainda está longe do seu ápice — e é justamente essa distância que torna o horizonte tão promissor.

Cristiano Greve é sócio e head de estruturação da Integral Investimentos
E-mail
comunicacao@integralinvest.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Supremo
Ministros julgam em fevereiro processos que podem custar R\$ 51,9 bi para a União
valor.globo.com/legislacao



Valor E
Terça-feira, 13 de janeiro de 2026

Opinião Jurídica
Os 30 anos da Lei de Arbitragem brasileira
E2

Fio da Meada
Código de Defesa do Contribuinte: chuva no molhado?
valor.globo.com/legislacao



Legislação & Tributos SP

Ambiental Atenções de especialistas se voltam ao julgamento, além da atuação da AGU no Judiciário

Supremo vai analisar novas regras para licenciamento ambiental

Luiza Calegari
De São Paulo

As atenções da área ambiental devem se voltar neste ano para o novo Marco Legal do Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190, de 2025) e a Lei do Licenciamento Ambiental Especial (nº 15.300, de 2025). Além das dúvidas e dificuldades na aplicação prática das normas, a expectativa de especialistas é de uma onda de processos judiciais contra elas — como ocorreu com a aprovação do Código Florestal (Lei nº 12.651, de 2012). Pelo menos três ações já foram ajuizadas no Supremo Tribunal Federal (STF).

Paralelamente, a Advocacia-Geral da União (AGU) promete, neste ano, manter a estratégia de recuperação de danos ambientais por meio de ações judiciais. Em 2025, o órgão ingressou com 80 processos no âmbito do programa AGU Recupera, envolvendo mais de 76 mil hectares e com valores de causa que ultrapassem o R\$ 1,23 bilhão.

No Supremo, as três ações contra as novas normas tramitam conjuntamente. Foi aplicado pelo relator, o ministro Alexandre de Moraes, o rito do artigo 12 da Lei nº 9.868/1999. Ou seja, o caso foi remetido diretamente ao Plenário e foram requeridas informações à Presidência da República e ao Congresso Nacional.

O novo Marco Legal do Licenciamento Ambiental foi aprovado em agosto e teve 52 pontos vetados pela presidência. Mas os vetos foram posteriormente derrubados

pelo Congresso. Já a Lei do Licenciamento Ambiental Especial foi promulgada em dezembro.

Foram apresentadas, no STF, três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs). Todas de partidos políticos, que apontam afronta a princípios fundamentais previstos na Constituição, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (artigo 225), ao dever de estudo prévio de impacto ambiental (artigo 225, parágrafo 1º, inciso IV); e a proteção aos povos indígenas (artigos 231 e 216).

Para o Partido Verde, autor de uma das ADIs, o novo marco legal dispensa avaliação prévia de impacto ambiental, transfere a Estados e municípios competências da União e restringe condicionantes (ADI 7913).

Em outra ação (ADI 7916), a Rede Sustentabilidade também aponta que as alterações trazidas pela norma alteram a competência federativa para o licenciamento ambiental, o que só poderia ser feito por meio de lei complementar, que exige uma proporção maior de votos para aprovação, e não de lei ordinária, como foi o caso.

"Avanço obtido pela legislação compensa os percalços"
Edis Milaré

O PSOL e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), por sua vez, também questionam a Lei nº 13.500, que regulamentou a licença ambiental especial para empreendimentos estratégicos. As entidades sustentam que não há definição técnica suficiente sobre quais projetos podem ser considerados estratégicos, o que torna o poder de decisão do Executivo excessivo (ADI 7919).

Edis Milaré, do Milaré Advogados, aponta que a tendência é de judicialização neste primeiro momento, o mesmo movimento que aconteceu quando da aprovação do Código Florestal, por exemplo. Para ele, embora a lei tenha alguns problemas, o avanço obtido pela legislação compensa os percalços.

"Superamos uma fase em que todo mundo só criticava, e agora entramos em outra, em que também há críticas severas, mas a situação ainda é muito melhor do que a que experimentávamos até então, quando não havia regramento específico", diz.

Luciana Gil, sócia de Direito Ambiental do Bichara Advogados, afirma que a principal frente do contencioso deve ser a reestruturação do papel dos Estados e municípios, que é discutida nas ações propostas no Supremo. "Como a lei regula o procedimento no âmbito federal, os Estados vão ter que se acomodar para não ter conflito normativo. Abriu-se a porteira para diversos movimentos políticos, do Executivo ao Judiciário."

Enquanto o Supremo não julga



Advogada Luciana Gil: reestruturação do papel dos Estados e municípios deve ser a principal frente do contencioso

essas ações, especialistas acompanham com atenção ao movimento da AGU no Judiciário. Ao nacionalizar a estratégia de recuperação de danos ambientais no Brasil, o órgão conseguiu atingir todos os biomas, com base em fiscalizações do Ibama e do ICMBio, segundo informou ao **Valor** a coordenadora da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente (PronaClima), Natália de Melo Lacerda.

Ao longo de todo o ano passado a Justiça autorizou a indisponibilidade de R\$ 232,9 milhões em ações protocoladas pela AGU. Conforme dados do órgão, de 111 sentenças proferidas sobre o tema em ações propostas desde 2019, 59,6% foram julgadas parcialmente procedentes; outras 22,5%, totalmente procedentes; 16,2% foram extintas; e só 4,5% foram julgadas improcedentes.

"A tendência do Judiciário é reconhecer que em alguma medida os pedidos são procedentes", diz Natália Lacerda. "O que vai variar é em face de quem a sentença é pro-

ferida. As procedências parciais, normalmente, se referem à melhor apuração que houve no decorrer do processo. Nem todos os apontados na inicial são considerados responsáveis no fim do processo."

Luciana Gil também aponta uma tendência que se fortaleceu em 2025 e deve ganhar ainda mais fôlego neste ano: os desenvolvimentos na aplicação da consulta prévia livre e informada (CPLI), um direito garantido aos povos indígenas e tradicionais de serem consultados a respeito de empreendimentos e outras decisões que possam afetar seus bens ou direitos.

No fim do ano passado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoveu uma consulta pública para debater a proposta de uma resolução que estabelece parâmetros mínimos para cumprimento da obrigação, com base na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incorporada pelo direito brasileiro no Decreto nº 10.088, de 2009. "Como não há lei

específica sobre isso, existe um debate muito grande sobre o que pode ser considerada uma comunidade tradicional", explica a advogada. Também no fim do ano passado, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) publicou a Instrução Normativa nº 6, que atualiza seus procedimentos em processos de licenciamento ambiental e incluem, pela primeira vez, diretrizes para a CPLI.

A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) no Brasil em 2025 também deve dar fôlego para questões ambientais neste ano, apontam os especialistas. "O Brasil foi protagonista de diversas iniciativas interessantes e fez movimentos importantes para os próximos passos, especialmente na adaptação à mudança climática", diz Luciana Gil. A maioria dos acordos, no entanto, acrescenta, ainda está em âmbito diplomático, e deve demorar até que haja efeitos práticos no dia a dia dos empreendedores.

MPF e Idec vão à Justiça contra 'greenwashing'

De São Paulo

A publicidade de práticas sustentáveis sem comprovação técnica, conhecida como "greenwashing", é outro tema que deve movimentar processos no Direito Ambiental, em 2026. Órgãos como o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e o Ministério Público Federal (MPF) vêm entrando com ações judiciais contra empresas e entes públicos por suspeita de adoção dessa prática ilegal.

Em novembro, o Idec ajuizou processo contra a Gol pela comercialização de ativos digitais (tokens) em vez de créditos de carbono reais. A prática foi considerada greenwashing pela entidade. A ação foi a primeira de uma entidade de defesa do consumidor para tentar responsabilizar uma empresa por greenwashing. A Gol teria prometido aos consumidores a "neutralização" das emissões dos voos sem comprovação técnica, documentos de rastreabilidade ou certificados válidos.

No início do ano, tanto a Gol quanto a Localiza foram chamadas para prestar esclarecimentos por meio de uma interpelação judicial — medida que antecede uma ação, sem possibilidade de punição. As empresas alegavam comercializar produtos que estariam compensando as emissões de carbono, mas a comprovação téc-

nica foi considerada insuficiente.

Após os esclarecimentos prestados, o Idec decidiu seguir com uma ação contra a Gol. A entidade pede a condenação pela prática de greenwashing e o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 5 milhões.

A empresa cancelou o programa "Meu Voo Compensa", que tinha sido alvo dos questionamentos. Em nota, a Gol informa que está "totalmente comprometida em investigar todas as questões levantadas na ação movida pelo Idec". Também por nota, a Localiza afirma que todos os recursos levantados com o programa de compensação são usados na compra de créditos de carbono. "A escolha dos projetos parceiros segue a política de compliance da empresa, sendo automaticamente descredenciados em caso de qualquer indicio de irregularidade", diz

Coordenadora do programa de Consumo Sustentável do Idec, Julia Catão Dias afirma que o tema deve continuar movimentando o Judiciário. O Idec não informa se está analisando processar outras empresas nem quais, mas diz que pode tomar novas medidas judiciais se julgar necessário.

O plano mais imediato, diz ela, é ampliar o Observatório do Greenwashing. Ele foi lançado durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) para pos-

sibilitar ao público apontar possíveis práticas irregulares.

Julia diz que a judicialização é o último recurso possível. O objetivo, afirma ela, "é responsabilizar as empresas por práticas destrutivas com roupaagem sustentável".

Além do greenwashing, entre os temas ambientais no radar para o futuro, estão os data centers "verdes", afirma Júlia, para o desenvolvimento da inteligência artificial. "É preciso fazer uma sensibilização da população a respeito do tema", diz.

A judicialização de questões relacionadas ao mercado de créditos de carbono é constante no Brasil, ao menos desde 2021, conforme a Plataforma de Litigância Climática no Brasil — base de dados desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Direito, Ambiente e Justiça no Antropoceno (Juma), coordenado pela PUC do Rio de Janeiro.

Segundo as informações reunidas pela plataforma, desde aquele ano foram interpostas seis ações envolvendo o mercado de créditos de carbono. O levantamento está atualizado até novembro e não ainda incluiu o processo contra a Gol.

Em junho de 2025, o MPF entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal questionando um contrato internacional de créditos de carbono no Pará (processo nº 1025858-14.2025.4.01.3900). Nesse caso, o órgão processou o gover-

no do Estado pela negociação com a coalizão Leaf, composta por quatro governos internacionais e grandes empresas multinacionais, para a venda de créditos de carbono em desconformidade com a Lei do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa - SBCE (nº 15.042, de 2024).

Segundo o MPF, a celebração do contrato configura venda antecipada de créditos de carbono, o que é vedado pela legislação. A ação pede o pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 200 milhões.

Victoria Weber, associada do Cascione Advogados, explica que a precificação desse tipo de pedido é difícil. Normalmente, no decurso do processo, a perícia aponta a real extensão dos danos causados. "Não dá para calcular apenas o dano ambiental", afirma. "É preciso incluir o dano social que isso pode ter causado, e qual foi o prejuízo para o mercado e as partes envolvidas."

O pedido de liminar do MPF foi negado porque os argumentos não justificariam uma medida judicial urgente. O governo do Pará e a Leaf foram procuradas pelo **Valor**, mas não se manifestaram até o fechamento da edição.

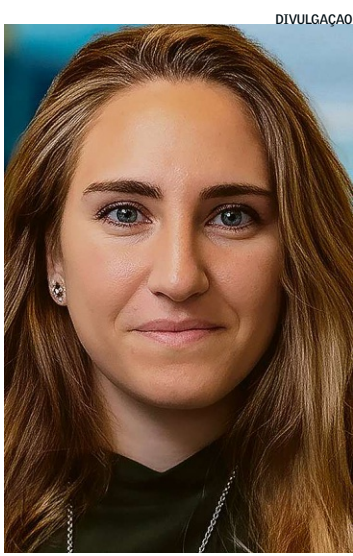
Para a especialista, casos judiciais a respeito do mercado de créditos de carbono e outras iniciativas ditas sustentáveis devem "explodir" este ano. "Acho que o próprio Ministério Público vai começar a se movi-

mentar mais para pedir explicações de empresas. Inquéritos civis, o próprio Conar [Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária], todas essas frentes devem ser acionadas ao longo do ano", diz Victoria.

Procurado para comentar os planos sobre a judicialização dessas questões em 2026, o MPF redirecionou o questionamento para a regional do Amazonas. O órgão comentou apenas que os processos da operação Greenwashing estão sendo conduzidos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco/AM).

Segundo Julia Dias, do Idec, embora já exista arcabouço para condenação por greenwashing no Código de Defesa do Consumidor (CDC), uma vez que a prática é enquadrada como propaganda enganosa, é preciso avançar em uma regulamentação mais específica para estabelecer critérios objetivos de tipificação, até para orientar a Justiça na aplicação de sanções.

Leonardo Freire, do Candido de Oliveira Advogados, destaca que o mercado financeiro está com a regulação mais adiantada neste sentido. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por exemplo, editou as resoluções nº 217 e 218 no fim de 2024 para estabelecer o padrão de divulgação de informações sustentáveis e climáticas. No mesmo ano, a Resolução CVM nº 223 estabeleceu critérios contábeis para o



"Precificação desse tipo de pedido é difícil, é preciso incluir o dano social"
Victoria Weber

reconhecimento e mensuração dos créditos de carbono.

O especialista acredita que o movimento de judicialização se insere em um cenário mais amplo, de uma economia que cada vez mais valoriza informações não financeiras, mas a falta de regramentos claros é um empecilho. "Diante dessa valorização econômica e jurídica da informação sustentável, a maior dificuldade hoje é ainda não existir uma definição jurídica clara do que é o greenwashing", avalia *(LC)*

